

Verdades e mentiras sobre a Segurança Social dos trabalhadores da Função Pública

Centrais



Urbano Tavares Rodrigues

50 anos de vida literária

Págs. 24 a 26



Fórum Social em Florença

Um milhão contra a guerra

Foi com um milhão de manifestantes contra a guerra e exigindo paz que fechou o Fórum Social Europeu, realizado sob o lema «Uma outra Europa é possível - contra o neoliberalismo, a guerra e o racismo».

Pág. 19

Greve nacional contra o ataque do Governo

Função Pública pára hoje



Os sindicatos da Administração Pública promovem hoje uma greve nacional contra os gravosos ataques do Governo aos trabalhadores do sector. À CGTP juntou-se a UGT e, mais recentemente, diversos sindicatos não filiados em qualquer das centrais.

Pág. 5

Carlos Carvalhas

«Há quem marque a diferença»

O secretário-geral do PCP, discursando num convívio realizado em Sarilhos Pequenos, Moita, criticou a «degradação e descrédito» que marca a situação política e social do País.

Pág. 8

CGTP repudia «Pacote»

«Não há remendo possível»

«As propostas do Governo têm de ser comparadas com a realidade e com nenhuma proposta anterior», lembrou Carvalho da Silva acerca do Pacote Laboral aprovado pelo executivo.

Pág. 7

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDAÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



23.º Aniversário da JCP

Resumo

6 Quarta-feira

No Seixal, é inaugurada a casa-abrigo Nova Esperança, que visa acolher famílias em risco ● Estudantes de Letras do Porto em greve ● É apresentado em conferência de imprensa o novo livro de José Saramago «O homem duplicado» ● Arranca em Florença o Fórum Social Europeu onde participa uma delegação do PCP ● Tem início o 16.º Congresso do Partido Comunista da China ● Washington decide que vai expulsar quatro diplomatas Cubanos.

7 Quinta-feira

PCP anuncia campanha contra a gestão privada do Hospital Amadora-Sintra ● PCP contesta o PIDDAC para Vila Franca de Xira por não ter em conta as necessidades da população ● 85.º aniversário da Revolução de Outubro é comemorado na Rússia ● O presidente da Nicarágua, Enrique Bolaños, é acusado pela Procuradoria Geral de delito eleitoral e fraude contra o Estado ● No Irão, um professor universitário e intelectual é condenado à morte por ter posto em causa o direito de o clero governar a república islâmica.

8 Sexta-feira

Governo anuncia a intenção de encerrar 187 creches e centros de tempos livres ● O presidente da República Jorge Sampaio veta o projecto de construção de um casino no Parque Mayer, em Lisboa ● Conselho Municipal de Segurança de Almada contesta falta de verbas no PIDDAC do OE 2002 ● Conselho de Segurança da ONU aprova ultimato com prazo de uma semana contra o Iraque ● Em Itália, milhares de trabalhadores da FIAT manifestam-se por todo o país contra o anúncio de colocação de 8100 operários em situação de desemprego técnico durante um ano.

9 Sábado

Sindicato dos guardas prisionais decide dar 20 dias de ultimato ao novo ministro da pasta. Caso não sejam satisfeitas as suas reivindicações, os guardas prisionais deci-

dem-se pela greve geral ● No Seixal, abriu as portas o novo mercado de Fernão Ferro ● Em Espinho, termina a 26.ª edição da Cinanima. O grande prémio foi para a francesa Zoia Trofimova com o filme «Le trop petit prince» ● Um milhão de pessoas manifestam-se contra a guerra no Iraque em Florença, no âmbito do Fórum Social Europeu ● Na internet, são divulgadas fotos anónimas, que provam maus tratos e violação dos direitos humanos, de presos afgãos, a caminho da prisão de Guantánamo, em Cuba.

10 Domingo

23.º Aniversário da JCP ● Em Sarilhos Pequenos, concelho da Moita, Carlos Carvalhas anuncia proposta do PCP para alterar o modo de funcionamento das comissões de inquérito na Assembleia da República «de forma a evitar abusos de poder» ● Em Florença, termina o Fórum Social Europeu com uma enorme manifestação pelas ruas da cidade.

11 Segunda-feira

PCP convoca manifestação para dia 13, em Lisboa, da população da Amadora, contra a venda dos terrenos da chamada Quinta do Estado ● O Presidente da República, Jorge Sampaio, apela ao «bom senso» do Governo nas alterações às leis do trabalho ● Provedor de Justiça, Nascimento Rodrigues, considera «censurável» o novo regime de perdão dos juros fiscais ● ONU apresenta aos governos grego e turco, uma proposta para a resolução do problema na Ilha de Chipre.

12 Terça-feira

PCP manifesta-se contra a «forma abusiva» como o Governo agiu no caso do inquérito às demissões na PJ ● Código do Trabalho é aprovado em Conselho de Ministros. Carlos Carvalhas diz que o Código «introduz a lei da selva» no mundo laboral ● Metro assume «algumas responsabilidades» no acidente do Terreiro do Paço ● ONU aprova levantamento do embargo a Cuba. A proposta é vetada apenas pelos Estados Unidos, Israel e Ilhas Marshall.

Aconteceu

Esperança para vítimas de violência no Seixal

No Seixal foi inaugurada uma nova casa para acolhimento de famílias em risco. Inaugurada no passado dia 6, a casa faz parte de um projecto promovido pela cooperativa *Pelo sonho é que vamos* e é financiado pelo Commissariado de Luta Contra a Pobreza da Zona Sul, em parceria com a edilidade, centros de emprego e saúde, escolas, infantários e polícia local.

580 mil euros foram já canalizados para esta obra, um lar de abrigo que, com capacidade para 10 famílias com filhos menores, pretende ser o espaço privilegiado para o trabalho de reinserção social.

Na cerimónia, o presidente da Autarquia, Alfredo Monteiro considerou que esta foi a melhor prenda de aniversário para o concelho do Seixal, que naquele dia comemorou 166 Primaveras.

As famílias terão programas de formação profissional e emprego, apoio à aquisição de casa própria e serviços de saúde e educação para as crianças.

Colômbia liberta narcotraficante

Chama-se Gilberto Rodriguez Orejuela, tem a alcunha de «o xadrezista», e foi libertado pelo governo do Presidente Uribe na passada quinta-feira. O «xadrezista» regressa agora às ruas da Colômbia após sete anos de cárcere de uma pena de 15 a que havia sido condenado, acusado de suborno a juízes, deputados, senadores e até um presidente do senado e polícias, durante as décadas de 80 e 90.

Na altura, Gilberto tinha montado uma rede de distribuição de cocaína que chegou a abastecer 80 por cento do mercado de 60 milhões de consumidores, só nos Estados Unidos, além de uma rede para lavar o dinheiro proveniente do tráfico.

Autarcas contra o impedimento de adquirir dívidas

Em Santarém, milhares de autarcas decidiram, na passada terça-feira, apelar à inconstitucionalidade do artigo da proposta de OE para 2003, que impede o endividamento das autarquias e prometem ainda, pro-

cessar o Estado «por violação de compromissos assumidos». A decisão foi tomada no Encontro Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses que analisou as consequências do OE para o poder local.

13.º Crosse na Quinta da Atalaia

Realizou-se no passado domingo na Quinta da Ata-

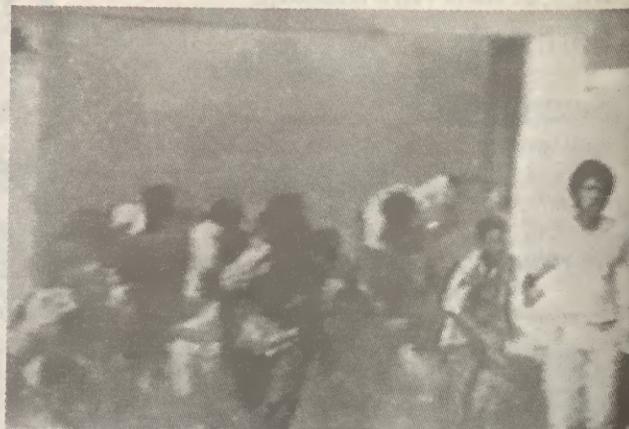
laia, Amora, Seixal a 13.ª edição do Crosse Cidade da

Amora. É uma das três provas que servem para obser-

vação com vista aos Europeus. Os atletas mas-

culinos africanos do Quênia não quiseram deixar os créditos em mãos alheias e venceram a prova com relativa facilidade, alcançando os três primeiros lugares da prova ganha por Philip Kipkoech. O melhor português foi Manuel Silva, do Sporting, que alcançou o 4.º lugar.

No feminino, a sportinguista Ana Dias soube impor-se às suas adversárias e cortar a meta em primeiro lugar.



Timorenses querem ver julgados os culpados pelo massacre de Díli

Em Timor-leste, no passado dia 11 celebrou-se mais um aniversário da triste data em que ocorreu o massacre de Díli. Na capital, Díli, milhares de jovens manifesta-

ram-se exigindo um tribunal internacional para julgar os responsáveis pelo ocorrido.

Estudantes e ONG's timorenses exigiram o julgamento do ex-ditador

da Indonésia Suharto e do seu general Wiranto. As cerimónias prolongaram-se por todo o dia.

Ainda hoje não é conhecido o número total de vítimas do massacre.

Taxas de construção sobem em Alcochete

Na passada segunda-feira, a Assembleia Municipal de Alcochete aprovou, com os votos contra da CDU, um aumento dos valores das taxas de construção e urbanização em 584 por cento. Em comunicado, os eleitos comunistas consideram que este aumento vai afastar as empresas de investirem no concelho e é

negativo para a economia da edilidade, já que, segundo a CDU, diminuindo a construção também diminuem as receitas. Por outro lado, a mesma Coligação considera que estes aumentos foram aprovados à pressa, na véspera de uma reunião extraordinária da Assembleia marcada para o dia 12.



Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Turquia Encruzilhada

Na Turquia, a recente vitória eleitoral dum recém-criado partido islâmico (1), afastando e esmagando o partido social-democrata do primeiro-ministro Bulent Ecevit, traduz, por um lado, a clara condenação popular à política antidemocrática e neoliberal de tal governo – que se inseriu no regime autoritário que domina a Turquia há décadas e que teve na ditadura militar dos anos 80 e parte de 90 a sua expressão mais violenta – e, por outro lado, expressa a ausência de alternativas democráticas e de esquerda no actual quadro político e eleitoral turco.

A instabilidade política e as dificuldades económicas do país, que levaram à convocação destas eleições, não serão por certo facilmente ultrapassadas com o novo quadro decorrente dos resultados eleitorais agora alcançados. A representação parlamentar dos diversos interesses que se cruzam e se chocam na sociedade turca foi alienada por um sistema eleitoral iníquo. Apenas dois partidos elegeram deputados (sem que nenhum deles tivesse representação parlamentar anterior). O que significa então o

Tudo leva a crer que a Turquia continuará como um dos principais e incondicionais aliados dos EUA

«multipartidarismo»? E a democracia representativa, profundamente distorcida pela criação das barreiras percentuais (10% no caso da Turquia), aqui introduzidas para esmagar forças de esquerda e impedir uma representação parlamentar curda? (2) E o que dizer duma maioria absoluta de deputados (66%) do AKP, com apenas 34,3% dos votos? A centralização do poder num só partido, cujo carácter político e ideológico é difuso e polémico, constitui factor de enorme incerteza quanto às políticas que o novo governo irá implementar.

São assim grandes as interrogações quanto à evolução da Turquia que, constituindo geograficamente uma encruzilhada entre a Europa, a Ásia Central e o Médio Oriente – o que lhe confere extraordinária importância geoestratégica –, poderá estar também numa encruzilhada política. Que medidas tomará o governo para dominar a inflação (54,4%) e reduzir o desemprego? Como irão o parlamento e o executivo lidar com a questão nacional curda? E com que apoios contará Erdogan, o líder do AKP, dentro e fora da Turquia, para concretizar o seu objectivo de acelerar as negociações de adesão à União Europeia, quando no seu seio há profundas divergências quanto a esse processo? E qual vai ser a sua atitude na próxima Cimeira de Praga para o alargamento da NATO? As respostas a estas e outras questões clarificarão rapidamente o rumo que a Turquia seguirá.

Entretanto, tudo leva a crer que a Turquia continuará como um dos principais e incondicionais aliados dos EUA. O seu empenhado papel como membro da NATO foi decisivo na guerra do Golfo e na agressão à Jugoslávia. Interveio militarmente no Kosovo e na Macedónia. Mantém a ocupação no norte de Chipre. Tensas são as relações com a Síria e o Iraque, enquanto desenvolve com Israel uma intensa cooperação militar. O militarismo é aliás uma característica intrínseca do regime turco, o que faz deste país um factor de instabilidade e insegurança no plano regional e mundial. Quando a acção criminosa de Israel prossegue sobre o martirizado povo palestino e os perigos de guerra espreitam a região é importante prestar toda a atenção à evolução deste grande país.

(1) Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP)

(2) O partido DEHAP, que nestas eleições representou a comunidade curda, obteve nas regiões curdas votações ente 30 e 50% e atingiu no plano nacional 6,2%

Editorial

A PRIMEIRA FILA

No plano internacional como no plano nacional, a situação que hoje vivemos está recheada de ameaças e de perigos mas também, simultaneamente, carregada de perspectivas de luta e, portanto, de sinais de esperança.

À escala planetária crescem as desigualdades e as injustiças sociais; intensificam-se a exploração e a opressão capitalistas; a violação e o espezinhamento dos direitos humanos constituem uma rotina diária; as regressões civilizacionais vibram machadadas ferozes em direitos e conquistas políticas e sociais dos trabalhadores e dos povos; os conflitos bélicos, as agressões, os massacres, a barbárie, a aplicação brutal da lei do mais forte passaram a fazer parte do quotidiano; com a displicência própria de uma inteligência desumanizada e brutal decide-se a morte de centenas de milhar de pessoas e louva-se o assassinato de outras centenas de milhar. Tudo isto, tendendo a acentuar-se e a agudizar-

“A luta continua. Forte. Ampla. Intensa”

-se, desnuda cada vez mais a natureza da nova ordem dominante, liderada pelo imperialismo norte-americano e o seu conteúdo crescentemente fascizante.

Contra esta nova ordem imperialista, erguem-se e lutam, à escala planetária, milhões de homens, mulheres e jovens, organizados nos seus partidos comunistas e progressistas, nos seus movimentos sindicais de classe, nos mais diversificados movimentos sociais. Por todo o mundo, operários, empregados, reformados, estudantes, mulheres lutam pelos seus direitos e interesses recorrendo às mais diversas formas de luta, exigem o cumprimento do direito ao trabalho e a salários dignos, assumem o direito à livre opinião e à participação, intervêm activa e intensamente na luta pela paz e contra a guerra, afirmam, através da intervenção lúcida e consciente, que todos os seres humanos, pelo simples facto de existirem, têm direitos que ninguém tem o direito de lhes retirar. E tudo isto comporta sinais positivos, sinais de uma mudança que, ainda que longe no horizonte da sua concretização, é necessária e indispensável e só através da luta pode ser conseguida.

O recente Fórum Social Europeu de Florença é um dos muitos e importantes caminhos que a luta anti-imperialista tem vindo a assumir. Dezenas de milhar de participantes, idos de vários países da Europa, nomeadamente de Portugal, discutiram questões de grande relevância na situação actual e culminaram o amplo debate com uma manifestação em que um milhão de pessoas desfilou pelas ruas de Florença, gritando *não* à guerra e *sim* à paz. Como não podia deixar de ser o PCP esteve presente neste memorável acontecimento. Intervindo nos debates, participando na

gigantesca manifestação, a representação do PCP levou a Florença a voz, a opinião, a determinação de luta dos comunistas portugueses. O facto de a presença da delegação do PCP em Florença ter sido silenciada e ocultada, em Portugal, pela generalidade dos órgãos de comunicação social dominante não surpreende. Como não surpreende o facto de outras delegações, por sinal todas bem mais pequenas do que a dos comunistas, terem sido catapultadas para a ribalta por essa mesma comunicação social. É assim que os media agem, aqui, todos os dias em relação ao PCP e em relação às outras forças políticas – algumas das quais só existem porque dispõem de abundante espaço e tempo mediáticos. Correndo o risco de irritar os que não gostam de ouvir as verdades, diremos que tudo isto é natural, sabendo-se que os proprietários da comunicação social são os grandes grupos económicos e financeiros para os quais o PCP é o inimigo principal e para os quais tudo o que apareça visando diminuir a força e a influência do PCP é considerado aliado digno de apoio.

Entretanto, e por muito que lhes custe, nós, comunistas, nós PCP, cá estamos e estaremos: na vanguarda da luta, estimulando-a, organizando-a e participando nela num grau e numa dimensão singulares – e conferindo-lhe um muito específico conteúdo.

No plano nacional, a evolução da situação decorre por caminhos correspondentes aos que, internacionalmente, são prosseguidos. O Governo PSD/CDS-PP – ao mesmo tempo que apoia e assina de cruz toda a prática opressiva e repressiva dos donos do mundo, ao mesmo tempo que apoia e assina incondicionalmente os crimes praticados e a praticar pelo imperialismo norte-americano e se torna conivente no assassinato de centenas de milhar de vítimas inocentes, ao mesmo tempo que se submete servilmente, de cócoras, a todas as ordens dadas pelos grandes da União Europeia – prossegue a aplicação da sua política de classe: uma política ao serviço, a tempo inteiro, dos interesses do grande capital e, por isso, fortemente violadora dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

A política de direita está, hoje, submersa num oceano de escândalos e corrupções – os quais, reconheça-se, tendo a gravidade que têm, não são mais graves do que outros escândalos e corrupções ocorridos em situações anteriores e só confirmam que tais ocorrências são intrínsecas à própria política de direita, estão-lhe no sangue, seja ela praticada por que partido for – que, sendo importante denunciar, não podem levar-nos a esquecer o agravamento diário da situação económica e social (que o Orçamento de Estado apresentado vem acentuar), os ataques de Barroso e Portas à Segurança Social, à Saúde e ao Ensino, o tenebroso «Código do Trabalho», tão carregado de pedaços do passado que poderia ter sido decretado por um governo de Salazar ou Caetano, tendo como ministro do trabalho Bagão Félix..

Mas a luta continua. Forte. Ampla. Intensa. E, a curto prazo, mais forte, mais ampla e mais intensa. E nessa luta os comunistas ocupam o lugar que lhes compete: a primeira fila.

Actual Gostávamos de saber

• José Casanova

Pergunta a jornalista: «O que quer o secretário-geral deste congresso?» Responde o porta-voz do partido em congresso: «Propõe-se ser eleito com a estratégia e o mandato de ganhar as próximas legislativas. O caminho são as legislativas de 2006.» Eis, numa simples pergunta e numa igualmente simples resposta, um conceito de congresso e de participação militante. A coisa é simples, de facto, e muito pragmática: o secretário-geral e o seu staff elaboram uma moção de estratégia - na qual ensinam o caminho para a vitória em 2006 - e apresentam-na aos delegados que responderão votando a favor, contra ou abstendo-se. Como à generalidade dos militantes nada mais é pedido do que um voto, aprovada a moção, o secretário-geral considera-se vencedor e faz o discurso da vitória. Assim, se alguém se lembrar de colocar a imperitine questão: *o que quer do congresso o partido que lhe dá o nome e, portanto, os militantes desse partido?* - a

resposta está dada: o partido e os militantes querem o que o secretário-geral quis que quisessem.

Estas são, em resumo, as normas e o conceito de democracia e de participação militante de quase todos os partidos nacionais. É claro que cada partido tem as normas de funcionamento que muito bem entende. Mas é igualmente claro que essas normas constituem uma forma de aferir o conceito de democracia interna vigente em cada partido.

Conosco, comunistas, é assim (também em resumo): vários meses antes da data do congresso, procede-se a um debate em todo o Partido suscitando o maior número possível de militantes a dar a sua opinião sobre o que deve ser o congresso; na base dessa troca de opiniões colectiva, o Comité Central ela-



hora um pré-projecto de resolução política que, depois, submete à discussão no Partido; dezenas de milhares de militantes, durante um a dois meses, discutem esse pré-projecto:

concordam, discordam, propõem alterações, desenvolvem conteúdos, enfim **participam**; na sequência desse debate, no decorrer do qual os delegados ao congresso são eleitos, o pré-projecto passa a projecto de resolução política que, levado ao congresso, aí será discutido e aprovado pelos delegados - passando, assim, a constituir orientação para todos os militantes do Partido.

Os observadores de serviço consideram profundamente *democrático* o primeiro método e horrorosamente *antidemocrático* o segundo. Eles lá saberão porquê - dir-se-á. Pois. Mas nós também gostávamos de saber.

Sem urticária

• Vítor Dias

Sob o inefável título «*Como fazer política sem partidos políticos*», a reportagem do enviado do «Público» a Florença dava-nos a conhecer no passado sábado a diatribe que Bernard Cassen, do ATTAC francês, ali terá proferido contra o papel dos partidos e as «instrumentalizações» a que seriam propensos.

Começemos então por registar quão curioso é que seja de personalidades que se colocam à esquerda que vêm generalizações, caricaturas e preconceitos contra «os partidos» que tão bem convergem com um populismo tonto, perigoso e de direita que por aí anda.

Anotemos de seguida que, no âmbito do movimento mundial de luta contra o neoliberalismo e a globalização capitalista, a nós não nos causa qualquer urticária nem a diversidade e heterogeneidade das forças, movimentos e correntes nem as patentes especificidades que cada uma reclame nas suas formas de estar, de funcionar e de agir. Mas, pelos vistos, há quem não partilhe desta visão larga, flexível e agregadora de energias e prefira antes fazer campanha contra «os partidos».

Salientamos depois que tanto B. Cassen como outros continuam a precisar que se lhes explique que os partidos não são uma invenção do demónio nem repartições do Estado antes são precisamente organizações de cidadãos só que livre, estável e duradouramente associados em torno de ideais e de um projecto político e que, por sinal e

tirando talvez apenas os sindicatos, até são das organizações que maior número de cidadãos agregam e representam.

E observamos ainda que, em alguns, o preconceito contra os partidos existe mas deixa logo de existir se estes aceitarem serem apenas meros «carregadores de pianos» e fornecedores de audiências para os porta-vozes de alguns «movimentos de cidadãos».

E quanto à democracia e à participação, convém não esquecer que, por comparação com os partidos, é praticamente certo que, quanto mais informal e menos estruturado for um movimento ou uma força, maior será a concentração de poderes na sua direcção e a respectiva latitude de actuação e menor será a sua prestação de contas aos apoiantes desse movimento.

Dizendo isto, não temos entretanto nenhuma hesitação em sublinhar que não é por esse critério que avaliamos seja quem for porque antes reconhecemos que até uma organização ou movimento que pouco mais seja que uma sigla e meia dúzia de dirigentes ou activistas pode dar uma valiosa contribuição específica para os processos de esclarecimento, mobilização e luta que, à escala nacional e internacional, são hoje indispensáveis.

A terminar, só é de desejar que, discursos à parte, haja muitos a fazer pelo favorecimento da participação e iniciativa dos cidadãos um décimo que seja do que fazem o PCP e outros partidos comunistas e forças progressistas.



Factos políticos

• Leandro Martins

À medida que inexoravelmente se aproxima o momento de medir forças - será eventualmente assim, em forma de braço-de-ferro, que os comentadores encartados irão encarar a batalha travada entre os trabalhadores lutando em defesa dos seus direitos e o Governo tentando impor os interesses do grande patronato - os factos políticos derramam-se em cata-dupa sobre o mais distraído dos consumidores de notícias. Não diremos que tais factos sejam de somenos, que não sejam importantes, que não mereçam a atenção viva de leitores, ouvintes e telespectadores. O certo é que têm actuado, ou pretendem actuar como desvalorizados do que no essencial ocorre, relegando para segundo plano, ou diminuindo-lhe o «tamanho», esfumando-lhe o significado, as grandes questões nacionais e internacionais.



Começemos por estas: em Florença, cerca de um milhão de manifestantes desfilaram durante quilómetros, condenando a preparação da guerra que os Estados Unidos e seus aliados pretendem fazer ao Iraque, exigindo a paz. Que reportagens tivemos? Nos canais da TV, apenas o direito a algumas imagens que se «esqueceram» de mostrar a dimensão do protesto. Nos jornais, o mesmo aconteceu. Não houve violência, tanto ao gosto dos *media* e dos seus patrões, mas uma pacífica e vasta massa de gente que contraria os intentos de Bush, e onde as bandeiras vermelhas mostraram que não é

possível arredar da cena das movimentações sociais progressistas os partidos - e nomeadamente os partidos comunistas, que os noticiários escondem

sob a «simpatia» de blocos de «esquerda» e de outros folclores.

Por cá, falemos da greve geral que se prepara e que, por estar demonstrada a sua inevitabilidade e por estar firme o papel dos comunistas à frente das lutas dos trabalhadores, já não é notícia. Notícias são as «presidências abertas», com bombeiros a marchar, criancinhas a acenar e o Presidente, entre um passeio no caminho das pedras e a prova de um queijo, lança apelos ao «entendimento», à concórdia nacional, pretendendo não ver as razões de uns - a maioria - e os interesses mesquinhos de outros - os exploradores. É o veto a um casino, guindado às primeiras páginas como se fosse uma relevante tomada de posição. São as comissões de inquérito, transformadas em terreno de guerrilha entre o Governo e as suas cumplicidades, por um lado, e, por outro, o maior partido da oposição e as suas fraquezas.

Mas a greve geral vem aí. E ninguém vai dizer então que foram os «bloquistas» e a UGT a convocá-la.

Frases

“Bush e Blair preparam ataque / Acção contra Iraque envolveria acções aéreas maciças, bombas guiadas por satélite e operações especiais secretas”

(Título e pós-título, Diário de Notícias, 11.11.02)

“Bagdad deve aceitar resolução da ONU / Liga Árabe pede também “continuação da cooperação” do Iraque e ONU e “imparcialidade dos inspectores””

(Idem, ibidem)

“Quem olha hoje para os jornais e ouve os noticiários, parece-lhe que este País é uma choldra, porque vê-se corrupção, vê-se uma maioria que encerra uma comissão (de inquérito) que quer saber da verdade, vê-se o aumento dos preços, e parece que não temos rei nem roque”

(Carlos Carvalhas, idem)

“A única coisa que se interpõe entre mim e a grandeza sou eu mesmo”

(Woody Allen, idem)

“O referendo tem o significado político de lembrar o princípio da autodeterminação. Contra Madrid, claro, que considera Gibraltar um resquício colonial - mas não abre mão de Ceuta e Melilla, que Marrocos reivindica”

(Francisco Sarsfield Cabral, idem)

“Estamos a chegar ao limite do apodrecimento da vida política”

(Manuel Alegre, Público, 11.11.02)

“Há uma responsabilidade do Primeiro-Ministro, que não pode assobiar para o lado. E o Presidente da República é o garante supremo do funcionamento das instituições democráticas. Esse é um poder absoluto que tem. É um juízo que lhe compete a ele”

(Idem, ibidem)

“O comando metropolitano do Porto da PSP tem vindo a efectuar operações diárias com vista a “escorraçar os arrumadores” (...) Tratar mendigos, pedintes e excluídos, franja onde se incluem os arrumadores, como ladrões é não só um erro crasso como um “boomerang” difícil de suportar no regresso”

(Nuno Pacheco, idem)

“Seria pelo menos paradoxal vermos Manuela Ferreira Leite e Durão Barroso atrelados à causa dos casinos como solução orçamental”

(Eduardo Prado Coelho, idem)

“Tudo se torna ainda mais inquietante, quando se conhecem os projectos do Governo PSD/PP, no sentido da militarização da GNR e da PSP, numa perspectiva securitária lesiva da ordem democrática”

(Ruben de Carvalho, Diário de Notícias, 08.11.02)

“Um facto é notório: algures, ao longo do nosso radioso caminho rumo à Europa, fizemos um desvio e aproximámo-nos do Paraguai”

(Alfredo Gonçalves, Correio da Manhã, 08.11.02)

“Convençam-se, de uma vez por todas, os intelectuais saloios deste condado atlântico: o País e o seu futebol, para o melhor e para o pior, são um só”

(Vítor Serpa, A Bola, 09.11.02)



Greve nacional para travar ataques do Governo ao sector

Função Pública pára hoje

Os trabalhadores da Administração Pública realizam hoje uma greve nacional contra os gravosos ataques do Governo aos trabalhadores do sector. À CGTP juntou-se a UGT e, mais recentemente, diversos sindicatos não filiados em nenhuma das centrais.

A adesão dos trabalhadores à greve de hoje deverá ser a maior de sempre. Esta é a convicção do dirigente da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, Paulo Trindade, já expressa em diversas ocasiões.

Tudo indica que o dirigente sindical terá razão e que se assistirá a uma grande jornada de luta dos trabalhadores da administração pública, que se têm revelado particularmente activos na contestação à política de direita do Governo PSD/PP. Foram mesmo estes trabalhadores os

primeiros a sair à rua, imediatamente após serem conhecidas as intenções do Governo de despedir os trabalhadores precários e avançar com a lei dos «supranumerários». Nesta primeira manifestação, realizada no dia 7 de Julho, participaram mais de 15 mil trabalhadores. No passado dia 16 de Outubro, foram mais de 50 mil os manifestantes que encheram por completo algumas das maiores avenidas de Lisboa. Para além das acções próprias do sector, a Frente Comum participou em todas as jorna-

das nacionais de luta da CGTP. As greves que realizou contaram com adesões elevadas e crescentes.

Fora do âmbito das grandes jornadas de luta, vários sectores da Administração Pública destacaram-se pelas acções que realizaram: trabalhadores precários de diversos institutos e serviços, auxiliares de acção médica ou educativa, educadores de infância, professores e muitos outros.

Protesto mais forte

Esta nova paralisação acontece no dia da votação final global do Orçamento de Estado para 2003, que veio aumentar ainda mais os moti-

vos para a indignação ao prever a retirada de direitos e garantias essenciais do Estatuto da Aposentação e ao indexar os aumentos salariais à inflação prevista para a «zona Euro», inferior à verificada em Portugal.

A luta dos trabalhadores da Função Pública tem vindo a crescer

Aos novos ataques do Governo juntam-se outros mais antigos, como a proposta de criação de um «quadro de supranumerários» em todos os ministérios – verdadeira recriação da «lei dos disponíveis», apresentada pelo Governo de Cavaco Silva e derrotada pelos trabalhadores em 1992 –, o Pacote Laboral, as alterações à Lei de Bases da Segurança Social e a privatização dos serviços públicos. O despedimento dos trabalhadores com víncu-

los precários, já em curso, é outro dos motivos apontado pelos sindicatos. As razões para a luta são hoje mais do que eram em 7 de Junho. Os protestos são também mais fortes. E já deram resultados. A paralisação dos trabalhadores do sector da saúde de 19 de Julho forçou o Governo à introdução de importantes alterações no – ainda e sempre negativo – diploma de Gestão Hospitalar e as greves sucessivas dos precários das Lojas do Cidadão levaram à renovação dos seus contratos.

Grande abrangência

Outro dos motivos para confiar numa adesão «histórica» dos trabalhadores à greve de hoje tem a ver com a maior abrangência desta paralisa-

ção. À luta dos sindicatos da CGTP juntaram-se recentemente estruturas filiadas na UGT e alguns sindicatos independentes, de que são exemplos o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, o Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos.

A convergência alcançada para esta greve nacional é resultado, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, CGTP-IN, da rejeição unânime em torno das medidas do Governo. Para travar as suas intenções, tudo depende da unidade e determinação dos trabalhadores, prossegue o sindicato. Pode esperar-se, portanto, uma mobilização sem precedentes.



Tudo aponta para uma adesão sem precedentes à greve de hoje

Razões de sobra

Para a greve nacional da Função Pública de hoje, os sindicatos apresentam um grande número de reivindicações, explicado pelo ataque brutal do Governo aos trabalhadores, especialmente do sector público. O pré-aviso de greve da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública destaca que «é com indignação e revolta que os trabalhadores da Administração Pública têm vindo a ser objecto de todo um conjunto de medidas lesivas da sua dignidade profissional». E tudo isto inserido no quadro de uma ofensiva mais geral, lesiva de toda a sociedade portuguesa, afirma a Federação. Eis as razões de luta constantes no pré-aviso de greve:

- O despedimento de trabalhadores que, a título precário, correspondem a necessidades permanentes dos serviços;
- A criação de quadros de supranumerários (disponíveis);
- O congelamento dos concursos de promoção;
- A ameaça de redução do poder de compra dos salários através da intenção de utilizar a inflação média da União Europeia como referencial para as negociações salariais;
- O privilegiar do contrato individual de trabalho para desregular as relações laborais;
- A privatização de serviços, funções e áreas da Administração Pública;
- A ausência de resposta às posições sindicais;
- A tentativa acelerada de alterar o Estatuto de Aposentação.

Salários em atraso

Em Faro, os operários da obra do Edifício do Parque das Cidades, recusaram-se a iniciar o trabalho no passado dia 7 por ainda não terem recebido os salários referentes ao mês de Outubro. Os trabalhadores mantiveram o protesto apesar das promessas da direcção da obra, reafirmando a sua intenção de recomeçar o trabalho quando os salários fossem pagos. Este protesto dos operários da construção civil alargou-se a outras obras, onde os trabalhadores sofrem de problemas semelhantes, tais como na Construtora Abrantina e nas obras da Marina de Albufeira, Aeroporto de Faro e Quinta do Lago.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul lamenta que na acção efectuada no passado dia 5 pela Inspecção-Geral do Trabalho não se tenha ouvido os trabalhadores relativamente a esta matéria. Os salários em atraso atingem especialmente muitos trabalhadores imigrantes.

Despedimento em Hospital

No hospital de Santa Luzia, em Viana do Castelo, 51 trabalhadores precários estão em vias de serem despedidos. Segundo declarações do coordenador do Sindicato da Função Pública do Norte à Lusa, «a esmagadora maioria dos trabalhadores agora dispensados está a trabalhar a contrato há mais de cinco e seis anos, havendo inclusivamente uma trabalhadora a prestar serviço no hospital desde 1994». Face a estes despedimentos, o dirigente sindical afirmou que se o hospital proceder a novas contratações para substituir os trabalhadores, o sindicato recorrerá de imediato aos tribunais para exigir a readmissão dos trabalhadores. O sindicalista entende que estes despedimentos estão ligados às restrições financeiras impostas pelo Governo, que «não tem escrúpulos em cortar em áreas sensíveis como a saúde, mesmo que isso traga prejuízo grave para os utentes».

Ferrovários

«A greve geral é imperiosa». Esta é uma das convicções do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário expressa no novo número do seu boletim. O sindicato afirma-se ainda consciente «que a actual ofensiva vai exigir uma luta prolongada e dura» e confirmou já a sua participação na jornada de luta do próximo dia 30 de Novembro. Para além de resistir à ofensiva, o sindicato considera que o essencial reforço da acção reivindicativa nas empresas é também uma forma de combater o Pacote Laboral. Aumentos mínimos de 5,5 por cento, a redução do horário para as 35 horas, o aumento das férias e a defesa dos direitos adquiridos são as principais reivindicações.

Na Lusa e na SIC, vários trabalhadores estão a ser forçados a rescindir os seus contratos

Despedimentos mediáticos

Vários trabalhadores de empresas de comunicação social foram já forçados a rescindirem os seus contratos. SIC e Lusa querem resolver alegados problemas financeiros cortando no pessoal.

A Direcção de Informação da SIC informou já dois jornalistas da estação de que são considerados «dispensáveis» e estão em vias de serem despedidos. Esta situação foi denunciada pelos

delegados sindicais da SIC do Sindicato dos Jornalistas, em nota enviada à imprensa no passado dia 12. Os delegados sindicais lembram que, face à lei, não cabe à Direcção de Informa-

ção assumir um papel que cabe à Direcção de Recursos Humanos. No plenário realizado no passado dia 6, os jornalistas de todos os canais da SIC haviam já apelado aos seus colegas com funções de direcção e chefia para que não aceitassem a «injusta responsabilidade de elaborar ou participar na

elaboração de listas de jornalistas a dispensar, ou mesmo a contactar». Na mesma linha, os delegados sindicais lamentam que a Direcção de informação não tenha «recusado tarefa tão odiosa».

Na Lusa, pondera-se o recurso à greve para travar os despedimentos

Este pode ser o início de uma vaga de despedimentos mais vasta, provocada pelo objectivo da estação de reduzir em cinco milhões de euros os gastos da empresa, e todos com pessoal.

Do plenário realizado na passada semana saiu a exigência dos trabalhadores de que qualquer processo de abordagem às alegadas dificuldades da empresa passe pelo esclarecimento da situação e pela discussão da maior gama possível de soluções.

A moção aprovada exigia também a suspensão imediata de qualquer processo de abordagem selectiva de trabalhadores com vista ao seu despedimento. Até à realização do próximo plenário, no dia 20 deste mês, o sindicato vai procurar reunir-se com a administração com vista ao cumprimento da moção.

Lusa

Na Agência Lusa, as consequências da privatização anunciada – e desejada pelo Governo – começam a fazer-se sentir. Alegando problemas económicos, a administração da agência noticiosa nacional «persiste em tentar forçar trabalhadores a aceitar despedimentos e há informações de que pretende levar 30 jornalistas a aceitar esse despedimento», considera a moção aprovada num plenário que ocorreu no passado dia 6. Os trabalha-

dores baseiam esta sua convicção no lançamento de um processo de avaliação dos funcionários em relação ao qual se desconhecem os objectivos, sendo portanto lícito admitir que a intenção seja «tentar legitimar inaceitáveis despedimentos». Questionado pelos trabalhadores acerca do objectivo de tal processo de avaliação, o Director de Informação afirmou que não seria para efeitos de promoção, já que não havia dinheiro. Fica no ar a dúvida.

O Sindicato dos Jornalistas procurou reunir com a administração no sentido de discutir estas questões e procurar entender as razões para tal processo de avaliação. Essa reunião esteve marcada, acabando a administração por não comparecer, fazendo-se representar por um director sem poderes de decisão.

A semelhança do que se passa na SIC, o sindicato e os trabalhadores exigem que sejam prestadas informações detalhadas sobre a verdadeira situação económica e financeira da empresa. Até por que, afirma a moção aprovada no plenário, «em despesas que não são de pessoal, continua a assistirse a uma gestão de pouco rigor».

Os trabalhadores exigem ainda o fim de toda e qualquer pressão sobre os jornalistas no sentido de os forçar a aceitar o despedimento e também a marcação de uma nova reunião com a administração, com os mesmos objectivos da anterior. Se as reivindicações não forem atendidas, os trabalhadores, que se reúnem novamente em plenário no dia 20, podem endurecer a luta, designadamente recorrendo à greve.

Queixa-crime contra a ministra das Finanças Uma questão de honra

Os trabalhadores dos CTT, apoiados pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (STNCT), entregaram na passada semana, na Procuradoria-Geral da República, uma queixa-crime contra a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite. Esta queixa baseia-se na «ameaça de prisão» feita pela ministra a propósito do novo regime dos certificados de aforro.

Segundo a queixa-crime, as declarações da ministra ofenderam gravemente a honra dos trabalhadores, lesando de forma irreparável a sua dignidade profissional e pessoal. O facto de Manuela Ferreira Leite ter agido de forma livre, consciente e deliberada são também

factores que o processo instaurado levou em linha de conta. «Os trabalhadores não perdem a sua cidadania nem os seus direitos de personalidade com a celebração dos contratos de trabalho, tendo, também, direito ao bom nome e reputação, garantido no artigo 26.º da Constituição da República», lê-se no processo entregue, que considera que a ministra das Finanças cometeu crime de difamação, previsto no artigo 180.º do Código Penal, e punido com pena de prisão até dois anos e de multa não inferior a 120 dias. Os trabalhadores que apresentaram a queixa não afastam a hipótese de exigir o pagamento de indemnizações.



De costas voltadas. A «ameaça de prisão» aos trabalhadores dos CTT valeu a Ferreira Leite uma queixa-crime

Demolição do Estoril-Sol é imoral

O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Sul e a Comissão de Trabalhadores do Estoril-Sol consideram imoral e escandaloso o acordo entre a Câmara de Cascais e o grupo proprietário da unidade hoteleira. Segundo as estruturas de trabalhadores, são 250 os postos de trabalho que dependem directamente desse hotel e que, desta forma, serão destruídos. Neste sentido, os trabalhadores aprovaram formas de resistência, entre as quais se inclui a sensibilização da população de Cascais para a sua causa.

Mas, para o sindicato e CT, a questão não é apenas laboral, pois a destruição do Estoril-Sol representará a perda para a região de Cascais da unidade que desde há 38 anos «tem servido de âncora

ao desenvolvimento turístico e hoteleiro da zona, responsável pelo alojamento de cerca de 80 mil turistas por ano». As duas estruturas lembram ainda que este hotel é o único da região com capacidade para receber grandes grupos e para realizar reuniões e congressos. Contrária à demolição do Hotel está igualmente a Associação Comercial de Cascais segundo a qual o comércio tradicional sairá seriamente afectado pela redução dos fluxos turísticos para a zona, sobretudo aquando do campeonato europeu de futebol de 2004.

As estruturas representativas dos trabalhadores consideram que este processo não se pode afastar de todo um conjunto de medidas que têm

vindo a favorecer as empresas de Stanley Ho e de Américo Amorim, em que se inclui a renovação da concessão de jogos do Estoril, sem concurso público, por um período de mais de 20 anos, bem como a tentativa de construção de um casino no Parque Mayer.

O sindicato e a CT acusam a autarquia de Cascais de agir como se fosse «um organismo de promoção de interesses particulares e privados», ao dar o aval à destruição de tantos postos de trabalho e de uma unidade económica essencial para o seu concelho.

As duas estruturas exigem que no lugar do hotel a destruir se construa um novo, com semelhante capacidade e com igual valência para a realização de reuniões e congressos.

22 mil pelos direitos

Mais de 22 mil trabalhadores da Função Pública subscreveram o abaixo-assinado promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, no qual se pede que o Presidente da República não promulgue a Lei do Orçamento de Estado na parte em que se altera o estatuto de aposentação.

Os subscretores consideram que as normas contidas no artigo 8.º da futura lei do Orçamento de Estado são inconstitucionais, quer quanto à forma quer quanto ao conteúdo, pois «visam destruir direitos adquiridos pelos trabalhadores da Função Pública ao alterar, para muito pior, a forma de cálculo da pensão e reduzir substancialmente essa pensão», afirma a nota de imprensa do sindicato. Os trabalhadores afirmam também que esta medida aumenta o número de anos necessários para a aposentação. É mais, tudo isto foi proposto e aprovado sem qualquer processo prévio de audição ou negociação com os representantes dos trabalhadores.

Para que o Presidente não deixe passar um diploma inconstitucional, uma delegação do sindicato deslocou-se na passada segunda-feira à residência presidencial, entregando o abaixo-assinado e pedindo ao chefe de Estado que exerça os seus «poderes legítimos e constitucionais».

CGTP reafirma repúdio ao Pacote Laboral

«Não há remendos possíveis»

«As propostas do Governo têm que ser comparadas com a realidade e não com nenhuma proposta anterior», afirmou Carvalho da Silva, lembrando que o Pacote Laboral agrava bastante a situação actualmente existente.

No mesmo dia em que o Conselho de Ministros aprovou o Código do Trabalho, a CGTP realizou uma conferência de imprensa onde desvalorizou as alegadas cedências do Governo. Para a central sindical, a ideia do Governo é simples: «criar um cenário ultra-negro para depois ir pincelando de cores mais claras,

A concertação social foi um processo de audição e não de negociação

afirmando que é o resultado do consenso». Na opinião do secretário-geral, Carvalho da Silva, que participou na conferência de imprensa, o Governo «criou um anteprojecto absolutamente execrável e depois vai mexendo, propagandeando que há alterações». Para o sindicalista, a concertação social não foi um processo de negociação mas apenas de mera audição, que trouxe, obviamente, evoluções. Mas as comparações têm que ser feitas «com a realidade e não com nenhuma proposta anterior». O que está em causa é «uma tentativa de revolução conservadora e ultra-liberal» e não a discussão «deste ou daquele ponto». Até por que, rematou, para este projecto «não há remendos possíveis».

O dirigente sindical destacou depois a necessidade de centrar a discussão no que é essencial. E essencial é que o Código conta com várias dezenas de artigos que visam, essencialmente, três objectivos: «desregulamentar ainda mais o trabalho, reduzir os custos do trabalho apenas às custas da remuneração dos trabalhadores

e aumentar o poder das entidades patronais». Para além disto, tem uma série de áreas em que o Governo assume posições inaceitáveis para a CGTP, nomeadamente ao pretender eliminar o Direito do Trabalho como direito autónomo, estruturado na base do princípio que o enforma historicamente, que reconhece o trabalhador como a parte mais fraca da relação laboral e que, como tal, precisa de ser protegido». A criação de mecanismos de regulamentação dos direitos de personalidade, constitucionalmente consagrados, merece igualmente a oposição da Intersindical.

Quaisquer que sejam os «recuos» do Governo, a CGTP relembra que as alterações propostas à legislação

do trabalho agravam a situação actualmente existente.

Para além disso, este Código é uma «aventura perigosa» que pode comprometer o próprio desenvolvimento do País na medida em que levará a uma enorme conflitualidade social. Segundo a CGTP, esta «aventura» é consciente e deve-se à ambição do patronato em aumentar os lucros de qualquer maneira.

Intensificar a luta

«O que temos sobre a mesa impõe o aumento e intensificação da luta», declarou o secretário-geral da Intersindical, reafirmando que essa intensificação pode passar pela greve geral. Para Carvalho da Silva, este não será um combate fácil e nem a greve geral será a resolução para todos os problemas. Contudo, o dirigente da CGTP afirmou que a central e os trabalhadores estão preparados para uma «luta dura e prolongada».

O dirigente da Intersindical considera que os conteúdos do Pacote Laboral têm sido constantemente escondi-



Os dirigentes da CGTP Joaquim Dionísio, Deolinda Machado, Carvalho da Silva, Ernesto Cartaxo e Carlos Trindade

dos da sociedade e apelou aos trabalhadores e a outros sectores para que não se deixem levar pela propaganda do Governo, analisando o conteúdo das suas propostas.

Esta tentativa por parte do Governo em procurar esconder as suas reais intenções tem o seu expoente máximo no facto de a CGTP não ter tido ainda acesso à versão final do texto, apresentada na reunião do Conselho de

Ministros nesse mesmo dia. Isto impossibilitou a central sindical de conhecer as alegadas alterações ao documento. Embora estivesse prometido que os sindicatos e confederações patronais receberiam a versão final no passado dia 7, último dia de reuniões da concertação social, isso não aconteceu, pelo menos no caso da Intersindical. Posteriormente, o Governo «disse que nos

daria a conhecer o texto no mesmo momento em que o desse a conhecer aos ministros. Tal como podemos confirmar, não é verdade», afirmou o secretário-geral da CGTP. Esta postura foi constante, como denunciou Carvalho da Silva, pois o Governo, «durante a chamada segunda fase de audição da concertação social, nunca assumiu nenhuma posição por escrito».

Comparações

Terminado o processo de concertação social e aprovada pelo Conselho de Ministros o Pacote Laboral, muitas têm sido as comparações feitas entre ambas as versões do documento. Se Bagão Félix destaca a importância do processo de concertação social, a CGTP afirma que comparações só com a lei actual.

Para a central sindical, a questão do Governo ter «cedido» na questão dos contratos a prazo – que da duração ilimitada da primeira versão são fixados em seis anos e três renovações – é falsa, já que o actual quadro legislativo fixa em três anos estes contratos com direito a duas renovações. Para o secretário-geral da Inter, já há demasiada precariedade com a lei actual.

Relativamente ao trabalho nocturno, o ministro vangloria-se de ter recuado uma hora (22 horas) na extensão do período de trabalho normal. Para a central sindical, o que está em causa é um alargamento de duas horas face à actual lei.

A questão das pausas, que foi alvo de uma longa e dura luta dos trabalhadores entre 1996 e 1998, que conquistaram a sua inclusão no horário de trabalho, sofre também um

retrocesso. Na proposta do Governo, e para os próximos dois anos, as pausas não contam para o horário. Na opinião da CGTP, isto trata-se de um velho sonho do grande patronato, nomeadamente da CIP.

Por ser paradigmática do comportamento do Governo em matérias laborais, uma «cedência» mereceu do secretário-geral da CGTP um comentário especial, na conferência de imprensa de anteontem. Carvalho da Silva considerou como «uma grande hipocrisia» a medida que visa dispensar uma vez, de três em três meses, os pais e mães trabalhadores para que possam acompanhar a situação escolar dos seus filhos. «É preciso ter uma grande dose de cinismo para apresentar esta proposta, porque por detrás disto está a desregulamentação do trabalho desses mesmos pais e mães todos os dias e a todas as horas», referiu o sindicalista.

Particularmente graves relativamente à lei actual são as propostas relativas ao alargamento do conceito de justa causa para despedimento, a flexibilidade de horários e os ataques à contratação colectiva e aos próprios sindicatos.



Novas acções de luta poderão vir a ser marcadas na reunião do Conselho Nacional da CGTP do dia 19

Código cada vez mais contestado

O Presidente da República, Jorge Sampaio, pediu realismo na alteração das leis laborais. Para o chefe de Estado, é absurdo pôr em causa a adequação das leis quando antes pouco se fez para garantir a sua efectiva aplicação. Jorge Sampaio considera ainda que as mutações no mundo do trabalho não têm que ter como contrapartida uma flexibilização incondicional dos vínculos contratuais e a fragilização de outras garantias associadas ao trabalho. Jorge Sampaio contestou ainda a ideia de que o sistema legal e institucional de protecção dos trabalhadores tenha de ruir, por alegadamente introduzir rigidez onde se exige adaptabilidade. Questionado anteontem sobre as declarações do Presidente da República, Carvalho da Silva considerou que estas vão ao encontro de algumas das exigências da central sindical.

Na terça-feira foi a vez do provedor da Justiça de juntar às vozes críticas às alterações à legislação do trabalho. Nascimento Rodrigues alerta para a necessidade de os trabalhadores não ficarem para segundo plano. Quando se estabelecem ou promovem políticas de desenvolvimento sem se

procurar ter em atenção a necessidade de promover políticas de desenvolvimento social, «o que a experiência de vários países tem demonstrado é que o progresso económico não se faz com justiça». Assim, entende, os «direitos ao trabalho nunca podem ser subalternizados perante a necessidade da competitividade».

Também da hierarquia da Igreja Católica chegaram vozes manifestando reservas em relação às alterações propostas pelo Governo PSD/PP. À intervenção do cardeal-patriarca na abertura da Conferência Episcopal Portuguesa, que referiu a necessidade de afirmar a dignidade do trabalho e dos trabalhadores, seguiram-se outras, mais incisivas de outros bispos católicos. Januário Torgal Ferreira, bispo castrense, afirmou mesmo que os «mais fracos devem ser defendidos», sob pena de se virem a verificar novas crises sociais. A preocupação com o aumento da instabilidade social, nomeadamente por intermédio das medidas que se prendem com a flexibilidade do trabalho, foi manifestada também por outros participantes na CEP, que, em declarações à Lusa, preferiram manter o anonimato.



Centena e meia de pessoas participaram no almoço-convívio de Sarilhos Pequenos

Carlos Carvalhas
em Sarilhos Pequenos

Há quem marque a diferença

«Se queres ver o vilão põe-lhe o pau na mão», ironizou Carlos Carvalhas a caracterizar a actuação do Governo PSD/PP. O secretário-geral do PCP tomava a palavra no Centro de Trabalho de Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita, num almoço-convívio com 150 pessoas, promovido pela Comissão de Freguesia local e dirigido por Hermínio Fernandes, membro da Comissão Concelhia da Moita.

Perante o entusiasmo dos membros do Partido e de muitos democratas que se quiseram juntar à visita de Carlos Carvalhas àquela localidade, o dirigente comunista afirmou: «A situação político-social que se vive no país é de clara degradação e de descrédito atingindo as instituições e a vida política. Ouvindo-se os noticiários e lendo-se a imprensa fica-se com a ideia de que são todos iguais e de que a regra é a do salve-se quem puder.»

Aliás, «os casos de corrupção, o procurar-se por todos os meios apagar as vozes incómodas, o processo da Judicaria e da Moderna, a anulação da Comissão de Inquérito, na Assembleia da República, as promessas não cumpridas, o aumento dos preços, o ataque aos salários, o aperto do cinto aos mesmos de sempre e a concessão de mais benefícios ao capital financeiro criam um caldo de cultura e descrédito que procura atingir tudo e todos». Com esta política, sublinhou Carvalhas, «o Governo de Barroso e Portas parece querer transformar o país numa "choldra" para utilizar a terminologia de um conhecido escritor».

De facto, «instrumentalizando a maioria absoluta, o Governo quer cilindrar o que lhe aparece pela frente e tirar proveito deste clima para fazer esquecer os seus embaraços e passar a sua política, designadamente o pacote laboral, as alterações à segurança social, o aumento dos preços e as benesses ao capital financeiro.»

Lutar e resistir

O secretário-geral do PCP, que recebeu como oferta um busto de Lênine e a miniatura de um bote, embarcação típica da Moita, deu nota de como a iniciativa de Sarilhos Pequenos, onde se contava um número significativo de jovens, provava como o reforço do PCP é uma possibilidade e uma realidade. E, antes de se deslocar, a convite da direcção, à Associação Naval Sarilhense, terminou a sua intervenção afirmando que «há quem marque a diferença, quem, como o PCP, procura colocar na ordem do dia não as "tricas" e as "palmiricas", mas os salários, as reformas, as aposentações, as privatizações, a situação na saúde e no ensino, a liquidação de direitos duramente conquistados». A luta contra a política de direita é o caminho, prosseguiu, porém, «as cedências e as ambiguidades de certas forças criam dificuldades e não basta organizar a resistência. É também necessário dar passos para construir a alternativa a esta política e a este Governo, o que também exige posições claras em relação à política de direita.»

Comunistas valorizam a importância da Revolução de Outubro para a luta dos povos

Socialismo mais necessário que nunca

Muitas dezenas de iniciativas comemoraram, no último fim-de-semana, o 85.º aniversário da Revolução de Outubro.

De Lisboa a Santarém, de Castelo Branco a Ponta Delgada, passando por Aveiro ou Setúbal, as organizações do PCP, a par das várias actividades que desenvolvem, fizeram questão de assinalar aquela que ainda é hoje uma referência ímpar na luta dos povos contra a exploração, pela justiça social, pelo progresso e pela paz.

Como todos os anos, a data foi assinalada também no CT Soeiro Pereira Gomes, cabendo a Leandro Martins, membro do CC e chefe de Redacção do *Avante!*, falar sobre uma data cujo valor passado

«queremos ver crescer, desenvolver-se e amadurecer entre nós».

«Não estamos a festejar um facto histórico morto e enterrado», disse. «Estamos a enaltecer-lhe as qualidades, a reconhecer-lhe a necessidade histórica, a demonstrar - primeiro a nós próprios e depois a todos os outros - que os valores, os ideais, a vontade, a firmeza e os actos revolucionários baseados numa visão nova do mundo, que pretende torná-lo mais humano e livre, tudo isso tem futuro.»

A Revolução de Outubro, «apesar de derrotada, está

viva nos objectivos a atingir, nos ideais a concretizar, no mundo novo a construir», prosseguiu Leandro Martins, lembrando as vitórias alcan-

çadas e à elevação do nível das lutas dos trabalhadores pela sua emancipação e à organização de numerosos partidos comunistas, entre os quais o Partido Comunista Português, que acrescentou também «páginas à história da luta da classe operária e de todos os

«se o socialismo foi derrotado pela força do capitalismo e pelos erros acumulados ao longo de um processo difícil e cercado, não foi por ter deixado de ser necessário nem por se tratar de uma experiência errada do ponto de vista da História. O erro não está no

socialismo mas sim, como já assinalámos em congresso, no afastamento dos ideais comunistas, na prática contrária a esses ideais conduzida por dirigentes que se não mostraram à altura da missão para a qual o partido os havia escolhido».

A terminar, o chefe de Redacção do *Avante!* referiu o refluxo revolucionário que hoje se vive em todo o mundo em consequência

dessa derrota. Mas, sublinhou, «já se levantam, um pouco por toda a parte, exemplos de que os povos persistem na sua luta, de que os trabalhadores não desistem de ter esperança. E sinais, sobretudo, de que fazem falta aos trabalhadores, são imprescindíveis aos trabalhadores, partidos comunistas, verdadeiramente revolucionários, firmes e dedicados à causa do socialismo e do comunismo». É que, «lá onde alguns desistem, outros se levantam e empunham as bandeiras da luta».



Um convívio assinalou, no CT Soeiro Pereira Gomes, o 7 de Novembro

çadas desde então, a nível político, económico, social e cultural, que «transformaram a face não apenas da Rússia e mais tarde na União Soviética e, depois ainda, nos países do campo socialista, como influíram determinantemente nas conquistas políticas sociais, económicas e culturais que os trabalhadores e os povos alcançaram desde então em todo o mundo».

Luta continua

Um exemplo, ainda, que abriu o caminho à intensifica-

trabalhadores portugueses, páginas de resistência e de sacrifícios, mas também de alegrias e de vitórias, um Partido de que nos podemos orgulhar - todos os que não desistem das suas convicções nem deitam fora a firmeza de princípios e de ideais».

Leandro Martins enumerou as grandes conquistas, vitórias e experiências avançadas por uma revolução que contou, pela primeira vez, com a participação dos trabalhadores e de que beneficiaram também os trabalhadores dos países capitalistas e os povos oprimidos de todo o Planeta. Assim,

CT de Praias do Sado cumpre 27 anos

Um jantar-convívio, realizado no passado sábado num restaurante de Praias do Sado, Setúbal, reuniu cerca de 130 camaradas e amigos do Partido, comemorando o 27.º aniversário da inauguração do Centro de Trabalho do PCP daquela localidade.

Com a participação de muitos jovens e de camaradas mais velhos que participaram na abertura do Centro, o convívio, promovido pela Comissão do Centro, celebrou também a passagem do 85.º aniversário da Revolução de Outubro, tendo convidado Manuela Bernardino, da Comissão Central de Controlo do Comité Central, a intervir no final.

Manuela Bernardino, referindo-se em primeiro lugar à importância dos CT's no trabalho do Partido, centrou a sua intervenção sobre o significado da primeira Revolução Socialista e sobre a sua influência no mundo.



Honrar legado de luta

Na semana passada, também o Sector Sindical da Organização Regional de Lisboa do PCP realizou um jantar-convívio comemorativo do 85.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro.

Neste acto simbólico mas significativo, em que se pretendeu homenagear a classe operária, os camponeses, trabalhadores, marinheiros e soldados russos que com Lênine e o seu partido ousaram, em 1917, «conquistar o céu», estiveram presentes cerca de cem camaradas e amigos, dirigentes e activistas de estruturas sindicais.

A comemoração contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carva-

lhas, que saudou o facto de, em plena iniciativa, se terem inscrito nove novos militantes. E, apelando à continuação do empenho para o reforço do Partido, como elemento essencial ao prosseguimento e desenvolvimento da luta contra a política de direita e a sua brutal e global ofensiva, exortou ao prosseguimento do legado de luta, de princípios e valores que várias gerações de comunistas deixaram.

O convívio, que decorreu com grande alegria e confiança na luta, terminou ao som da Internacional, cantada pelos presentes com manifesta emoção.



PORTALEGRE

Ao arrepio da lógica

A Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP discorda totalmente da alteração à Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT), decidida pelo Governo sem auscultação prévia das autarquias e agentes alentejanos, integrando onze municípios da Lezíria do Tejo (distrito de Santarém) na CCR do Alentejo.

Diz o PCP que, por «mero raciocínio de engenharia financeira» e «ao arrepio de qualquer lógica de planeamento e ordenamento territorial», o Governo põe assim em causa a coerência da única região que de forma clara e inequívoca deu o seu sim à regionalização. Ora, se o Governo quer resolver os problemas dos municípios em causa, prossegue, que o faça criando uma NUT II que envolva todos esses municípios e eventualmente outros que com eles se identifiquem.

BAIÃO

Requerimento sem resposta

A Comissão Concelhia de Baião do PCP está preocupada com o estado da Ponte de Mosteiro que, criada há muitas dezenas de anos, suporta diariamente um tráfego rodoviário bastante intenso, muito dele pesado.

O estado da Ponte, que liga Baião ao concelho de Cinfães e a outros concelhos limítrofes do distrito de Viseu, foi, assim, alvo de um requerimento do PCP ao Governo, onde se pretende saber qual a data em que a ponte foi vistoriada e se continua a manter todas as condições de segurança. O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, a quem o requerimento foi dirigido, enviou-o para o secretário de Estado das Obras Públicas que, até à data, não deu qualquer resposta. A Concelhia de Baião não desiste, porém, e vai continuar a diligenciar junto de vários órgãos de soberania no sentido de ser esclarecida sobre a questão.

VILA NOVA DE GAIA

Acção de rua em Mafamude

A Organização de Mafamude, Vila Nova de Gaia, tem em curso, desde o dia 2 de Novembro, uma acção de rua que se prolongará até 8 de Março e tem como lema «Comunistas com Mafamude». Santa Luzia, Agueiro, Cedro, Ovídio, Laborim, Bairros de Cabo Mor, das Pedras e do Gaia são alguns dos locais da freguesia que os comunistas irão visitar, com o objectivo de tomarem conhecimento directo dos problemas específicos com que as populações de debatem. Feito o apuramento, a organização de Mafamude irá tomar medidas no sentido de os tentar resolver, levando-os nomeadamente à Assembleia de Freguesia, através do eleito da CDU, Paulo Tavares.

LISBOA

Eleitos do PCP na Ameixoeira

Também em Lisboa, dirigentes e eleitos do PCP na freguesia da Ameixoeira, efectuaram, no sábado passado, uma visita à freguesia, para reflexão sobre problemas locais que preocupam a Junta de Freguesia e os moradores, desde logo, os acessos do Metro à freguesia, os arranjos exteriores dos bairros de realojamento, o Centro de Saúde e o prolongamento do Eixo Norte-Sul.

Outras matérias visadas pelos comunistas, foram o novo Centro de Saúde, a esquadra da PSP, devido aos problemas de segurança que cada vez mais se colocam, e a dignificação do Vale da Amoreira, nos últimos anos urbanizado e transformado num grande bairro de habitação para realojamento de milhares de pessoas oriundas de bairros degradados.

Intensifiquemos a recolha de fundos

Mais uma vez, no quadro da difícil situação internacional e nacional que vivemos, fica claro a importância, o valor e o papel insubstituível do Partido.



Virgílio Azevedo
Membro do Secretariado

Apesar da tentativa de «apagar», deturpar e silenciar as ideias, as propostas, a acção e a iniciativa do Partido, a vida af está a demonstrar quem está na primeira linha da denúncia da ofensiva imperialista, quem está na primeira linha da resistência à política de direita do Governo PSD/CDS, quem está na primeira linha do esclarecimento e na busca constante das propostas de política alternativa de esquerda necessária ao país.

A intensa actividade, iniciativa e a acção do Partido é um traço caracterizador do momento que vivemos.

A luta contra a guerra e pela paz, a luta contra os ataques ao regime democrático, desencadeados pelo Governo PSD/CDS; a luta contra as privatizações; contra o pacote laboral; contra os ataques à Segurança Social; a luta por melhores salários e contra o aumento do custo de vida; a luta contra o desemprego e contra os ataques a direitos alcançados - como no caso das reformas da Administração Central e Local -; a luta por melhor ensino, saúde e direito à habitação, são exemplos, quer da brutal ofensiva em

curso, quer da grande resistência necessária.

O Partido tem um papel indispensável no esclarecimento, na dinamização da luta, na conjugação de forças e vontades contra esta política. Para continuar, toda a acção de esclarecimento e luta, o Partido precisa de mais meios financeiros.

Apesar da intensa actividade do Partido, é possível e necessário intensificar uma grande recolha de fundos. Cada organização, cada sector, cada militante pode e deve integrar no quadro da acção e iniciativa geral, a preocupação com a necessidade de aumentar as receitas do Partido.

É possível e necessário

É possível e necessário, no quadro do movimento geral de reforço do Partido, receber mais quotas, aumentar o valor da quota e organizar o seu recebimento regular. Na vida própria de cada organização, nos plenários e assembleias de organização, nos contactos com os militantes, é necessário ter sempre presente a importância da quota como receita regular e fundamental do Partido. É possível e

necessário, cada organização, cada militante ver como concretizar a campanha de difusão do *Avante!*, como promover a imprensa do Partido, como fazer chegar a voz do Partido, àquela empresa, àquela freguesia, àquela concelho.

É possível e necessário em cada organização pensar na dinamização de iniciativas de angariação de fundos - as campanhas de fundos de Natal e Fim-de-Ano, as iniciativas de convívio, as bancas de Natal nos centros de trabalho.

É possível e necessário cada organização, cada militante, na acção de esclarecimento, no contacto com os trabalhadores, no contacto com todas as camadas atingidas por esta política - agricultores, pequenos e médios empresários, quadros técnicos e intelectuais, jovens, mulheres e reformados - apelar à ajuda financeira para o Partido. Todos os que reconhecem o papel insubstituível do Partido estão em condições de dar a sua contribuição, por pequena que seja.

É possível e necessário aliar ao trabalho de um grande esclarecimento e luta, contra esta brutal ofensiva do Governo PSD/CDS, uma grande compreensão da importância do Partido ter os meios financeiros indispensáveis para prosseguir o seu papel de lutar por um mundo mais justo, por um país que rompa com a política de direita que sucessivos governos - PSD, PS e PSD/CDS - têm imposto aos portugueses, por um país com uma política de esquerda que resolva os graves problemas económicos, sociais, políticos e culturais, por um país com mais democracia e socialismo.

// Para a acção de esclarecimento e luta, o Partido precisa de mais meios financeiros //



LISBOA

Pluralismo falta

Em carta dirigida ao Director da Informação da RTP, o PCP, invocando a entrevista de fundo ao Primeiro-Ministro, transmitida na terça-feira passada, que «seria muito apropriado, útil e mesmo necessário» que a RTP promovesse agora, «em idênticas condições» uma série de entrevistas com os líderes ou principais dirigentes dos partidos da oposição, representados na Assembleia da República.

De acordo com o Gabinete de Imprensa do PCP, este partido comunicou, também, na carta, a «total disponibilidade» do seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, para esse efeito. Uma tal iniciativa da RTP, diz o PCP, «não só corresponderia a um óbvio interesse jornalístico como, sobretudo, seria uma sua importante contribuição para que os telespectadores pudessem ter acesso a uma informação e conhecimento mais desenvolvidos sobre as posições das diversas forças políticas e não apenas do Governo».

AÇORES

Menos investimento público

O Plano e Orçamento para 2003 apresenta, nos Açores, um esvaziamento do investimento público, diz a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, para quem ele é, também, «totalmente contrário a qualquer perspectiva de desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região». O Plano de Médio Prazo, por seu turno, esvazia ou enfraquece sectores como os da agricultura, habitação, educação e saúde.

Em nota à comunicação social, a DORAA adverte, contudo, que as responsabilidades pela diminuição do investimento não cabem apenas ao Governo da República. Tem-nas também o Governo Regional na «desvalorização relativa e absoluta dos sectores» e «na adulteração dos objectivos que traçou no início da legislatura».

GUIMARÃES

Promessas... e actos

Quando os portugueses votaram no PSD não foi para que ele fizesse o que está agora a fazer, denuncia a Organização do Sector Operário da Comissão Concelhia de Guimarães do PCP. Aliás, nunca em campanha eleitoral o PSD anunciou a sua intenção de fazer alterações profundas nas leis do trabalho. Mas agora, «já instalado no poder», confronta os portugueses com alterações a essas leis, de «cariz verdadeiramente fascizante».

Enumerando algumas das alterações que o Governo se propõe fazer e que se irão traduzir por recuos significativos nos direitos alcançados pelos trabalhadores, os comunistas de Guimarães acusam, assim, o Governo de, em vez de resolver, estar a agravar os problemas que afectam a sociedade portuguesa.

AMADORA

«Negociata» lesa população

A venda em hasta pública dos 560 000 m² da Quinta do Estado, na Amadora, constitui uma «negociata» ao serviço dos «poderosos interesses da especulação imobiliária», feita nas «costas da população», afirma a Comissão Concelhia da Amadora do PCP, para quem só a posse pública desses terrenos poderá salvá-los de virem a ser «pasto» dessa especulação. De facto, alerta a Concelhia do PCP, se houve agora pressão para a venda, uma vez esta concretizada, a pressão passará a dirigir-se para sucessivas revisões do PDM e subida do índice de construção, de que viriam a resultar «mais problemas para a cidade» e «mais uns milhões nos bolsos dos especuladores». O PCP, que sempre defendeu a suspensão desta venda, chama ainda a atenção para os prejuízos financeiros que este negócio acarretaria ao Estado, no curto, médio e longo prazo. Mas não só, ele acarretaria, também, prejuízos urbanísticos e sociais «monstruosos», prejudicando a população.

FOROS DO ARRÃO

Vale a pena lutar

A Comissão de Freguesia de Foros do Arrão do PCP saúda todos os que subscreveram o abaixo-assinado da Junta de Freguesia reclamando a reparação das estradas nacionais que a servem, pois, devido à sua luta, o Orçamento de Estado já contempla as verbas necessárias à obra.

Porém, nem tudo no OE são «boas notícias, dizem os comunistas, lembrando as restrições que o mesmo anuncia para o bem estar dos mais idosos, apesar das promessas eleitorais do PSD e do PP. Atente-se que o aumento que o Governo anuncia para as reformas mais pequenas é igual a 50 cêntimos! Lembrando a aquisição já efectuada dos terrenos destinados aos novos equipamentos, espera, agora, a Comissão de Freguesia de Foros do Arrão que os projectos e as obras da Câmara não levem tanto tempo como levaram os acabamentos da rede de esgotos.

OE ignora obras essenciais e há muito prometidas
denunciam organizações comunistas

Interior mais discriminado

Termina hoje, com a votação final global ao Orçamento de Estado 2003, a análise que sobre ele tem vindo a ser feita pelas organizações locais do PCP, unânimes relativamente à insuficiência das verbas que contempla para as suas regiões.

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP considera, por exemplo, que o valor real do investimento previsto para o distrito é inferior ao inscrito no início de 2002, sendo que o esforço orçamental directo do governo no investimento tem vindo a

diminuir progressivamente nos últimos anos, sendo o mais baixo do País. Por outro lado, enquanto a taxa de execução a nível nacional se estima que venha a atingir os 85%, no Porto, em termos médios, ela será apenas de 59,7%.

Dura crítica merece também o valor que o PIDDAC consigna aos dez municípios do interior do distrito, o qual sofre uma quebra de 45 pontos percentuais relativamente a 2002, «discriminando de forma intolerável» estes municípios, afinal os mais atrasados e carenciados. Aliás, dos 18 municípios do

Porto, apenas quatro vêm aumentar os respectivos investimentos directos - Louzada, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.

Em conferência de imprensa, a DORP divulgou, ainda, as 32 propostas que apresentou através do Grupo Parlamentar, correspondentes «a necessidades e aspirações sucessivamente adiadas da população do distrito».

Para a Direcção da Organização Regional de Braga, o PIDDAC 2003 agrava as «tradicional discriminações» com que o distrito tem sido castigado, continuando a adiar projectos fundamentais para o seu desenvolvimento sócio-económico.

A estranheza dos comunistas reside, porém, no facto de ele ser apresentado por um Governo do PSD/PP, partidos que acusavam o PIDDAC 2002 de colocar o distrito em 14.º lugar em termos de

investimento, de ser «fortemente discriminatório» para concelhos menos desenvolvidos e fazer desaparecer obras já inscritas e sempre adiadas. Ou seja, os mesmos partidos que, hoje, inscrevem no PIDDAC menos 100 milhões de euros para o distrito e menos projectos para o seu desenvolvimento.

Obras em «banho-maria»

O investimento previsto no PIDDAC para o distrito de Coimbra, coloca-o na 7.ª posição a nível nacional, apresentando uma redução de 5% em relação ao ano anterior, acusa, por sua vez, a Direcção da Organização Regional de Coimbra. Aliás, não só atribui dotações «irrisórias» a uma série de projectos, como deixa em «banho-maria» obras há muito prometidas.

No programa de investimentos da Universidade de Coimbra, por exemplo, a redução no financiamento ultrapassa os 4%, sendo que outros cortes de investimento «evidenciam o abandono dos sectores da agricultura e da floresta».

Para a Direcção Distrital

de Vila Real, uma análise mais atenta ao PIDDAC mostra que ele cresce no distrito apenas 1,9% em relação a 2002 e, enquanto é de 603 euros per capita no País, em Vila Real é somente de 440 euros.

Considerando que os dados apresentados no PIDDAC são elucidativos da sua injustiça, a Distrital do PCP diz que a distribuição do PIDDAC pelos concelhos de Vila Real é «completamente desajustada e desequilibrada», já que 9 num total de 14, recebem directamente menos de 500 mil euros.

Decepcionada com a insuficiência de verbas está, também, a Comissão Concelhia de Ponte de Sor, razão por que apresentou inúmeras propostas de alteração e aditamento ao PIDDAC nas áreas da saúde, da segurança social, do ensino, da rede viária e ferroviária e da rede hidráulica. Por sua vez, a Comissão Concelhia do Montijo valoriza o papel insubstituível dos deputados comunistas na Assembleia da República que, firmes nos seus compromissos eleitorais, propuseram um conjunto de verbas para a concretização de obras há muito desejadas pelas populações.

6.ª Assembleia da Organização de Ovar

Reforçar intervenção do Partido

Com o objectivo de aprovar o Projecto de Resolução Política e eleger uma nova Comissão Concelhia para o próximo quadriénio, reuniu, no sábado passado, no Centro de Trabalho de Ovar, a 6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Ovar. Nos trabalhos da Assembleia, participaram Armindo Miranda, membro da Comissão Política, e João Frazão, responsável pela Direcção da Organização Regional de Aveiro e membro do Comité Central.

Do projecto de Resolução Política e das intervenções proferidas no decurso do debate, destacam-se três

grandes linhas de trabalho que vão passar a merecer a particular atenção do PCP em Ovar: o reforço da intervenção do Partido nas empresas, com vista a uma melhor ligação com os problemas e as lutas dos trabalhadores; o trabalho autárquico e reforço da ligação às populações e aos seus problemas; o apoio ao trabalho e às iniciativas da JCP nas escolas e nos locais de trabalho.

A Assembleia elegeu, ainda, a nova Comissão Concelhia, constituída por 26 membros com a idade média de 42 anos, entre os quais 11 dirigentes e activistas sindicais.

Na sua intervenção, Armindo Miranda, lembrando as conclusões da Conferência Nacional do Partido e do Encontro Nacional, realizados em Junho e Outubro respectivamente, chamou a atenção para as enormes responsabilidades da Comissão Concelhia recém-eleita, na luta contra a poderosa ofensiva que o governo está a desencadear contra os direitos dos trabalhadores.

Contrariamente a tudo aquilo que nos é imposto pela ideologia dominante, disse, «a luta de classes continua a ser o motor da história e das transformações sociais». Daí a necessidade imperiosa de

todos os organismos de direcção do Partido orientarem muito do seu trabalho para a acção junto dos trabalhadores e nos locais de trabalho, o que, nos tempos que correm, dominados pela precariedade dos vínculos laborais, «não é tarefa fácil». Mas, para o dirigente comunista, não há que confundir «dificuldades com impossibilidade».

A concluir os trabalhos, a Assembleia da Organização Concelhia de Ovar do PCP decidiu manifestar a sua solidariedade e o seu apoio incondicional à luta dos trabalhadores da Função Pública, designadamente na acção que hoje decorre.

10.ª Assembleia de Loures

No passado sábado, também a Organização Concelhia de Loures realizou a sua 10.ª Assembleia de organização, com a participação de cerca de 400 pessoas, entre militantes e simpatizantes do Partido.

Os 250 delegados presentes à Assembleia procederam a um intenso debate, aprovando por larga maioria a Resolução Política, que entretanto foi sujeita a dezenas de alterações. A Assembleia elegeu, ainda, a nova direcção.

Para além de outras considerações de ordem estratégica, a Resolução Política aponta linhas prioritárias do projecto do PCP para o concelho e reafirma a CDU como força alternativa à actual maioria nos órgãos municipais.



Administração Pública em debate É possível um País mais solidário

«Em movimento, por um Portugal com futuro», acção decidida na Conferência Nacional do PCP, de Junho passado, e lançada no dia 29 de Outubro, dá início, na próxima terça-feira, a um diversificado conjunto de iniciativas de reflexão e debate sobre diferentes problemas e questões da realidade nacional.

«Uma Administração Pública forte e eficiente ao serviço das populações como garante do cumprimento das funções sociais do Estado», é o primeiro tema de reflexão dos comunistas que, para a avaliação das questões em debate, contam também com a participação de muitos amigos e personalidades de outros sectores democráticos da sociedade portuguesa. Outros debates se irão seguir, designadamente sobre «Segurança Social: Perigos e Desafios do Tempo Presente», no próximo dia 23 de Novembro, ou sobre Saúde, no dia 11 de Dezembro.

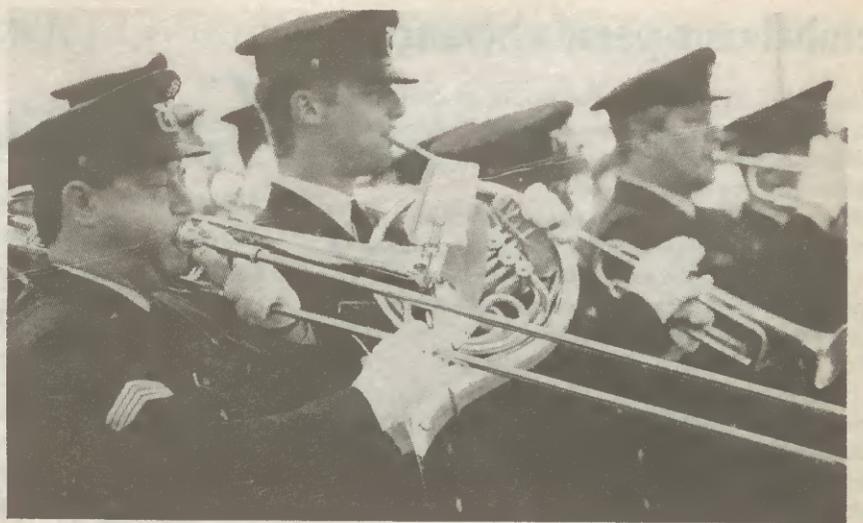
Como afirmou Carlos Car-

valhas no acto público de lançamento da iniciativa, o PCP, com ela, quer «demonstrar e afirmar uma ideia simples: «os problemas com que o povo português e Portugal se confrontam nestes primeiros anos do século XXI, podem ter solução. Que é possível um País mais desenvolvido, mais solidário e mais justo.»

De facto, sendo certo que os portugueses e o País se confrontam hoje com sérios problemas económicos, sociais, culturais e políticos e enfrentam graves riscos e enormes desafios, face a uma crescente dominação do capital estrangeiro e a uma difícil conjuntura externa, o caminho de

resposta a essa conjuntura passa, em primeiro lugar, «pela sua correcta avaliação, determinação das suas causas e identificação dos seus responsáveis».

Ainda nas palavras do secretário-geral do PCP, «os problemas do País, hoje como ontem, não são fruto do acaso, não são o resultado de quaisquer dificuldades ou ciclos económicos de carácter conjuntural, nem da melhor ou pior qualidade dos executantes governamentais. Antes resultam das opções políticas estratégicas e estruturantes que têm prevalecido nos governos do País ao longo das últimas décadas.» E é contra a «maré de ideias feitas e interesses privados» que o PCP vem remando, denunciando, acusando e propondo em alternativa. Nos seus congressos, nos seus programas eleitorais, em centenas de iniciativas, de análise e debate sobre os problemas nacionais, de que «Em movimento por um Portugal com futuro» é significativo exemplo.



• Rui Fernandes

A arte de Portas

Assim se pode qualificar a acção do ministro Portas. Já B. Gracian dizia que «vender vento é uma grande arte». O caso dos ex-combatentes é paradigmático disto mesmo. Perante o crescente coro de críticas por parte dos ex-combatentes, Portas, sem falar, mediatiza de novo o assunto, enche páginas de jornais, cria medalhas, mostra a sala dos computadores, dá mais dois meses para a entrega de requerimentos. Mas quanto à questão de fundo, ou seja, por que é que ainda não estão ex-combatentes a beneficiar da lei, nada é dito. Isto é, não colocamos a questão de estarem todos os que já entregaram requerimento a beneficiar, mas não se percebe que os primeiros que o entregaram ainda não beneficiem. Por outro lado, o O.E. 2003 não tem dotação prevista, mas Portas, confirmando isto mesmo, adianta que será iniciada a aplicação da Lei. Portanto, das duas uma: ou Portas pensa iniciar as transferências das verbas respectivas por conta do O.E. de 2004, o que remete isto para o final do ano; ou vai «inventar» verbas. Como entretanto ficámos a saber, segundo notícias vindas a público, que está pedido um inventário de todo o património das FFAA, inclinamo-nos para que a «invenção» esteja já descoberta. Venda-se!

Se a resolução dos problemas nacionais passa por casinos e venda do património, é o futuro de Portugal que está em causa.

Noutra vertente, voltamos às tão faladas Bases do Conceito Estratégico. Chegou ao fim o mês de Outubro, ou seja, o mês até ao qual as Bases estavam em discussão. Mas qual discussão? E discutir o quê? *O que tem de ser discutido é o projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional do Governo e esse não se conhece. Não há!* Então, com que sentido a comissão parlamentar de defesa discute as Bases? E por que promove o «DN» «uma discussão» das ditas? De quem são essas tais Bases? De Portas? Do Governo? De Portas e do Instituto Humanismo e Desenvolvimento do ex-ministro e ex-CDS Rui Pena? Estarão Paulo Portas e o Governo a pensar que esta putativa discussão substitui a necessária discussão daquele que seja, de facto, o projecto do Governo? Estão! Num almoço no American Club, Paulo Portas disse que o Conceito será discutido na Assembleia da República no próximo dia 20. Com alguma cobertura mediática e um singelo comentário de Portas, foi assinado o contrato para os Patrulhões. Mas não basta assinar o contrato. É preciso mais do que isso para que os processos ganhem vida. Ora, tanto quanto se sabe, nada deu ainda entrada

no Tribunal de Contas, passo fundamental para o avanço do processo. Portanto, ainda estamos no domínio da notícia. Prepara-se também o ministro para assinar o contrato para a modernização dos aviões P3. Portugal precisa, sem dúvida, de aviões para a fiscalização, mas os P3 são aviões antigos, nos quais qualquer modernização será sempre mitigada do ponto de vista custo/eficácia. Regista-se ainda o facto de, também aqui, este ser mais um negócio com a Lockheed. Por que será? Também com cobertura mediática (podia lá ser doutro modo), Portas veio dizer que resolveu o problema das OGMA, «sem o Estado gastar um tostão», através de um sindicato bancário. Portas disse! Os jornalistas ouviram e deram a notícia. Ninguém fez uma singela pergunta: a troco de quê? Agora, Portas, diz que foi a troco da hipoteca dos terrenos. Dir-se-á que é uma normal operação. Se seguirmos este raciocínio, então por que não hipotecar os extensos terrenos da Base Naval para comprar Patrulhões ou para sustentar o Arsenal? Falar das OGMA é falar de uma empresa estratégica cujos problemas, viabilização e potenciação não podem estar à mercê de jogos conjunturais. Como os exemplos acima mostram, não é difícil governar assim. Mas a realidade é outra bem diferente e não se resolve, por muito que Paulo Portas pense que sim, com notícias, mas antes com sentido de Estado, realismo, com os militares e com políticas credíveis. Os acontecimentos que envolveram o general Alvarenga, no seguimento de outros que ao longo dos últimos anos envolveram outros chefes militares, tornam claro que o problema não é as pessoas (quantos ministros da Defesa houve nos últimos 12 anos?) mas a política que tem vindo a ser seguida. Uma política que não parte da realidade existente, mas que pretende implementar à pressão conceitos, métodos, formas e estilos oriundos de outras realidades que não a nossa; uma política de desinvestimento sistemático, incluindo nos recursos humanos; uma política que assenta em valores e objectivos que chocam com a realidade das FFAA, que mistificam capacidade nacional de defesa com envio de militares para missões no plano externo; uma política que assenta nas «engenharias» financeiras, em vez de apostar no rigor e na transparência; uma política que não tem visado dar resposta às vulnerabilidades nacionais, mas antes tudo fazer para que notícias como aquela que dá conta da carta do secretário-geral da NATO ao MDN e que começa com «caro Paulo» sejam a notícia, como se isso signifique outra coisa que não seja *continua a comprar a nós e segue-nos que estás no bom caminho, bom Paulo.*

Campanha de esclarecimento

NAO PODE SER

Preços: tudo a aumentar

O ataque aos salários

Não aceitemos isto. Que ninguém se cale!

PCP

A campanha de «contacto com um milhão de portugueses», anunciada pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no Encontro Nacional do PCP de 19 e 20 de Outubro, está já em curso.

A iniciativa, que prossegue a acção de esclarecimento sobre o Pacote Laboral e a Segurança Social – de que colhe a experiência –, vai ser centrada sobretudo no custo de vida, nos salários e nos impostos. Um primeiro folheto, divulgado esta semana, abordando precisamente estes temas, denuncia a política do Governo e alerta para as consequências muito negativas da mesma no agravamento da situação económica do País e de todos os problemas. Em conclusão: «há muitas e boas razões para protestar!»

▼ CAMARADAS FALECIDOS

João Garcia Rabuge

Faleceu recentemente em Pernes, onde residia, o camarada João Garcia Rabuge, de 72 anos de idade. O camarada estava organizado na freguesia de Pernes, Santarém, sendo muito estimado por quantos o conheciam.

Mário Rebelo da Silva

Faleceu, no passado dia 25 de Outubro, o camarada Mário Rebelo da Silva. Militante do Partido desde muito novo, lutou sempre, nas Caldas da Rainha, contra o regime fascista, o que lhe valeu seis meses de prisão. Trabalhador exemplar e de grande dignidade, foi sempre coerente com o seu ideal político, constituindo um exemplo para quantos o conheciam. Colaborou enquanto pôde na Festa do Avante. Diri-

gente sindical na década de 60, foi, ainda, dirigente associativo e, mais tarde, eleito na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo.

Serafim Manuel Seatra da Silva

Faleceu, vítima de doença grave, o camarada Serafim Manuel Seatra da Silva, de 47 anos de idade, natural de São Cristóvão, Montemor-o-Novo. Membro do Partido desde os 20 anos, foi funcionário durante vários anos da sua juventude. Teve um papel activo na Reforma Agrária. Fez parte do organismo do Partido para o trabalho nas empresas de Montemor-o-Novo.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Setúbal com pesada herança

A Câmara de Setúbal conta receber este ano apenas 180 mil euros da derrama autárquica, em vez dos dois milhões de euros inicialmente previstos, tudo devido ao agravamento da situação económica das empresas do concelho.

Quebra de receitas que vem criar problemas acrescidos de tesouraria para os já muito depauperados cofres da autarquia. Nos últimos meses a Câmara de Setúbal suspendeu o lançamento de novas obras com grandes encargos financeiros e regista grandes atrasos no pagamento a fornecedores e na entrega de subsídios aprovados para as principais colectividades do concelho.

Para ultrapassar as dificuldades financeiras, a Câmara de Setúbal continua apostada em chegar a acordo com o Governo para que seja autorizada a celebrar um contrato para o saneamento financeiro da autarquia.

O contrato de reequilíbrio financeiro, que terá de ser previamente autorizado pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério das Finanças, implica várias medidas de controlo da despesa que terão de ser observadas pela Câmara de Setúbal. A dramática situação financeira, conforme tem sido sublinhado pela maioria CDU, é da responsabilidade do anterior executivo do PS liderado por Mata Cáceres.

Novo mercado em Fernão Ferro

Na freguesia de Fernão Ferro foi inaugurado, no dia 8 de Novembro, o novo mercado. A abertura do equipamento coincide com as comemorações do 166.º aniversário da elevação do Seixal a concelho. Representando um investimento municipal de 1,5 milhões de euros, o novo mercado dispõe de 20 bancas para peixe, frutas e legumes e igual número de lojas, viradas para o exterior, do ramo do vestuário, restauração, charcutaria e venda de carne. Auditório polivalente, com galeria para exposições, e estacionamento à superfície são outras das valências deste novo equipamento muito aguardado pela população dado que o anterior, por ser ao ar livre, já não reunia condições de higiene e comodidade.

No âmbito da revisão em curso do Plano Director Municipal (PDM) a autarquia prevê definir localizações para os novos mercados de Corroios e Cruz de Pau, a construir nos moldes do de Fernão Ferro.

Beja prepara revisão do PDM

A Câmara Municipal de Beja tem já em preparação a segunda revisão do Plano Director Municipal (PDM), a qual deverá ser formalmente lançada em Outubro de 2003.

Beja, recorde-se, foi um dos primeiros municípios do País a dispor de PDM (em 1982). Legalmente, estes instrumentos de ordenamento municipal só podem ser revistos de três em três anos, pelo que o processo só poderá ser iniciado no próximo. Avançar desde já, porém, ainda que informalmente, significa adiantar trabalho para que, em Outubro de 2003, quando o processo for lançado oficialmente, a revisão possa decorrer de forma mais célere.

Iniciada foi já, entretanto, a discussão com os executivos das freguesias sobre qual a nova delimitação (expansão) que poderão vir a ter os perímetros urbanos das zonas rurais. O projecto da instalação de um aeroporto nas imediações da cidade, junto à Base Aérea N.º 11, é também apontado como um dos factores que torna necessária a revisão do PDM.

Seixal valoriza património

A Câmara Municipal do Seixal pretende valorizar o seu património industrial integrando-o num circuito cultural europeu, no quadro de uma candidatura apresentada ao programa comunitário SUDOE, em parceria com municípios algarvios e espanhóis.

Apresentada em Agosto, a candidatura ao Interreg III B - Espaço Sudoeste Europeu (SUDOE) tem como parceiros, além da Câmara do Seixal, a Fundação Lenbur, do País Basco, o município de Huelva e a AMPOR, associação dos municípios algarvios, que inclui Portimão.

Tendo como meta a inclusão do seu património industrial numa rota europeia, a autarquia do Seixal tenciona, se a candidatura for aprovada, promover novas exposições nos seus museus, seminários, colocar nova sinalética, divulgar informação em suporte multimédia, aprofundar estudos temáticos.

No Seixal, a rede de museus bem como o património industrial a valorizar vai desde o Moinho de Maré de Corroios, em obras, até ao Núcleo Naval de Arrentela, passando pela Fábrica da Pólvora, a corticeira Mundet, o alto-forno siderúrgico, lagares de azeite, e o forno de cal e Seca do Bacalhau da Ponta dos Corvos.

A candidatura prevê a definição de um percurso pelo património industrial ibérico que, além de incluir o do Seixal, engloba, por exemplo, os moinhos do rio Arade, o centro mineiro de Huelva, as unidades produtivas de ferro e aço do País Basco.

Caso venha a beneficiar do programa SUDOE, é quase certo que o Seixal integrará a rota europeia, da qual fazem parte países como Alemanha, Reino Unido, Bélgica e Holanda.

Autarcas de todo o País erguem-se em protesto

Contra as restrições do Governo

Autarcas de todo o país expressaram o seu repúdio pelas medidas restritivas impostas pelo Governo às autarquias.

Respondendo ao apelo da Associação Nacional de Municípios (ANMP), milhares de autarcas, reunidos em Santarém, segunda-feira, pediram a inconstitucionalidade do artigo da proposta do Orçamento de Estado que impede o endividamento das autarquias. Decidido foi também processar o Estado «por violação de compromissos assumidos».

Em declaração, aprovada no final do encontro, os autarcas pedem a correcção do artigo 18.º da proposta de lei do OE, segundo o qual os municípios apenas poderão recorrer a empréstimos destinados ao Euro 2004.

No decurso dos trabalhos foi patente a indignação pelo agravamento das restrições já impostas em Maio pelo orçamento rectificativo, do mesmo modo que foi rejeitada a ideia de

que o Euro 2004 seja um desígnio nacional mais importante do que a construção de habitações para os estratos mais desfavorecidos da população ou para o bom aproveitamento dos fundos comunitários.

A manter-se a posição inflexível do Governo, como foi referido, está em causa o normal desenvolvimento do trabalho da generalidade dos municípios, impossibilitados que ficam de realizar obras ou celebrar contratos para novos equipamentos e para cumprir programas de rea-

lojamento e de habitação social.

Câmaras não poderão construir habitação social

Os autarcas não aceitam que o Governo respeite um compromisso assumido com o estrangeiro e não respeite um compromisso, «escrito e publicado em Diário da República», que permitia aos autarcas planearem obras até 2006.



A persistir a posição do Governo muitas obras ficarão por fazer no próximo ano

Em causa verbas do PIDDAC

Almada exige novos equipamentos

O Conselho Municipal de Segurança (CMS) de Almada exigiu a inclusão de verbas no Orçamento de Estado para a construção dos novos postos da GNR e PSP no concelho. De acordo com a autarquia, que recorda corresponder esta questão a um compromisso assumido pelo Governo, o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2003 «não prevê a construção das necessárias instalações de segurança»,

contrariando assim não só compromissos anteriores como a própria inclusão de «verbas atribuídas nos sucessivos PIDDAC».

Revelando «a mais profunda preocupação», o Conselho exige, no quadro da apreciação na especialidade do Orçamento de Estado, a inclusão em PIDDAC de verbas para a construção do quartel da GNR da Charneira de Caparica e das esquadras da PSP do Laranjeiro/Feijó, da Caparica e da Costa de Caparica.

Segundo uma nota da autarquia, o concurso público para a construção de três dos equipamentos está em curso deste ano passado. Apenas a esquadra da PSP da Costa de Caparica se encontra em fase de projecto, apesar de ter verbas orçamentadas em PIDDAC desde 1998.

Perante a «gravidade da situação», salienta a nota à imprensa, a presidente do município, Maria Emília de Sousa, solicitou já uma audiência urgente ao minist-

tro da Administração Interna. O Conselho Municipal de Segurança decidiu enviar a resolução ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, ministro da Administração Interna e deputados eleitos pelo círculo de Setúbal, entre outras entidades.

Do órgão fazem parte representantes da Câmara, juntas de freguesia, PSP, GNR, bombeiros, Segurança Social, Centro de Emprego e Ministério Público.

Professores na Suíça indignados com Governo

São professores de portugueses na Suíça e queixam-se de não terem horários completos. Na origem do problema está sobretudo o facto de as horas desbloqueadas pela tutela terem sido entregues a professores não profissionalizados, com as mais diversas habilitações.

Acresce ainda a circunstância de aqueles professores não poderem progredir na carreira por não terem pelo menos 22 horas de aulas para leccionar por semana. Para muitos deles, perante este quadro, com um magro salário, chega a colocar-se a questão da sobrevivência num país com um elevado custo de vida como a Suíça.

Preocupado, este grupo de cerca de quinze docentes dirigiu-se ao Ministério da

Educação mas mais indignado ficou com a resposta que diz ter recebido da Direcção Geral da Administração Educativa.

«Recebemos uma resposta do Ministério da Educação a dizer-nos, caso não estivéssemos contentes, para regressar a Portugal. Isto é lamentável», consideram os docentes, que ameaçam endurecer a luta.

Os professores afirmam que o concurso (contratação local) não respeitou o Decreto-Lei 13/98 de 24 de Janeiro, bem como o Decreto Regulamentar n.º 4 -A/98, no que diz respeito à distribuição de horários por ciclos. «Como as leis não foram respeitadas os horários foram distribuídos de uma maneira arbitrária, injusta e ilegal», sublinham.

Veto ao casino

Os vereadores comunistas da Câmara de Lisboa consideraram «positiva» a decisão do Presidente da República de vetar o decreto-lei que permitia a instalação de um casino no Parque Mayer.

«Trata-se de uma decisão positiva baseada em dois pontos: o primeiro é obvio e refere-se ao facto de o Presidente da República ter de se pronunciar sobre o licenciamento de jogo em Lisboa e o segundo ponto é pertinente, uma vez que chama a atenção para o facto de a Câmara e a Assembleia Municipal não intervirem neste processo», sublinhou o vereador comunista António Abreu.

Para o edil, «existe um grande desrespeito» por parte do actual executivo, uma vez que aos deputados da Assembleia Municipal, assim como aos vereadores da oposição na Câmara, ainda não foi dado conhecimento oficial do projecto para o Parque Mayer.

António Abreu criticou o facto de os vereadores da oposição já terem pedido ao executivo camarário «esboços, projectos ou quaisquer outros documentos» e não terem recebido «rigorosamente nada».

«Já pedimos diversas vezes e por escrito elementos sobre esta questão. Nunca recebemos nada, mas já vi o presidente da Câmara de Lisboa ostentar, num programa de televisão, um dossier sobre o Parque Mayer», criticou António Abreu.

Partidos da oposição contestam lei da rolha no inquérito às demissões na PJ

Apurar toda a verdade

O PCP classifica de «abusiva» a forma como a maioria parlamentar agiu no caso do inquérito às demissões na PJ e defende a necessidade destas serem esclarecidas «até ao fim».

Esta mesma posição foi transmitida ao Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, pelo líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, em encontro realizado segunda-feira.

Reunião que surge na sequência da decisão do deputado do PSD Marques Guedes, presidente da comissão de inquérito par-

lamentar aos actos do governo na Polfícia Judiciária (PJ), de dar por encerrados os trabalhos, sem que tenha sido elaborado um relatório com conclusões.

Uma decisão recebida com grande estranheza por todos os partidos da oposição. Para o deputado comunista António Filipe, a oposição apenas «decidiu suspender» a sua participação

na comissão até que pudessem ser recebida pelo presidente do Parlamento. «Não abandonámos a nossa qualidade de membros da comissão de inquérito», esclareceu o deputado do PCP, considerando que os deputados da maioria «não podem decidir unilateralmente que a comissão deixou de existir».

«Se os deputados da maioria dizem que não há condições para a comissão funcionar, então também não têm condições para a decidir

extinguir», sublinhou o parlamentar comunista.

A principal alegação do PSD para dar por encerrados os trabalhos foi a impossibilidade de existir «contraditório político» na comissão de inquérito depois de os deputados da oposição terem decidido, faz hoje oito dias, afastar-se das reuniões enquanto PSD e CDS-PP não aceitassem realizar mais audições. Por ser este o único caminho, invocaram, para o cabal esclareci-

mento da verdade quanto às recentes demissões na PJ dos directores-adjuntos Maria José Morgado e Cunha Lopes. Para além destes, recorde-se, foram ouvidos no decurso dos trabalhos da comissão Adelino Salvado e a ministra da Justiça, Celeste Cardona.

Os partidos da oposição, em conferência de imprensa conjunta, reafirmaram entretanto a intenção – caso se mantenha a recusa da maioria em levar até ao fim o apuramento da verdade – de ir até às últimas consequências, isto é, poderem

recorrer à intervenção do Presidente da República. É que está em causa, como foi sublinhado, «o prestígio da Assembleia da República, a capacidade do Parlamento fiscalizar o Governo e o respeito pelas mais elementares regras da democracia».

Jorge Sampaio considerou, entretanto, em declarações no final da semana transacta, que as comissões parlamentares de inquérito funcionam mal e são pouco eficazes e exortou a Assembleia da República a tomar medidas para melhorar o seu funcionamento.

A maioria não pode extinguir unilateralmente a comissão

PCP questiona Governo sobre a rede consular

O Grupo parlamentar do PCP entregou no final da semana transacta, na Assembleia da República, 29 requerimentos relacionados com a situação em que se encontra a rede consular portuguesa em diversos países.

Os textos são assinados pela deputada comunista Luísa Mesquita, que há cerca de quinze dias tinha igualmente entregue um outro requerimento sobre a mesma matéria relativo à Alemanha, na sequência da luta desenvolvida pela comunidade portuguesa na região de Osnabruck.

Esta iniciativa da deputada comunista surge no seguimento das sucessivas afirmações, por vezes contraditórias, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, relativamente à reestruturação da rede consular. Desconhece-se qualquer ava-

liação que, entretanto, tenha sido concretizada, sobre as razões que sustentam essa reestruturação.

Nos requerimentos, entre outras, é colocada ao Governo a questão de saber qual o número de portugueses residentes em cada uma das áreas consulares existentes, bem como qual o quadro de pessoal existente em cada um dos postos consulares e o respectivo grau de preenchimento.

Importa também conhecer, na perspectiva do PCP, qual o número de trabalhadores contratados e quais os sectores onde prestam serviço, assim como o tipo e número de actos consulares efectuados durante o ano 2001 e no primeiro semestre de 2002.

Ao Executivo é igualmente feita a pergunta sobre o valor anual dos encargos relativos a cada um dos edifícios onde funcionam os postos consula-

res e sobre a titularidade deste património, ou seja, sobre quais aqueles que são pertença do Estado Português e aqueles que são alugados.

Luísa Mesquita, nos requerimentos que dirigiu ao Governo, expressa ainda o seu interesse em saber quais as áreas de intervenção dos técnicos de acção social colocados nos postos consulares e o número de intervenções por estes realizadas durante o ano de 2001 e o 1.º semestre de 2002.

Os países a que se reportam os requerimentos são Andorra, Austrália, Angola, Bélgica, Brasil, Canadá, Espanha, França, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Guiné - Bissau, África do Sul, EUA, Argentina, China, Grécia, Holanda, Índia, Irlanda, Itália, Suécia, Suíça, Tailândia, Venezuela, Luxemburgo, Uruguai, Reino Unido, Zimbábue.



Até quando continuaremos a assistir à mortandade no IP5?

Promessas do PS e PSD caíram em saco roto Urge solução para o IP5

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, instou o Primeiro-Ministro a esclarecer se o Governo tenciona construir uma auto-estrada até Vilar Formoso, substituindo o Itinerário Principal 5 (IP 5).

A questão foi suscitada em requerimento dirigido ao Primeiro-Ministro, no final da passada semana, no qual é salientado o facto de aquela via continuar a ser marcada por um «intenso tran-

sito de veículos pesados» e «por sucessivos desastres e mortes» que a tornaram conhecida por «estrada da morte».

Recordado no texto é um debate de urgência realizado em 1998 por iniciativa do PCP, no decurso do qual o PSD se comprometeu a construir como via alternativa uma auto-estrada, ligando a A1 a Vilar Formoso.

Durante o mesmo debate, lembra Carvalhas, o PS prometeu a duplicação do IP 5, compromisso assumido pelo então ministro do Equipamento Social, João Cravinho, e que até hoje não foi concretizado.

«Os deputados de Viseu e da Guarda do PSD estão agora calados», constata o líder comunista, que torna extensiva a crítica aos do PS, cuja atitude é idêntica, mas que afirma compreender, com uma ponta de ironia, na medida em que a «duplicação de todo o traçado do IP 5 é virtual».

No seu requerimento, o secretário-geral do PCP lamenta ainda que o Primeiro-Ministro, durante uma entrevista na RTP, tenha anunciado novos investimentos na rede viária, sem contemplar o IP 5. E por isso a pergunta: «não entende o Primeiro-Ministro que o IP 5 precisa de uma solução urgente?»

PCP apresenta projectos de lei na área da emigração e da cooperação

Responder com soluções inovadoras

Criar um Fundo de Apoio Social aos emigrantes portugueses, capaz de se constituir num exercício de ajuda duradouro e não ocasional, eis, em síntese, o grande objectivo de um projecto de lei do PCP entregue na mesa do Parlamento.

A grande novidade deste diploma, como assinalou a deputada comunista Luísa Mesquita, na sua apresentação, em conferência de imprensa, segunda-feira, reside desde logo na instituição de um conselho de administração para a gestão do Fundo com a participação dos representantes da administração central para estas áreas e de um representante das comunidades portuguesas.

Este é, pois, um modelo que confere à gestão do Fundo um carácter verdadeiramente autónomo (não está na dependência do Governo), o que só por si garante, simultaneamente, como foi dito, «uma maior transparência e equidade do sistema».

Nota de realce merece ainda o facto de o Fundo, de acordo com o

articulado do projecto, ficar com uma dotação financeira de contrapartida anual do Orçamento do Estado. O que quer dizer, com isso, explicou Luísa Mesquita, que não só «será possível melhorar significativamente o montante a atribuir anualmente» como «abranjer um maior número de beneficiários».

Para se aferir do importância e alcance deste projecto basta referir que nem todos os portugueses – do universo de cerca de 4,5 milhões que estão espalhados pelo mundo – desfrutam de uma situação economicamente favorável. Sabe-se, como lembrou a deputada do PCP, da existência de situações muito dramáticas quer a nível social quer a nível financeiro, sobretudo na América Latina (em particular na Venezuela e Brasil) e também na África do Sul.

«Ajudar a resolver ou, no mínimo, auxiliar» estas situações complicadas é a «obrigação do País natal», sustentou Luísa Mesquita que deu a conhecer aos jornalistas um outro projecto de lei igualmente

entregue esta semana na Assembleia da República.

Estatuto do Cooperante

Trata-se do Estatuto do Cooperante, diploma de conteúdo igualmente muito inovador que vem de forma muito abrangente unificar a legislação avulsa existente sobre esta matéria e preencher (actualizando) o vazio em termos de normativo legal que data de 1985.

Sendo reconhecidamente uma área de grande importância para o nosso País, não só pelo elevado número de pessoas envolvidas como pela natureza do relacionamento e países abrangidos (em particular os PALOP) as acções e projecto de cooperação carecem por isso de estabilidade e de regras claras que permitam definir qual o papel do Estado e suas responsabilidades, quais os requisitos para se ser cooperante, seus direitos e deveres.

Ora é exactamente nestes planos que o projecto de lei do PCP vem dar

respostas, ao definir, por exemplo, com objectividade e rigor, o que é o cooperante, quais os requisitos essenciais, o que é promover a cooperação, qual o âmbito da política de cooperação e quem são os seus promotores.

Realce merece a criação, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de uma bolsa de cooperantes com vista a um melhor conhecimento de quem e onde pode prestar acções de cooperação.

Clarificadas são também as condições do contrato e garantias do cooperante visando «desde a formação do contrato ao registo do mesmo as acções de formação do cooperante e a quem cabe as despesas com o referido contrato».

Por outro lado, no que se refere às garantias do cooperante, o diploma trata em normativo o regresso ao local de trabalho, bem com o direito ao subsídio de desemprego (na ausência de vínculo laboral), sendo simultaneamente tratados os deveres do cooperante para com o Estado português e o Estado solicitante.

CM de Gaia recebe alunos e professores

O presidente da Câmara Municipal de Gaia aceitou receber os estudantes, pais e professores da Escola Secundária António Sérgio, cerca de uma semana depois de estes se manifestarem contra alterações de trânsito na zona daquele estabelecimento, alegando que «colocam em risco a população escolar» e que provocam altos níveis de poluição sonora. Na quinta-feira, à saída da reunião, Luís Filipe Menezes afirmou estar disposto a «encontrar soluções de compromisso, que possam melhorar eventualmente os impactos negativos», sem revelar se o sistema de trânsito vai ou não ser alterado. No dia 29 de Outubro, reagindo aos protestos de alunos, professores e pais, o autarca disse que não haveria «um milímetro de mudança», porque «não havia outra hipótese» e não recuava «perante meia dúzia de rapazinhos».

Ensino recorrente só aos 18 anos

O ensino secundário recorrente estará vedado a jovens com menos de 18 anos a partir do próximo ano lectivo, de acordo com a legislação publicada no início da semana no «Diário da República». A nova lei exige igualmente que os jovens tenham completado o 9.º ano. Com esta legislação, a secretária de Estado da Educação, Mariana Cascais, anula um despacho que permitia que qualquer jovem trabalhador com mais de 16 anos pudesse frequentar o ensino recorrente e prosseguir os seus estudos no sistema nocturno.

Violência sobre menores em debate

A cidade de Pombal foi palco das Primeiras Jornadas Técnicas sobre a Violência, realizadas na quinta e sexta-feira com o objectivo de debater a violência na sociedade e na família e os maus tratos a menores e a mulheres.

Num momento em que a violência familiar é legalmente classificada como crime público, esta iniciativa procurou analisar a situação actual e alertar a população para a necessidade de denunciar todos os casos de que tenha conhecimento. A directora distrital da Segurança Social de Leiria, Conceição Cruz, considera que os diagnósticos dos casos de violência nas comunidades locais são ainda insuficientes e defende que «é necessário reforçar a aposta em diagnósticos das realidades locais, preparando respostas adequadas», nomeadamente naquilo que diz respeito à violência na família, principalmente sobre crianças.

Associações académicas de todo o País juntam-se em Lisboa em protesto contra os cortes orçamentais e a subida de preços nas cantinas, residências e propinas

Levar a voz dos estudantes até ao Parlamento

Mais de 70 associações de estudantes de todo o País decidiram sair para a rua em protesto contra os cortes orçamentais no ensino superior e as consequências para as instituições e os alunos. A manifestação estava marcada para ontem.

A manifestação contesta os cortes no orçamento no ensino superior e na acção social escolar, a subida dos preços nas cantinas e residências e os aumentos das propinas. A manifestação tinha como fim fazer ouvir a voz dos estudantes na Assembleia da República, na véspera da votação do Orçamento de Estado na especialidade, agendado para o dia de hoje.

A decisão foi tomada na semana passada, numa reunião que teve lugar na Faculdade de Belas Artes de Lisboa e que juntou 73 associações. «Haverá aque-

les que vão aderir e aqueles que não. Temos um universo muito grande a nível associativo, há muitas sensibilidades e nunca há unanimidade», adiantou Telmo Alcobia, membro do Encontro Nacional de Dirigentes Associativos.

A raiz dos problemas encontra-se no desnorte das políticas educativas

«Só uma vaga de fundo pode, por um lado, alterar a actual situação e, por outro lado, impedir que esta venha a agravar-se», garante por seu lado a Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUA), numa carta aberta a todas as academias, emitida na segunda-feira.



«Só uma vaga de fundo pode alterar a actual situação e impedir que esta venha a agravar-se», garante a Associação Académica da Universidade de Aveiro

Os estudantes de Aveiro defendem a formação de uma «corrente de contestação sólida» com base em «plataformas de entediamento a nível nacional» com vista a «conjugarem e convergirem esforços».

«Mesmo considerando que existem problemas de resolução particular, a raiz dos problemas encontra-se no desnorte das políticas educativas globais para todo o ensino superior», garante a AAUA.

«Temos o dever histórico de não deixar passar em claro um orçamento tão gravoso e dar um alerta bem claro a toda a sociedade para aquilo que está para vir», lê-se no documento. «Enquanto representantes dos estudantes,

temos a responsabilidade acrescida de lutar pelo presente e de prevenir o futuro. As vozes que se levantam em defesa do aumento das propinas são cada vez mais», acrescenta a Associação Académica.

O plano do Porto

O plano de contestação da Federação Académica do Porto às políticas do Governo para o ensino superior foi iniciado na quinta-feira e prolonga-se por quatro meses. «Em Março faremos uma avaliação sobre a evolução das políticas do Governo. Se não houver mudanças significativas, os estudantes do Porto irão ponderar

outras formas de luta mais duras e mais agressivas do que as realizadas até então», afirmou em conferência de imprensa Nuno Mendes, presidente da FAP.

As iniciativas incluem passeios pelas faculdades para mostrar «porque há queixas», uma serenata de despedida junto à casa da ministra das Finanças e a cobertura da fachada da federação com panos negros. Os estudantes entregarão ao ministro Pedro Lince um conjunto de propostas de alteração à lei do financiamento do ensino superior, à lei de bases do sistema educativo e ao estatuto da carreira docente para provar que «os estudantes não são meninos caprichosos, como pensam os mal intencionados», como referiu Nuno Mendes.

«O ensino superior e a educação têm de ser vistos como alavanca para tirar o País do atraso em que se encontra», sublinhou, acrescentando que «o argumento da crise cai por terra quando se assiste a um reforço do orçamento para a Defesa e Administração Interna. A ministra das Finanças pede produtividade para sair da crise. Então, deve investir na formação técnica e profissional dos cidadãos», afirmou.

Entretanto e à semelhança de outros protestos de outras associações, na quarta-feira da semana passada os estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto fizeram greve às aulas contra os cortes orçamentais, nomeadamente por estes serem em causa o funcionamento do ensino nocturno naquela instituição, frequentado actualmente por cerca de 750 trabalhadores-estudantes.

Os estudantes da Universidade de Coimbra têm também organizado vários protestos contra os cortes orçamentais.

MANIFESTAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

DA CIDADE UNIVERSITÁRIA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIA 13 DE NOVEMBRO, PELAS 17H NA AR

PARTICIPA!

Professores do politécnico

Contra desresponsabilização do Estado

«A qualidade tem um preço», garantiu o vice-presidente do Instituto Politécnico de Beja, Toucinho da Silva, durante a sessão solene da abertura do ano lectivo, na semana passada, num discurso em que pediu a substituição «urgente» da Lei de Financiamento do Ensino Superior por outra «adequada à realidade do País

e à presente inversão de ciclo» do sector.

«As dificuldades económico-financeiras do país têm levado os sucessivos governos a não cumprir a lei de financiamento em vigor. O ensino superior já vive, e vai continuar a viver nos próximos anos, um período de grandes dificuldades», alertou o vice-presidente do IPB, citado pela

Lusa. Toucinho da Silva lembrou que o financiamento das instituições «tem vindo a diminuir» e que a «falta de cumprimento» por parte dos Governos da lei vem agravando a situação. O professor defendeu ainda que a revisão do quadro legal do sector não pode implicar a «desresponsabilização» do Estado.

«Compete ao Estado o financiamento do sector e não seria aceitável que uma nova lei surgisse para permitir-lhe esquivar-se a esta obrigação. Se não houver outra alternativa, então que se mantenha a actual lei e que esta seja correctamente cumprida. Não é possível um ensino de qualidade sem instalações adequadas», afirmou.

Estudantes do secundário protestam

«Investimento faz qualidade: invistam!»

«Querem convencer-nos que as causas da indisciplina são a entrada de imigrantes em Portugal, o alargamento da escolaridade obrigatória e a entrada de pessoas de todos os grupos sociais no sistema de ensino», lê-se num panfleto distribuído pelo Movimento das Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Coimbra (MAESC) durante um protesto contra Estatuto do Aluno do Ensino Não

Superior, no início da semana passada.

A iniciativa juntou mais de dois mil alunos de várias escolas, numa manifestação que percorreu a cidade. Os estudantes protestaram igualmente contra os exames nacionais, o sistema de acesso ao ensino superior, a melhoria das condições materiais e humanas nas escolas e os atrasos na implementação da educação sexual.

As escolas secundárias Avelar Brotero, Infanta D.

Maria, D. Duarte e Quinta das Flores foram encerradas pelos estudantes, mas outras se juntaram ao protesto, nomeadamente a escola José Falcão. «Investimento faz qualidade: invistam!», lia-se num cartaz dos alunos, que davam uma garantia: «Só paramos quando nos ouvirem».

Num acto simbólico, os estudantes do secundário cortaram a estrada de acesso à Universidade de Coimbra, na rotunda dos Arcos

do Jardim. «Este corte simboliza o encerramento do acesso ao ensino superior que o actual sistema educativo provoca», explicou o movimento em comunicado. «Querem-nos fechar este caminho», gritavam os manifestantes.

«O nosso Governo prefere dar mais fundos aos colégios privados do que às escolas públicas. Os *numerus clausus* são um muro. Assim não há futuro», garantem os estudantes.

Entrevista com três militantes da Organização da Madeira

JCP em franco crescimento

A acção dos jovens comunistas da Madeira tem-se reflectido num forte aumento de influência. Três dos dezasseis delegados do arquipélago contaram como fazem para ultrapassar as dificuldades.

Nunca antes a Organização da Madeira da JCP tinha estado tão bem representada como no 7.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa dos passados dias 2 e 3 de Novembro, em Setúbal.

Se no Congresso anterior estavam apenas três delegados, em representação do arquipélago, desta vez os jovens comunistas madeirenses fizeram-se representar por 16 delegados. Vieram demonstrar que no feudo de Alberto João Jardim são cada vez mais os jovens que, descontentes com o autoritarismo do PSD/Madeira e seus apoiantes, vêm à JCP, onde encontram o espaço de irreverência e luta que procuram.

«Éramos 17 delegados mas houve um camarada que participou na conferência de imprensa de apresentação do Congresso que não pôde vir porque o pai desco-

briu e não deixou», disse-nos o delegado Felipe Andrade.

Felipe, Bárbara Vieira e Valério Fernandes, três dos dezasseis delegados comunistas madeirenses, contaram-nos como tem sido a actividade da organização.

«Não há segredo. Estamos a crescer porque estamos a sair à rua»

A mais recente campanha da JCP/Madeira desenrolou-se no Funchal onde o governo de Alberto João Jardim mandou aumentar as tarifas a quem queira frequentar a praia. «Nós no Funchal, por incrível que pareça, temos que pagar para ir à praia. A praia é concessionada pela Câmara Municipal e a ideia é privatizar a concessão o mais brevemente possível. Agora aumentaram os preços para os jovens em 125 por cento e eu, que tenho 22 anos, se quiser ir à praia, pago quinhentos paus para dar um mergulho», desabafou-nos Felipe.



Valério Fernandes, Bárbara Vieira e Felipe Andrade

É actuando com acções concretas contra este estado de coisas que a JCP tem aumentado a sua influência, atraindo a participação de cada vez mais jovens. A organização lançou um abaixo-assinado contra as tarifas, que deixou «mal disposto» o PSD/Madeira ao ponto de, em confronto com a jovem organização, terem recusado a receber as assinaturas.

contra o fim do crédito bonificado e da campanha pela paz e solidariedade com a Palestina.

A JCP/Madeira tem sensibilizado os estudantes do ensino superior para a solidariedade com a Palestina e para a luta pela paz. «Te-

mos tentado chegar aos estudantes da Universidade da Madeira com as iniciativas pela paz e solidariedade por acharmos que é o campo privilegiado onde os jovens podem ter mais interesse por estes problemas. E temos igualmente feito

campanha nas escolas secundárias», afirmou Bárbara Vieira.

Dois dias antes do Congresso, os jovens comunistas madeirenses lançaram a campanha pela paz, do Partido e da JCP, para alertar a população do arquipélago para os planos que visam a instalação de um radar da NATO no Pico do Arieiro.

«A argumentação que tem sido usada para a sua instalação é que o radar vai servir para proteger a costa marítima e as ilhas Selvagens, só que a única coisa que faz é informar da existência ou não de navios ou aviões no território. Mas só por si, o radar não impede a invasão das águas territoriais pelas frotas pesqueiras e continuam a não existir embarcações para patrulhar a costa, logo, não estamos a ver que benefício pode trazer para o povo da Madeira a instalação deste radar, certamente com propósitos militares», disse-nos Felipe Andrade.

O anticomunismo primário de Alberto João Jardim

Para Felipe Andrade, o aumento de influência e de adesões à JCP, «deve-se essencialmente a fazermos ouvir as reivindicações dos jovens e dos estudantes e sair para a rua, dar a conhecer as nossas propostas». A tudo isto não é alheio «o aumento da militância e da consciência social e política dos nossos militantes». «Responsabilizámos camaradas novos, conseguimos reorganizar alguns colectivos, pôr a funcionar com mais eficácia a Direcção Regional e estamos a crescer porque estamos a sair à rua.»

São muitas as dificuldades que se deparam aos jovens comunistas da Madeira mas também é grande a vontade de as ultrapassar. Para Felipe, «principalmente as gerações mais velhas estão profundamente influenciadas por um

anticomunismo primário, apesar de também haver jovens que são muito anticomunistas. Mas há muitos mais que aceitam os nossos documentos. É outra malta nova que tem disponibilidade para a luta e tem preocupações com determinado tipo de questões que são as nossas, como a solidariedade, a paz e a justiça social.»

«O Alberto João já anda a incentivar os alunos. Ainda no outro dia, na inauguração de um Polidesportivo, disse que queria que os jovens praticassem desporto para ajudar a combater os comunistas», disse-nos Bárbara Vieira.

Má educação e pouca cultura

Mas não é só de demagogia que o arquipélago

da Madeira tem falta. São muitas as carências sentidas pela população e pelos jovens. «Temos muitas dificuldades de acesso a iniciativas ligadas à cultura. O movimento associativo juvenil é quase nulo. Aqui em Setúbal basta passear um pouco para encontrarmos associações recreativas e juvenis, a juventude participa. Na Madeira não há nada disso. Não há apoios ao associativismo, não se divulga o que se deve fazer para formar associações. Essa é uma das grandes dificuldades que temos. Outra é o acesso à educação», sublinha Bárbara. A Madeira é das regiões do país e da Europa com uma maior taxa de analfabetismo.



Miséria escondida e envergonhada

Muitos são os turistas que visitam a Madeira fazem as rotas turísticas e de lá vêm maravilhados com as belezas naturais da ilha. Mas a realidade esconde-se onde os acessos são difíceis. Para Bárbara Vieira, «com o seu relevo, a Madeira também tem muitas verdades, muitos becos em locais onde o acesso é difícil e é aí que se esconde a miséria.»

«Aquela fachada bonita do Funchal é como um painel que encobre pessoas a passarem muitas dificuldades, incluindo crianças e idosos. As crianças de Câmara de Lobos continuam a ter que mendigar no Funchal, tudo isto numa sociedade que ainda se considera democrática», acrescenta.

«Também tem muito a ver com as características do nosso povo», disse Felipe Andrade, salientando que a Madeira «é uma região turística que vive muito da imagem».

Radar da NATO na Madeira?

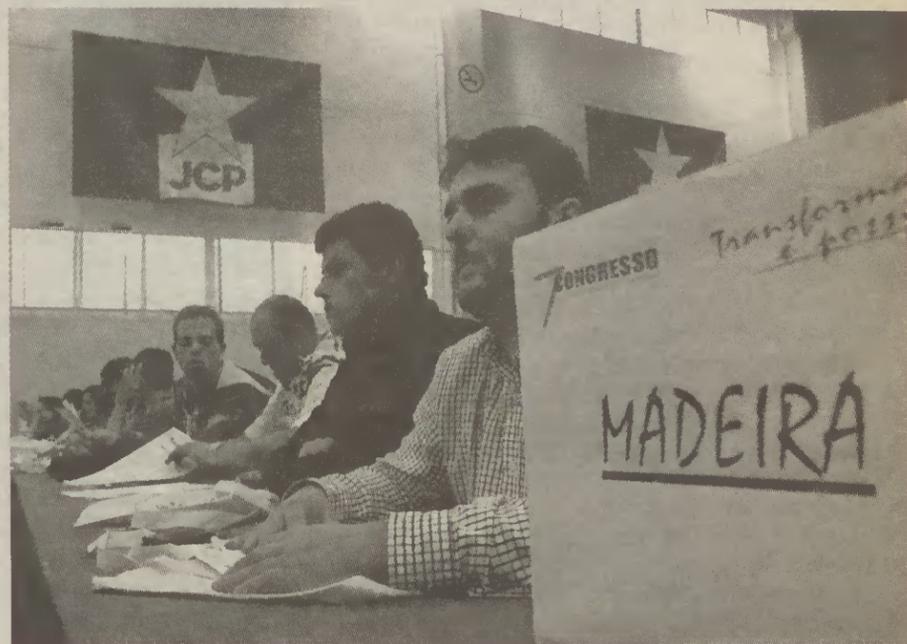
Também a participação nas iniciativas nacionais do PCP e da JCP e a divulgação das mesmas tem ajudado os jovens comunistas a aumentarem a aceitação das nossas propostas. Foi o caso da campanha nacional

Educação sexual nas escolas

Os jovens comunistas também desenvolveram a campanha pela disciplina de educação sexual, «que foi uma das mais fortes reivindicações nas duas manifestações dos estudantes deste ano, a que estivemos intimamente ligados à sua organização e coordenação.»

Valério Fernandes recordou que «o Alberto João já disse publicamente que enquanto ele estivesse no poder, nunca haveria educação sexual nas escolas da Madeira».

Entretanto o governo regional já prometeu, aquando das duas manifestações, integrar a educação sexual nos programas, mas a verdade é que «tudo não passou de promessas, como já é hábito desses senhores», notou Felipe ao considerar que esta é uma reivindicação que se deve à luta da JCP/Madeira.



Este ano vieram 16 delegados. Eram apenas três no último congresso

• Eugénio Rosa

Verdades e mentiras

sobre a Segurança Social dos trabalhadores da Função Pública

Os trabalhadores da função pública estão a sofrer neste momento um ataque frontal aos seus direitos. Este ataque do Governo PSD/PP insere-se no ataque às funções sociais do Estado, ou seja, aos direitos sociais de todos os portugueses (emprego, segurança social, saúde, ensino), já que são os trabalhadores da função pública que garantem a efectividade desses direitos.

Nesta campanha contra os trabalhadores da função pública têm sido utilizadas muitas mentiras. Tudo isto tem sido feito com o objectivo de dividir os trabalhadores e de os atirar uns contra os outros. Com esse propósito tem sido utilizado o sistema de segurança social dos trabalhadores da função pública, que é garantido pela CGA, dizendo-se que ele todos os anos apresenta um elevado défice, e que esse défice é cada vez mais incontrolável para o Orçamento do Estado. Por isso, torna-se necessário analisar com objectividade e profundidade esta questão para desmontar as mentiras propagandeadas pelo Governo e pelas forças da direita.

A Pensão de Reforma de mais de um terço dos trabalhadores da Função Pública é calculada já da mesma forma que a dos outros trabalhadores

De acordo com art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 286/93, «a pensão de aposentação dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações inscritos a partir da entrada em vigor do presente diploma (que foi em Setembro de 1993) é calculada nos mesmos termos das normas legais aplicáveis ao cálculo das pensões dos beneficiários do regime geral da segurança social». Isto significa que todos os trabalhadores que entraram para a função pública depois de 1 de Setembro de 1993, quando se reformarem, a sua pensão será calculada da mesma forma que é calculada para os trabalhadores abrangidos pelo regime geral da segurança social, ou seja, com base no sistema de cálculo antigo (os 10 melhores anos dos últimos 15 anos) ou em toda a carreira contributiva (depende se tinham 15 ou mais anos de descontos ou menos de 15 anos de descontos quando entrou em vigor a lei 17/2000, no ano 2000). De acordo com estimativas que fizemos, o número de trabalhadores da função pública que entraram depois de 1 de Setembro de 1993, e que por isso já estão sujeitos ao regime geral da segurança social, já ultrapassa neste momento os 280.000, ou seja, mais de um terço do total de trabalhadores que estão neste momento inscritos na CGA. E este número cresce todos os anos, enquanto os trabalhadores abrangidos pelo antigo sistema da CGA diminuirá até desaparecer, pois constituem aquilo que se chama um «regime fechado».

A lei de Bagão Félix também se aplicará à Função Pública

A pensão de reforma destes 280.000 trabalhadores que estão inscritos na

CGA, assim como de todos aqueles que entrarem para a função pública, será calculada com base na nova lei de bases da segurança social de Bagão Félix. Portanto, se a nova Lei de Bases da Segurança Social, que já foi aprovada pela maioria PSD/PP mas que ainda não foi publicada, entrar em vigor, os trabalhadores da função pública, como sucederá com todos os outros trabalhadores portugueses, ficarão sujeitos a dois tectos contributivos. Assim, até ao 1.º tecto contributivo, cujo valor será o que o Governo vier a decidir, continuarão a descontar para a entidade como fazem actualmente; entre o 1.º e o 2.º tectos contributivos terão de descontar para um fundo de pensão, como acontecerá com os trabalhadores do sector privado. Acima do 2.º tecto contributivo, cujo valor o Governo ficará com o poder de fixar como quiser, é que poderão escolher entre aplicar num PPR ou não fazê-lo.

Em resumo, se a nova lei de bases da segurança social de Bagão Félix entrar em vigor, a média prazo a pensão de aposentação de todos os trabalhadores da função pública será calculada da mesma forma que é calculada a pensão de reforma dos trabalhadores do regime geral, o que significa que uma parte da pensão dos trabalhadores da função pública ficará também dependente da especulação bolsista, como sucederá com todos os trabalhadores portugueses. Torna-se assim necessário que os sindicatos da função pública também analisem as consequências da nova lei de bases da segurança social de Bagão Félix para os trabalhadores da função pública e que os alertem para isso.

O falso défice da Caixa Geral de Aposentações

Um dos ataques mais frequentes contra o actual sistema de segurança social dos trabalhadores da função pública é que ele gera um défice crescente que é insustentável para o Orçamento do Estado. Este ataque, que é uma das grandes mentiras do Governo e das forças de direita sobre o sistema de segurança social dos trabalhadores da função pública, não resiste a uma análise objectiva e fundamentada. Para concluir, basta observar os dados do Quadro 1, que constam de publicações oficiais (INE e CGA). Como acontece com todos os outros trabalhadores portugueses, os trabalhadores da função pública descontam todos os meses 11% dos seus salários, sendo 10% para a CGA e 1% para a ADSE. No entanto, diferentemente do que sucede com todas as entidades empregadoras no nosso país, no sector da função pública muitas entidades empregadoras não descontam para a CGA (o Estado não desconta nada), e mesmo aquelas que o fazem entregam apenas 10% (ex. Autarquias) da massa salarial que pagam, ou seja, muito menos do que aquilo que seria necessário para assegurar o pagamento das pensões aos trabalhadores já aposentados, por um lado e, por outro lado, também muito menos do que paga qualquer empregador a funcionar em Portugal para o regime geral da segurança social que é, como se sabe, o correspondente a 23,75% da massa salarial paga. Como mostram os dados do Quadro 1, as entidades empregadoras da função

pública entregam à CGA em média apenas o correspondente a 1,6% dos valores dos salários pagos (no ano 2001 por ex., apenas 43,7 milhões de contos, quando os descontos dos trabalhadores para a CGA totalizou 269,8 milhões de contos). Se somarmos as contribuições das entidades empregadoras à participação do Estado realizada através de uma transferência do Orçamento de Estado para a CGA, a fim de pagar a esta a dívida que resulta do estabelecido na lei, esse valor tem variado, como mostram os dados oficiais do quadro, entre 18,6% em 1998, e 16,5% em 2001 do valor dos salários pagos, o que é uma percentagem significativamente inferior à contribuição

de qualquer empregador para o regime geral do sistema de segurança social. Os próprios dados oficiais mostram que a participação do Estado, não é para cobrir um défice, mas sim para pagar uma dívida que resulta de uma obrigação legal que tem para com a CGA, da mesma forma que quando as empresas privadas contribuem para o regime geral da segurança social não se diz que é para cobrir um défice, mas sim que resulta de uma obrigação estabelecida por lei, tal como acontece com o Estado. E quando as empresas privadas não entregam à segurança social as contribuições que são devidas a esta por lei, ficam em dívida. E esta dívida já atinge 2.740 milhões de euros (cerca de 550 milhões de contos), como revelou

recentemente o ministro Bagão Félix na Assembleia da República, e não pára de crescer, o que revela também a incapacidade ou a falta de vontade política do Governo PSD/PP para fazer cumprir a lei. Para terminar este ponto, interessa dizer que aquela transferência do Orçamento do Estado para a CGA inclui também financiamento do Estado a entidades privadas. Por exemplo, os professores das universidades privadas (universidade Moderna, Universidade Lusófona, etc.) estão inscritos na CGA. E estas contribuem apenas (quando pagam) com 10% do valor dos salários que pagam, o que é manifestamente insuficiente para pagar as pensões a esses professores quando se reformam, o que determina

que tenha de ser também o Orçamento do Estado a pagar a parte que devia ser paga por essas entidades privadas, mas que não é.

Cada trabalhador da Função Pública desconta o triplo para a CGA

Se dividirmos as quotizações pagas pelos trabalhadores da função pública no ano 2001 para a CGA constantes do quadro – 269,8 milhões de contos – pelo número de subscritores existentes nesse ano – 771.285 – obtém-se uma quotização média anual de 349,9 contos por trabalhador, que é tripla do desconto

médio recebido pelo regime geral da segurança social de cada beneficiário. Portanto, quando se olhar para as pensões recebidas pelos trabalhadores da função é importante ter presente o valor dos seus descontos para a CGA.

Austeridade para os trabalhadores e pensões vitalícias principescas para os membros do Governo

O Governo PSD/PP introduziu na proposta de lei do OE para 2003, sem antes apresentar aos sindicatos da função

pública como determina a lei, duas disposições que, se forem aprovadas, determinarão um significativa perda de poder compra para todos os trabalhadores da função pública que se reformarem no futuro.

De acordo com essas disposições, a pensão de aposentação já não será igual a 100% da média das retribuições dos 3 últimos anos mas sim o correspondente a 89%, o que determinará para cada aposentado uma baixa na sua pensão que se estima em 29 contos por mês durante o primeiro ano (407 contos por ano e 8,1 milhões de contos por ano para os cerca de 20.000 trabalhadores da função pública que se reformam em média todos os anos). Para além disso, mesmo que tenham 36 anos de serviço (era o tempo de serviço com que até a esta data já se podiam reformar) mas se tiverem menos de 60 anos de idade, por cada ano compreendido entre 55 anos e 60 anos, sofrerão uma redução correspondente a 4,5 pontos percentuais do valor da pensão de aposentação a que tenham direito. Se tiverem mais de 36 anos de serviço e menos de 60 anos de idade, por cada três anos até aos 60 anos sofrerão uma redução de 4,5% na pensão de aposentação.

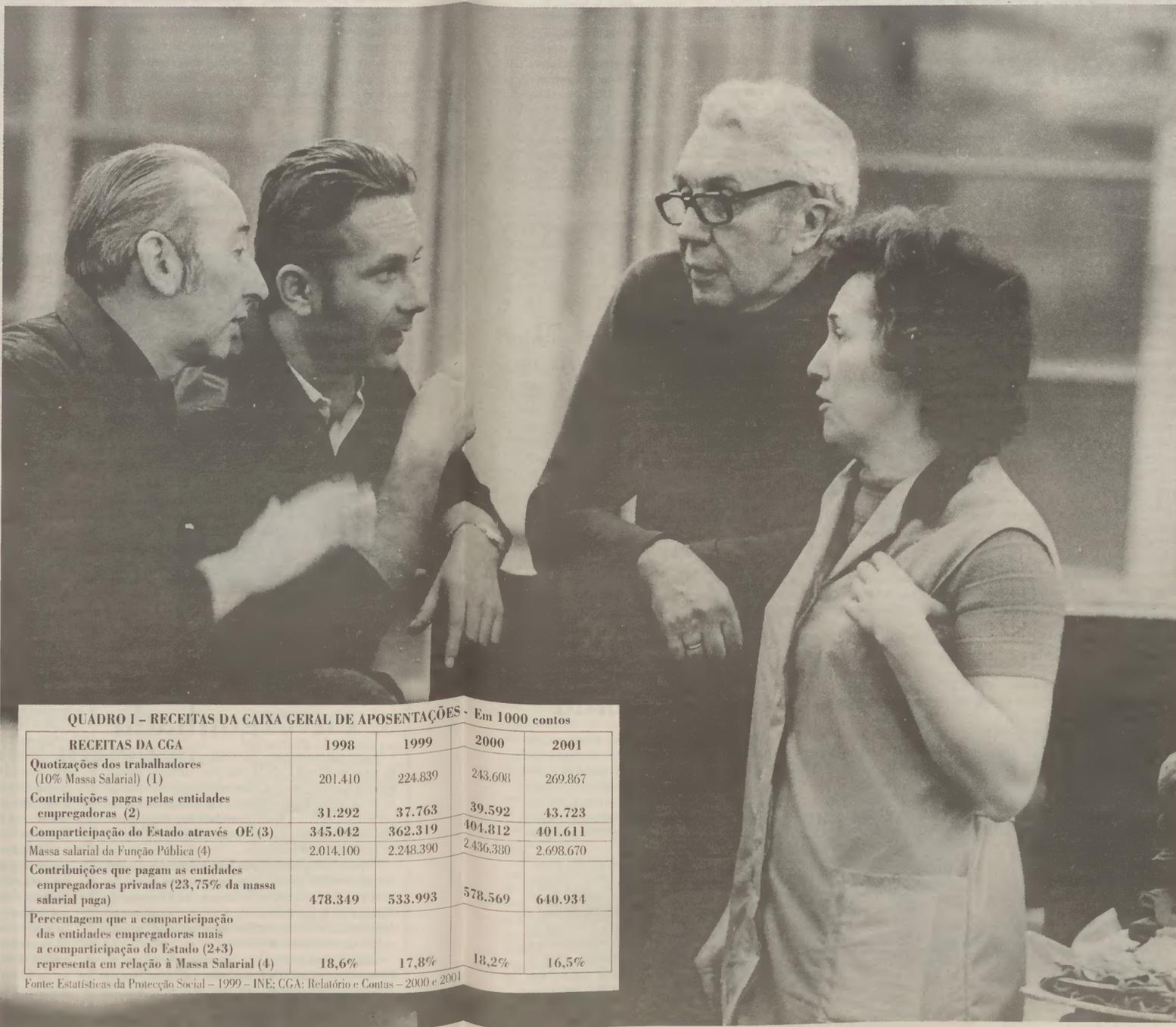
Enquanto ataca desta forma direitos adquiridos pelos trabalhadores da função pública, o Governo PSD/PP mantém regalias principescas para os seus membros.

Assim, de acordo com a Lei n.º 4/85, e as alterações introduzidas pelas Leis 16/87 e 26/95, os ex-primeiros-ministros como Cavaco da Silva e Guterres, e futuramente Durão Barroso, têm direito a uma pensão mensal vitalícia igual a 80% do vencimento do cargo desempenhado logo que atinjam os 55 anos de idade e desde que tenham exercido o cargo pelo menos durante 4 anos.

Assim, Durão Barroso, se se aguentar como primeiro-ministro durante 4 anos, logo que deixe de exercer funções e que atinja 55 anos de idade, tem direito a receber uma pensão mensal vitalícia igual a 80% do seu vencimento. Como o vencimento de primeiro-ministro é de 5170 euros, 80% correspondem a 4136 euros (829,5 contos por mês). O mesmo sucederá com a «ministra da austeridade», Ferreira Leite. Logo que saia do Governo, e como já tem certamente 12 anos de cargos políticos (membro do Governo e deputada à Assembleia da República), e como terá mais de 55 anos, terá direito a uma subvenção mensal vitalícia correspondente também a 80% do vencimento de ministra. Como o seu vencimento é de 4480 euros, 80% são 3584 euros (718,5 contos por mês). E para receberem esta pensão vitalícia não têm de descontar nada para a CGA.

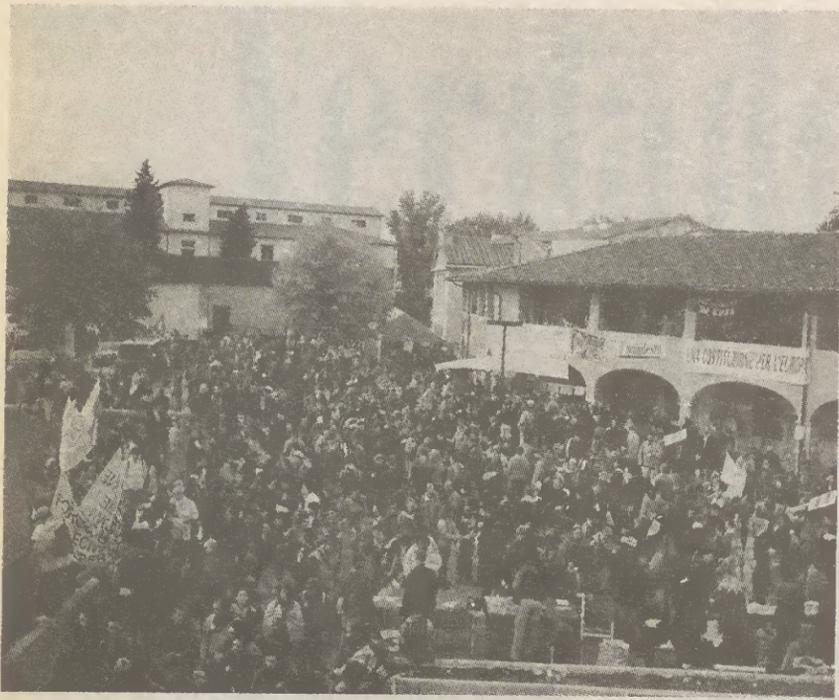
Estas pensões para toda a vida são pagas directamente pelo Orçamento do Estado. E, para além de receberem esta pensão tão elevada, ainda têm direito à pensão paga pela CGA ou pelo regime geral da segurança social como qualquer outro português, embora essa 2.ª pensão tenha um valor muito mais elevado que a da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses porque os vencimentos que auferem são muito mais elevados.

Em resumo, o Governo PSD/PP tem dois pesos e duas medidas, já que a austeridade que tanto apregoa é para os outros, não atingindo os membros do Governo que continuam a ter o direito a duas pensões, sendo uma delas principesca se a compararmos com a da esmagadora maioria dos trabalhadores da função, cuja pensão média atingia em 2001 apenas 186 contos, ou seja, menos de um quarto da pensão mensal vitalícia a que terá direito Durão Barroso quando deixar o cargo de primeiro-ministro.



QUADRO 1 - RECEITAS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES - Em 1000 contos				
RECEITAS DA CGA	1998	1999	2000	2001
Quotizações dos trabalhadores (10% Massa Salarial) (1)	201.410	224.839	243.608	269.867
Contribuições pagas pelas entidades empregadoras (2)	31.292	37.763	39.592	43.723
Comparticipação do Estado através OE (3)	345.042	362.319	404.812	401.611
Massa salarial da Função Pública (4)	2.014.100	2.248.390	2.436.380	2.698.670
Contribuições que pagam as entidades empregadoras privadas (23,75% da massa salarial paga)	478.349	533.993	578.569	640.934
Percentagem que a participação das entidades empregadoras mais a participação do Estado (2+3) representa em relação à Massa Salarial (4)	18,6%	17,8%	18,2%	16,5%

Fonte: Estatísticas da Protecção Social - 1999 - INE; CGA: Relatório e Contas - 2000 e 2001



Esperança e luta

● Ilda Figueiredo

A luta pressupõe sempre que há esperança em melhorar algo. Essa esperança esteve presente em Florença durante os debates do Fórum Social Europeu. E a decisão de lutar pela paz foi patente nas muitas centenas de milhares de pessoas que participaram na marcha contra a guerra. Mais de meio milhão, diz a comunicação social. Foi um mar de gente, a que a própria cidade acabou por se juntar. Apesar de toda a campanha do governo de Berlusconi. Da muita polícia que desde a véspera do início do Fórum ocupava os pontos estratégicos da cidade, como pude testemunhar. Vinham aí os desordeiros, era o que se insinuava. E diversos comerciantes fecharam as suas lojas. Mas com o decorrer dos dias a população percebeu a mentira. E foi a luta, a festa e a esperança. Tal como no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no Brasil, em 2001 e 2002, há muita generosidade e esperança nos milhares de jovens que participam, ouvem, discutem, aplaudem e acreditam que um mundo melhor é possível.

Com base em três grandes temas — liberalismo e globalização; guerra e paz; direitos, cidadania e democracia — houve tempo e espaço para muitas dezenas de conferências, seminários, diálogos, debates. Nalguns, havia mais de duas mil pessoas, como diversos em que estive, e em que foram oradores Miguel Urbano Rodrigues sobre a América Latina, Boaventura Sousa Santos sobre a crise da democracia na Europa, ou as conferências e seminários sobre a guerra ou sobre as ligações entre os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda, que tiveram a participação e intervenção do nosso Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, que integra os deputados comunistas no Parlamento Europeu.

A nota dominante foi a denúncia da hegemonia e militarismo dos EUA, a crítica às políticas neoliberais que se têm imposto por toda a Europa, a denúncia deste neoliberalismo que, ao serviço das multinacionais, dos grupos financeiros e económicos, explora os povos, limita a democracia, estrangula o desenvolvimento, destrói o ambiente, incentiva à guerra. Em geral, fez-se a defesa de alternativas humanistas, que dêem particular importância às pessoas, que aprofundem as relações

de cooperação entre países e povos, que promovam a igualdade de homens e de mulheres, que defendam a paz, o ambiente e o desenvolvimento. Em diversos casos, falou-se da necessidade de construir uma sociedade socialista em oposição à exploração capitalista. Em todos, o desejo, a esperança, a vontade, a certeza de que um outro mundo é possível, mais justo, com desenvolvimento e sem guerra. As vias para o conseguir não são ainda suficientemente claras em todos quantos participam nestes fóruns. Por vezes, as intervenções seguem uma linha reformadora, segundo a qual o capitalismo pode ser recuperado. Há os que pensam que usando as instituições existentes se pode transformar e humanizar as sociedades oprimidas pela exploração capitalista. Em Florença até havia um atelier sobre a constituição europeia e o federalismo, iludindo a questão da defesa que o capitalismo europeu faz de uma maior integração europeia visando uma maior centralização do poder, questão essencial para as multinacionais, grupos económicos e financeiros. Claro que a ilusão se cria quando se diz que esse é o caminho para uma maior participação das pessoas, dos trabalhadores europeus na defesa dos seus direitos. E se esquece e se esconde o défice democrático da própria Convenção que está a preparar documentos de alteração aos Tratados, que alguns querem que seja uma Constituição Europeia, integrando a Carta dos Direitos Fundamentais, a qual, como é sabido, reduz substancialmente os direitos, designadamente direitos sociais reconhecidos na Constituição Portuguesa e em outros documentos europeus e internacionais. É importante que se saiba que a representação portuguesa nessa Convenção apenas inclui, por decisão do Governo português, o PS e o PSD, o que, só por si, denuncia o conceito de pluralismo dos seus defensores. Mas a linha dominante do Fórum Social Europeu que é fundamental reter e divulgar é a da luta contra a guerra, contra a hegemonia militarista dos EUA, contra a globalização neoliberal, pela defesa da paz, do desenvolvimento, da democracia e do aprofundamento de todos os direitos. A construção de um mundo melhor é possível. Lutemos por isso.

Comissário da Agricultura confirma a redução, a prazo, das ajudas directas

Portugal prejudicado

Os interesses dos agricultores portugueses sairão profundamente afectados caso seja aprovada a proposta da Comissão Europeia sobre a revisão intercalar da Política Agrícola Comum (PAC).

Após o recente Conselho de Bruxelas, os deputados do PCP viram os seus receios confirmados pelo próprio comissário Franz Fischler que, na passada semana, esteve na Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Euro-

do actual quadro financeiro até e após 2006.

Ainda na sequência das decisões do Conselho de Bruxelas, a proposta de modulação e plafonamento apresentada pela Comissão poderá ficar pelo caminho, apesar de, no entender do

Os Quinze discriminam candidatos e prejudicam a pequena agricultura

PCP, esta ser a única medida que poderia contribuir para minorar os desequilíbrios na distribuição das ajudas.

Manifestando preocupação pela situação dos agri-

cultores portugueses, a deputada Ilda Figueiredo lembrou ao comissário que o nosso país é um dos que menos ajudas recebe da PAC e que as actuais propostas irão prejudicar principalmente os pequenos agricultores e a agricultura familiar. A deputada quis ainda saber se a Comissão Europeia dispõe de algum estudo sobre o impacto sócio-económico que terá a desvinculação das ajudas à

produção, mas Franz Fischler nada adiantou sobre assunto. O PCP nota igualmente que o congelamento da despesa agrícola, acordado pelos Quinze, inviabiliza quer as ajudas directas aos países candidatos quer as reformas de sectores importantes para Portugal, como o leite, o azeite, as frutas e legumes. Os deputados do PCP consideram inaceitáveis as propostas do Conselho, sublinhando que «o alargamento implica uma revisão das perspectivas financeiras para assegurar a coesão económica e social e não os cortes que agora são propostos».

Da mesma forma, o PCP rejeita «a criação de uma ajuda única à exploração, baseada em referências históricas e desvinculada da produção». Esta medida irá «acelerar o processo de concentração da produção, fomentar a especulação no mercado de terras agrícolas, tornar permanentes as actuais desigualdades na distribuição das ajudas entre países, produções e produtores, promover a concorrência desleal, fomentar o absentismo e criar um novo condicionamento à instalação de jovens agricultores».

Paris

Conferência assinala Revolução de Outubro

Promovida pelo Comité de Solidariedade Internacionalista Honecker, realizou-se em Paris, na Escola Jean Jaurès, no município Malakof, uma conferência internacional comemorativa do 85.º aniversário da Revolução de Outubro de 1917.

Nos debates, que incidiram não apenas sobre a história e o desenvolvimento da grande revolução russa, mas também sobre questões políticas, sociais e ideológicas do mundo contemporâneo, participaram, entre outros, desta-

cados comunistas franceses como Leo Figueres, Georges Gastaud, Henri Alleg, Henri Martin, Leon Landini, Frederique Houseaux.

Das delegações estrangeiras, apresentaram comunicações representantes de organizações e partidos comunistas da Alemanha, da Polónia, da Bulgária, da Grécia, da Turquia, do Chile, da Argélia, da Colômbia e dos Camarões. Foi especialmente aclamada uma mensagem do Partido Comunista do Brasil, membro da

coligação Frente Popular que elegeu Lula da Silva, Presidente do Brasil, por esmagadora maioria.

Miguel Urbano Rodrigues, de Portugal, apresentou uma comunicação sobre a conjuntura política e social da América Latina, na qual defendeu a actualidade e necessidade do partido revolucionário marxista-leninista como instrumento indispensável de transformação da história no contexto da crise global de civilização que ameaça a humanidade.

Kalininegrado

UE-Rússia chegam a acordo

A União Europeia e a Rússia chegaram a acordo sobre as regras de trânsito no enclave russo de Kalininegrado após o alargamento. Durante a cimeira realizada na segunda-feira em Bruxelas, as duas partes decidiram a criação, a partir de Julho de 2003, de um «documento de trânsito facilitado» semelhante a um visto para entradas e saídas múltiplas, para os habitantes de Kalininegrado que atravessam a Lituânia para chegar à Rússia.

Para o primeiro-ministro dinamarquês, Anders Fogh

Rasmussen, cujo país ocupa a presidência da UE, o acordo é «equilibrado», segundo afirmou numa conferência de imprensa conjunta com o presidente russo, Vladimir Putin.

Rasmussen afirmou que este compromisso «tem em conta» as preocupações da Rússia «assim como o direito da Lituânia a uma plena soberania sobre o seu território». Putin também se mostrou satisfeito com o resultado da negociações que puseram termo a uma questão que se arrastava há vários meses. Para o futuro

está previsto a elaboração de um estudo de viabilidade para a criação de comboios de alta velocidade através do território lituano sem paragens e sem necessidade de utilização de vias.

Na cimeira foi ainda assinado um acordo de cooperação na luta contra o terrorismo, no âmbito do qual a Europol e a Federação Russa se comprometem a trocar informações sobre os movimentos de indivíduos, grupos ou redes terroristas, assim como sobre os seus canais de financiamento.

Liberalismo «à la carte»

O comissário europeu do Comércio, Pascal Lamy, acusou os Estados Unidos de praticarem um liberalismo comercial «à la carte», considerando que a sua atitude será prejudicial ao progresso das negociações comerciais de Doha. O responsável europeu, que discursava perante uma assembleia de empresários norte-americanos e europeus, sexta-feira em Chicago, considerou que a decisão dos Estados Unidos de impor taxas sobre as importações de aço e as reservas em aceitar a arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC) nos conflitos, ameaçam «minar o funcionamento do sistema fundado sobre regras de direito».

Deutsche Telecom afunda-se

A companhia alemã de telecomunicações registará este ano um prejuízo recorde de 28 mil milhões de euros, segundo revelou o diário «Handelsblatt», na edição de segunda-feira. Os avultados investimentos realizados na aquisição de outros operadores e das licenças de telefones móveis, são as causas apontadas para os resultados negativos da empresa que já tem em marcha um programa de austeridade prevendo o despedimento de 50 mil trabalhadores até 2005 e a redução do investimento no próximo ano em oito mil milhões de euros.

Estrelas pop contra o tabaco

A Comissão Europeia apresentou uma nova campanha de prevenção contra o tabagismo que conta com a participação de uma longa lista de conhecidos artistas não fumadores. Sob o lema «sente-te livre para dizer não ao tabaco», esta campanha visa atingir os mais de 36 milhões de jovens entre os 12 e os 18 anos, que vivem no espaço comunitário. Artistas e grupos como Moby, Sophie Ellis Bextor, Tiziano Ferro, A-Teens, Liberty X, Leona, Billy Crawford, entre outros, são os protagonistas da série de anúncios que será transmitida por 38 cadeias de televisão dos estados-membros e em mais de cinco mil salas de cinema. Segundo o comissário europeu da Saúde e Protecção do Consumidor, David Byrne, «a credibilidade destas estrelas da música, não fumadoras, reforça a mensagem» de que «o que é bom é não fumar». A Comissão Europeia calcula que um em cada três jovens da UE fuma com assiduidade, sendo o período entre os 12 e os 18 anos considerado chave para a rejeição ou a adopção do hábito de fumar. Vários estudos da Organização Mundial de Saúde apontam para o aumento da percentagem de jovens fumadores na União Europeia.



A oposição à guerra foi um dos muitos gritos de protesto que ecoaram nas ruas de Florença

Fórum Social em Florença Um milhão na rua contra a guerra

Foi com um milhão de manifestantes contra a guerra e gritando pela paz que fechou o Fórum Social Europeu (FSE), realizado sob o lema «Uma Outra Europa é Possível – contra o neoliberalismo, a guerra e o racismo».

Os comunistas portugueses estiveram representados no FSE, em Florença, através de uma delegação do PCP composta por Albano Nunes, do Secretariado do CC do PCP, Ilda Figueiredo, deputada do PCP no PE e do CC, e Ângelo Alves, do CC do PCP. Por sua vez, a delegação da JCP foi constituída por Nelson Silva, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, e Inês Zuber, da Comissão Política da DN.

Este evento, que se realizou entre os dias 6 e 10 de Novembro, surge na sequência do processo do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, protagonizado pelo intitulado «movimento antiglobalização».

Segundo os dados da organização, mais de 50 mil pessoas e cerca de 500 organizações estiveram presentes neste Fórum que, independentemente das enormes diferenciações que possamos

fazer entre as organizações que dele fizeram parte, constitui um movimento de massas que se afirma contra o sistema social actual dominante, contra os princípios do neoliberalismo e contra um dos seus maiores instrumentos – a guerra. Portugal esteve representado por cerca de 100 participantes de diversas organizações como o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática, a Confederação Nacional dos Agricultores, a

FENPROF, o CPPC, o Bloco de Esquerda ou a ATTAC-Portugal.

As actividades do FSE dividiram-se entre conferências com capacidade para vários milhares de pessoas, seminários, eventos culturais e workshops. Todas estas iniciativas decorreram simultaneamente e, para termos uma ideia da sua dimensão, basta salientar que se realizaram

mais de dez conferências diariamente (subdivididas em temáticas como as da globalização e do liberalismo, da paz e da guerra, dos direitos democráticos e de cidadania, entre outros) e ao longo dos quatro dias tiveram lugar cerca de 130 seminários.

De destacar algumas presenças de portugueses e, nomeadamente de dirigentes do PCP e da JCP no debate e reflexão deste Fórum. Albano Nunes participou em várias iniciativas e reuniões promovidas pelo Partido da Refundação Comunista de Itália acerca da situação política na Europa e sobre perspectivas de cooperação entre os partidos comunistas e outras forças de esquerda. Ilda Figueiredo participou num seminário sobre políticas sociais e económicas alternativas na União Europeia, apoiado pelo Grupo Esquerda Unitária Europeia no PE. Ângelo Alves foi orador num seminário promovido pela Anti-Nato Balkan Center, cuja temática incidia na oposição à NATO, a um Exército Europeu e contra o militarismo.

Em termos da discussão sobre a luta juvenil, de salientar a realização de um seminário promovido pela

Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) sobre «A Luta pelos Direitos da Juventude na Europa», onde estiveram em debate as diversas lutas nacionais da juventude contra o capitalismo e o imperialismo, e no qual a JCP esteve presente.

Miguel Urbano Rodrigues foi orador de uma Conferência de um conjunto de debates denominados «Windows», janelas sobre o mundo, intitulada «América Latina: crise global e resistência social». Nesta Conferência, que contou com mais de três mil pessoas, foram condenadas as políticas de «recolonização» da América Latina e expressa a solidariedade com as lutas dos povos de países como Cuba, Venezuela, Colômbia e Brasil.

Foram ainda oradores portugueses Boaventura de Sousa Santos numa Conferência sobre «A Crise da Democracia na Europa e a Luta pela Cidadania Universal» e Ulisses Garrido, da CGTP, numa Conferência intitulada «A Europa não está à venda: novos direitos para um novo sistema social».

A privatização da Educação e da Segurança Social, os direitos dos trabalhadores e o direito à habitação foram alguns dos temas abordados, para além da afirmação da participação dos sindicatos na luta da construção de um mundo novo, da constatação da imprescindibilidade das lutas nacionais para a conquista de direitos europeus, e da necessidade de reforço e ampliação do movimento sindical.

O encontro e a discussão entre várias organizações culminou numa grande acção de massas – a manifestação pelas ruas de Florença de um milhão de pessoas que protestaram a uma só voz contra a guerra e a hegemonia dos EUA.



Os comunistas portugueses fizeram-se representar por delegações do PCP e da JCP

Fundo para catástrofes

O Parlamento Europeu aprovou, em Bruxelas, a criação de um Fundo de Solidariedade que prevê a ajuda financeira em caso de catástrofes que provoquem importantes prejuízos. No caso de Portugal, o fundo só poderá ser accionado desde que os estragos sejam superiores a 950 milhões de euros, ou seja 0,6 por cento do Produto Interno Bruto. Para além deste limite mínimo, é ainda possível aceder ao fundo quando as destruições sejam avaliadas em pelo menos três mil milhões de euros. O Fundo de Solidariedade Europeu resulta de um acordo interinstitucional entre o PE, o Conselho e a Comissão para prestar assistência financeira rápida em caso de grandes catástrofes em território comunitário ou dos países candidatos.

PE apela à reunificação do Chipre

O plenário do Parlamento Europeu apelou ao novo governo turco para que apoie a adesão do Chipre à UE e insta as comunidades cipriotas grega e turca a concluírem um acordo durante este Outono que permita a integração do país reunificado em 2004.

O parlamento apoiou ainda as recomendações da Comissão sobre os 10 países que a partir de 2004 deverão juntar-se à UE: Hungria, República Checa, Polónia, Estónia, Lituânia, Letónia, Chipre, Malta, Eslovénia e Eslováquia.

D'Estaing agasta Turquia

O vice-primeiro-ministro do governo turco cessante pediu a demissão de Valéry Giscard d'Estaing, após o presidente da Convenção sobre o futuro da Europa ter declarado que a adesão da Turquia à União Europeia será o «fim da Europa». «Não é possível que alguém que tenha tais opiniões sobre a Turquia esteja à frente da Convenção que prepara o futuro da União Europeia», considerou Mesut Yilmaz, citado na edição de sábado do jornal «Hurriyet».

Comentando as declarações de Giscard d'Estaing contra a entrada da Turquia, o primeiro-ministro francês, Jean-Pierre Raffarin, afirmou que é «uma posição antiga, argumentada, mas pessoal».

Raffarin referiu ainda que a cimeira dos Quinze em Copenhaga, no próximo mês, é que irá decidir sobre uma postura «acerca do fundamento e dos procedimentos a adoptar relativamente a essa questão».

Nobel da Paz para angolanos

O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, defendeu, no início da semana, a atribuição do prémio Nobel da Paz para o povo angolano. Falando num discurso ao país, para assinalar os 27 anos da independência de Angola, Eduardo dos Santos disse que os recursos que eram usados para a guerra vão ser utilizados em benefícios sociais.

Como prioridades definiu o combate à pobreza, através do fornecimento de alimentos, abrigos, energia eléctrica e água potável aos angolanos, e ainda a desminagem do território e o combate à malária e à Sida.

Detidos morrem no Bangladesh

Pelo menos 21 pessoas foram mortas no âmbito da «operação anti-criminalidade» lançada desde 17 de Outubro no Bangladesh pelo Governo de Jaleda Zia, admitiu, sexta-feira, a polícia.

As autoridades afirmam que a maioria destes detidos morreram devido a crise cardíaca. No entanto, os seus familiares, a oposição e organizações de defesa dos Direitos Humanos, especialmente a Amnistia Internacional, asseguram que os detidos foram torturados até à morte.

Combates no Uganda

Doze guerrilheiros do Exército de Resistência e dois soldados das forças governamentais morreram em combates na região setentrional de Pader, no Uganda. A informação foi avançada, domingo, pelo tenente-coronel Charles Otema, chefe das informações militares para o Norte do Uganda e Sul do Sudão.

Extrema-direita reivindica atentados

Um grupo de extrema-direita reivindicou, esta semana, a autoria dos atentados bombistas que, no dia 30 de Outubro, provocaram um morto, três feridos e elevados prejuízos materiais, na África do Sul. Os chamados «Guerreiros da Nação Boer» (BK) assumiram a responsabilidade dos ataques através de mensagens enviadas por correio electrónico a diversos órgãos de comunicação social sul-africanos.

Na mensagem, os BK afirmam que as dez bombas que explodiram no Soweto e Bronkhorstspuit são «o princípio do fim do governo do ANC (Congresso Nacional Africano)» e o fim do que consideram «a opressão da Nação Boer».

Na «Tribuna Aberta» saudaram-se as conquistas alcançadas pela Revolução Cubana nas áreas da educação, saúde e previdência social

Cubanos repudiam perseguição dos EUA

Milhares de cubanos participaram, sábado, na «Tribuna Aberta», num protesto contra a decisão do governo norte-americano de expulsar quatro diplomatas cubanos do território dos EUA.

Os visados são Oscar Redondo Toledo, Gustavo Machín Gómez, secretários

da Representação de Interesses de Cuba em Washington, Francisco González García,

conselheiro, e Carlos Augusto Suanes Flexas, segundo-secretário nas Nações Unidas em Nova Iorque.

Na passada semana, o Ministério dos Negócios Estrangeiros emitiu um comunicado qualificando de falácias as acusações de espiona-

gem, usadas pela administração norte-americana para justificar as expulsões. «O senhor Otto Reich, representante da máfia anti-cubana, adoptou estas e outras medidas dias antes das eleições nos EUA, com o objectivo de gerar uma nova escalada de irracional hostilidade a Cuba», diz a nota do ministério. Reich, um refugiado cubano naturalizado norte-americano, sempre esteve pessoal e profissionalmente envolvido com os grupos de ultradireita de Miami que desejam continuar o bloqueio contra Cuba.

«Repelimos essas acusações. Sabemos que por detrás dessa calúnia está a mão de Otto Reich, responsável pelos assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado», denunciou Angel Aguilera, na sua intervenção na Tribuna Aberta. «O Departamento de Estado sabe que contamos com provas e evidências das actividades de espionagem contra o nosso território, desenvolvidas a partir dos Estados Unidos», destacou Aguilera.

Revolução Cubana

Na «Tribuna Aberta», uma espécie de grande debate público, em que participaram milhares de pessoas, foram

recordadas as conquistas da Revolução Cubana de 1959 na educação, saúde e segurança social. Foi ainda mencionada a determinação do povo cubano de combater o terrorismo sob todas as formas.

Os presentes declaram o seu apoio a Fernando González, René González, Geraldo Hernández, Ramón Labañino e António Guerrero, compatriotas presos há quatro anos nos EUA, sob acusação de colocarem em perigo a segurança nacional norte-americana.

Vivian Leal, deputada no Parlamento, criticou os grupos anticubanos radicados na Flórida que pretendem impor a Cuba «o seu falso modelo de democracia, uma fraude, uma hipocrisia para perpetuar o sistema capitalista».

Também, o campeão pan-americano de karaté, Yusei Padrón, criticou a falta de capacidade do governo de El Salvador para evitar que ocorram actos terroristas contra os atletas cubanos que deveriam participar nos Jogos Centro-Americanos e Caribenhos, a realizar naquele país. Cuba anunciou que não participará no torneio, entre 23 de Novembro e 7 de Dezembro, por falta de garantias de segurança para a sua selecção.



Na «Tribuna Aberta», em que participaram milhares de pessoas, foram recordadas as conquistas da Revolução Cubana de 1959

XI Congresso da Juventude Comunista da Colômbia

A Juventude Comunista da Colômbia realizou, entre os dias 8 e 11 de Novembro, o seu XI Congresso. Na capital, Bogotá, e reuniram-se cerca de 200 delegados da Colômbia e várias delegações internacionais. Entre elas destacaram-se a UJS do Brasil, a UJC de Cuba, a Casa da Juventude do Paraguai, a JURNG da Guatemala, JFMLN de El Salvador, a JCV da Venezuela, a JS do Equador, a JS da Dinamarca, a JS da Noruega e a JS da Suécia.

«O ano de 2002 tem sido marcado pelo conflito social armado», afirmou um dos delegados, citado pela edição digital do Vermelho do PCdoB, sublinhando que «desde o dia 7 de Agosto, quando Andrés Pastrana entregou a faixa presidencial ao ultra-liberal Álvaro Uribe, se aprofundou a

dimensão da guerra interna, apoiada pelos EUA».

«A elite nacional, percebendo que o “processo de paz” em curso, através do diálogo com as FARC, caminhava para um rumo de concessões e mudanças económicas mais profundas, retomou a repressão e rompeu com as negociações», acusou o jovem comunista.

A economia da Colômbia foi também um dos temas debatidos no XI Congresso da Juventude Comunista da Colômbia.

Lutar pela democracia

A última novidade do governo colombiano é a proposta de um referendo que irá permitir que o governo faça reformas políticas, como «a diminuição do Congresso, o fim das audições públicas, a diminuição de

ministérios e o despedimento de 30 mil funcionários públicos», denunciou um dos jovens delegados.

«O conceito de “guerra integral”, desenvolvido pelo governo colombiano é um dos mais graves desenvolvimentos do Plano Colômbia, disse um outro delegado. «Com isto está-se a aumentar o número de perseguições, detenções de militantes e a hostilização dos movimentos sociais», alertou.

No final do Congresso, os jovens comunistas saudaram a vitória eleitoral no Brasil, e enaltecem o papel que a Juventude Comunista da Colômbia tem tido na luta pelos direitos humanos, da liberdade de expressão e na democracia, bem como na unidade dos movimentos de esquerda com vista a uma alternativa para o país.

PCP no Chile

O PC do Chile realizou no dia 31 de Outubro o seu XXII Congresso. O PCP esteve representado por Armindo Miranda, membro da Comissão Política do PCP, que usou a palavra durante os trabalhos do Congresso.

«É com grande satisfação que vos transmiro as calorosas e fraternas saudações dos comunistas portugueses, formulando os melhores votos de sucesso aos trabalhos do vosso Congresso», afirmou Armindo Miranda, saudando «todos os comunistas, trabalhadores e o povo chileno e a sua luta contra as políticas neolibe-

rais do governo de Ricardo Lagos, contra a impunidade que as classes dominantes têm conseguido impor para os crimes do fascismo, em defesa da democracia, do progresso e justiça social».

A realização deste Congresso, «no ano em que se assinala o 90.º aniversário da fundação do Partido Operário Socialista, que daria lugar, dez anos mais tarde ao PC do Chile, e em que comemora o 70.º aniversário das Juventudes Comunistas assume particular significado», disse, perante os delegados, o membro da Comissão Política do PCP.

«Ao projectar no Chile um partido orgulhoso do seu património de luta, nas mais diversas condições, e que assume hoje, como no passado, as suas responsabilidades em defesa dos interesses vitais da classe operária e de todos os trabalhadores, da democracia e da soberania nacional, contraria as teses que nos procuram impor da desadequação ou incapacidade dos partidos comunistas e outras forças revolucionárias às grandes e tumultuosas mudanças no mundo contemporâneo e face à espontaneidade de esforços contra as políticas neoliberais», sublinhou Armindo Miranda.



de impulsionar um novo ciclo de crescimento, ao mesmo tempo em que assume um conjunto de medidas distributivas. «O aumento do nível de emprego, a elevação progressiva do salário mínimo, a erradicação da fome e o enfrentar das causas sociais da violência urbana são respostas a problemas concretos», afirmou o secretário-geral do PCdoB.

No final do encontro, Renato Rabelo salientou que, para atingir as mudanças da situação actual para a nova fase de desenvolvimento, será necessário o diálogo com os segmentos representativos da sociedade tendo como base a mobilização popular. «Não é possível criar condições para a mudança de estímulos em investimentos produtivos sem que medidas fundamentais sejam tomadas, como a depreciação da taxa de juro, o estabelecimento de um nível mínimo da reserva de divisas e renegociação do superavit primário com o Fundo Monetário Internacional, providências que não implicam a cessação dos contratos firmados», concluiu Renato Rabelo.

PCdoB

Lutar por um ciclo de crescimento

O Comité Central do PCdoB promoveu, no passado fim-de-semana, em São Paulo, Brasil, uma reunião para analisar as tarefas políticas relativas à transição, formação e posse do novo governo e as perspectivas do novo ciclo político que se inicia no país.

Durante três dias, foram debatidos os documentos «Momento histórico de transição para um novo Brasil», em que Renato Rabelo, secretário-geral do PCdoB, destacou a importância da vitória inicial do projecto de mudança do novo governo, e «Preparar o Partido para um novo curso no país», apresentado por Walter Sorrentino, do PCdoB, com a abordagem das novas exigências e potencialidades que se abrem para a organização partidária.

Renato Rabelo destacou, como principal desafio do governo eleito, a capacidade

Iraque Parlamento «chumba» resolução da ONU

O parlamento iraquiano rejeitou a resolução das Nações Unidas para o desarmamento do país. A decisão final cabe ao presidente Saddam Hussein.

«Há um voto unânime na recomendação para a rejeição da resolução da ONU em conformidade com a opinião do nosso povo, que depositou a sua confiança em nós, e autorizou a liderança política a tomar as decisões apropriadas para defender o Iraque», disse, esta semana, o presidente do parlamento, Saadun Hammadi.

O parecer será agora enviado à presidência e analisado pelo Conselho do Comando da Revolução iraquiana, órgão máximo do poder no Iraque. Saddam Hussein tomará a decisão final sobre a posição do país quanto à resolução 1441 aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entretanto, o ministro jordano dos Negócios Estrangeiros, Marwan Morasher, manifestou a expectativa de que o Iraque aceite a resolução, sublinhando que ela é vinculativa para todos os países membros da ONU. «A única possibilidade, é a de aceitar a resolução para não dar pretexto a uma guerra».

Morasher recordou também a existência de «nume-

rosas reservas árabes» sobre o texto aprovado, mas precisou que «não era possível conseguir melhor» e que a Síria, único país árabe, actualmente presente no Conselho, tudo fizera para «reduzir o impacto da resolução».

O Iraque tem afirmado repetidamente que aceita o regresso dos inspectores da ONU, mas que as condições desse regresso devem continuar a ser as acordadas com o próprio Hans Blix, chefe dos inspectores, nas conversações de Viena. Deste ponto de vista, não faria sentido a aprovação de uma nova resolução, com novas condições.

«Máquina de guerra»

Entretanto, os Estados Unidos revelaram, esta semana, que têm planos para usar entre 200 a 250 mil soldados numa invasão ao Iraque. O presidente norte-americano referiu que «é tempo de enfrentar a ameaça antes que ela chegue. Ou o ditador iraquiano desarma, ou os Estados Unidos vão desarmá-lo», afirmou George W. Bush.

Também a Grã-Bretanha começou a mobilizar uma

força de 15 mil homens para participar na ofensiva terrestre no Iraque. Segundo o semanário britânico *Sunday Telegraph* a força britânica vai contar com 200 tanques, navios de guerra, submarinos e aviões de combate.

Na segunda-feira aviões norte-americanos e britânicos bombardearam, mais uma vez, duas rampas de lançamento de mísseis antiaéreos no Sul do Iraque.

Reacções internacionais

A China reiterou o seu apelo a uma solução pacífica para o Iraque, depois de ter sido aprovada no Conselho de Segurança da ONU, por unanimidade, uma resolução reforçando o regime de inspecções de armamento.

A posição da China sobre o Iraque é «coerente e clara», afirmou o porta-voz do Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros, Kong Quan, horas depois da votação no Conselho de Segurança, órgão onde a China é um dos cinco membros permanentes.

«A China apela vigorosamente a uma resolução pacífica da questão iraquiana através de meios políticos e diplomáticos e no quadro das Nações Unidas», indicou o porta-voz.

Na segunda-feira, o ministro dos Negócios Estrangeiros da

Alemanha, Joschka Fischer, manifestou-se a favor da resolução 1441 da ONU sobre o Iraque, mas assegurou que a posição do seu país não mudou, ou seja, não participará «num ataque militar contra o Iraque».

«Não à guerra no Iraque»

Assim como tem acontecido em várias capitais mundiais, na Bélgica mais cinco mil pessoas manifestaram-se, domingo, em Bruxelas contra o plano norte-americano de atacar o

Iraque. Durante o protesto ouviu-se, «Libertem a Palestina» e «Bush e Sharon assassinos».

«Saddam Hussein tomará a decisão final»

Na manifestação, um grupo da juventude do Partido do Trabalho da Bélgica denunciou o uso

do porto marítimo de Antuérpia para a escala de navios de guerra dos EUA. Estava também presente um grupo de estudantes da cidade de Liège e várias centenas de operários. Imigrantes e refugiados do Médio-Oriente, Sudeste Asiático e de outros lugares também compareceram na manifestação.

Guerra poderá fazer 4 milhões de mortos

Uma guerra convencional no Iraque poderia causar meio milhão de mortos, mas o número de vítimas mortais ascenderia a quatro milhões em caso de utilização de armas nucleares, revelou um grupo de médicos pacifistas.

Num estudo publicado, terça-feira, em Sydney, a Associação Médica para a Prevenção da Guerra refere que a perda de vidas humanas nos três primeiros meses de uma guerra contra o Iraque conduzida pelos Estados Unidos poderia variar entre um mínimo de 48 mil e um máximo de 260 mil.

O documento, intitulado «Prejuízos colaterais: os custos de saúde e ambientais de uma guerra no Iraque», sublinha que cerca de 200 mil pessoas não envolvidas directamente no conflito poderiam também perder a vida.

Em caso de utilização de armas nucleares, o número de vítimas subiria até os quatro milhões, refere o documento, apresentado no parlamento australiano e que em breve será divulgado em Londres e Washington.

Aniversário da Revolução «Bolchevique»

Milhares de comunistas concentraram-se, na passada quinta-feira, em Moscovo junto ao Kremlin, e noutras cidades russas, para assinalar a passagem de mais um aniversário da Revolução Russa, de 1917.

Exibindo cartazes e bandeiras vermelhas, os manifestantes não esqueceram as palavras de ordem contra o actual regime, personificado no presidente Vladimir Putin.

Estudantes iranianos saem à rua

As ruas de Teerão voltaram a acolher, segunda-feira, centenas de estudantes iranianos, pelo terceiro dia consecutivo, em protesto contra a condenação à morte de um professor que terá questionado a legitimidade do regime. Os manifestantes exigem ainda a libertação de todos os presos políticos.

Prisão para ex-chefe militar em Timor

Uma equipa de procuradores indonésios pediu, terça-feira, uma pena de 10 anos de cadeia para um ex-comandante militar de Jacarta estacionado em Timor-Leste, acusado de graves violações de direitos humanos. O tenente coronel Endar Priyanto é acusado de não ter impedido o ataque contra a Igreja de Liquiçá, em Abril de 1999, levado a cabo por milícias apoiadas por militares. Uma testemunha do ataque, Florêncio de Jesus, disse no mês passado no tribunal que tinha a «certeza de que as forças armadas indonésias (TNI) lançaram o ataque», tendo reconhecido entre os atacantes vários membros do quartel das TNI em Maubara, uma vila próxima. Priyanto é um de 18 suspeitos militares, policiais e civis, indonésios e timorenses, acusados de vários abusos de direitos humanos cometidos em Timor-Leste antes e depois do referendo de 1999.

Tchetchénia sem solução

O Presidente russo Vladimir Putin rejeitou, segunda-feira, os conselhos dados pelas autoridades europeias, para encontrar uma solução pacífica para o conflito na Tchetchénia. Vladimir Putin disse que escutaria os conselhos da Europa para o conflito, mas acrescentou que «este é um problema interno da Rússia, que terá de ser resolvido pela Tchetchénia e pela Federação Russa».

Depois do chanceler alemão Gerhard Schroder ter afirmado esperar uma solução pacífica para este conflito, o Presidente russo disse que «não queremos virar a cara e dizer que a opinião dos outros nos é irrelevante mas o problema é tão complicado que ninguém nos pode dar um conselho realmente bom».

XVI Congresso do Partido Comunista da China Socialismo avançado

Termina hoje o XVI Congresso do Partido Comunista da China. Durante seis dias, cerca de 2 mil delegados, vindos de todo o país, debateram, em Pequim, a necessidade de um socialismo avançado, apoiado pela alta tecnologia.

«É necessário continuar a obra dos nossos predecessores, desbravar novos caminhos para o futuro» e «promover com rapidez a modernização do socialismo», disse sexta-feira, segundo a Agência Lusa, o secretário-geral do PC da China e chefe de Estado, Jiang Zemin, no discurso inaugural do Congresso.

Zemin, que se mostrou disposto a reatar o diálogo com Taiwan, declarou que «no mundo há só uma

China, à qual pertence tanto a parte continental como Taiwan», acrescentando que «o futuro daquela cidade depende da sua reunificação com a pátria».

O dirigente chinês lamentou, durante o seu discurso, a situação de pobreza em que vivem milhões de camponeses e operários não qualificados nos centros urbanos. No entanto, destacou os êxitos económicos da China, baseados numa política de amplas reformas de abertura ao exterior. «O desenvolvimento da economia de mercado sob as condições do socialismo constituiu uma proeza sem paralelo na história. É uma contribuição histórica que os comunistas chineses deram para o desenvolvimento do

marxismo», acrescentou Zemin, no Palácio do Povo.

Na parte final dos trabalhos, os delegados elegeram os 350 membros do Comité Central.

PCP saúda

Em nota enviada em nome do Comité Central do PCP foram transmitidas saudações ao XVI Congresso do PC da China.

«Temos presente o grande alcance e significado da revolução chinesa e as históricas transformações que, na sua extraordinária complexidade, tornaram a China numa realidade com grande peso na vida internacional, num importante factor de progresso social, de paz, de contenção dos propósitos de hegemonia planetária do grande capital e do imperialismo», diz a mensagem do CC do PCP.

«O PCP faz sinceros votos de sucesso aos trabalhos do XVI Congresso do PC da China, que se realiza no quadro complexo do trabalho desenvolvido pelos comunistas chineses na construção do seu país como o objectivo proclamado pelo socialismo», lê-se no documento.

Palestina aceita plano do Quarteto

O governo palestino aprovou, domingo, na generalidade e com condições, o plano do Quarteto (Rússia, EUA, ONU e UE) para o Médio Oriente, o qual contempla a criação de um Estado palestino para antes de 2005. A condição passa pela permanência da segurança internacional no decorrer das negociações.

O gabinete de Arafat decidiu aceitar o plano, «mas terão de se realizar mais consultas com os restantes países árabes», disse o dirigente palestino Nabil Abu Rudeina. No entanto, o gabinete deverá recusar a proposta norte-americana de nomear um primeiro-ministro que substitua Arafat.

O secretário do gabinete palestino, Ahmed Abdelrahman, ressaltou a necessidade de incluir no plano uma condição que estipule «a presença da segurança internacional no decorrer das negociações».

Por seu lado, o primeiro ministro israelita, Ariel Sharon, declarou aceitar «em princípio» este plano mas a sua condição é o fim dos atentados antes de se começarem as várias etapas do processo.

Na segunda-feira, cerca de 20 blindados do exército israelita penetraram no campo de refugiados de Tulkarem, no Norte da Cisjordânia. Horas

antes, a televisão pública israelita anunciava que o exército estava a preparar uma operação militar de grande envergadura sobre Nablus e Tulkarem para «dar resposta» ao ataque realizado, domingo, por um palestino contra o Kibutz de Metzger, no Norte de Israel.

Eleições antecipadas em Israel

A comissão parlamentar de Constituição, Lei e Justiça confirmou, segunda-feira, que as eleições antecipadas em Israel realizar-se-ão no dia 28 de Janeiro.

A Comissão votou contra a antecipação da data das eleições antecipadas, o que significa que o escrutínio se realizará em 28 de Janeiro, 90 dias depois de o presidente aprovar a dissolução do parlamento, como determina a lei.

A votação reflecte a falta de interesse das principais formações políticas israelitas - o Likud e o Partido Trabalhista - para alterar a data das eleições antecipadas.

A legislatura, em condições normais, deveria terminar no dia 28 de Outubro de 2003, foi interrompida porque o primeiro-ministro cessante, Ariel Sharon, se viu forçado a dissolver o Parlamento no dia 5, na sequência da saída dos ministros trabalhistas do governo.



Cerca de 2 mil delegados participaram no XVI Congresso do PC da China

• Zillah Branco



A esperança venceu o medo

Os eleitores brasileiros escolheram um novo caminho para que seja alterado o destino de escravidão e miséria atrelado à tradicional política da elite subordinada ao imperialismo. O governo de Fernando Henrique Cardoso orgulhou-se de introduzir alguma modernidade que, aparentemente, atendia generosamente a população mais carente - 70% dos 170 milhões que somos - com bolsas escolares (de 4 euros mensais), campanhas de vacinação, merendas escolares (sem fiscalizar os numerosos desvios por funcionários corruptos), punições de alguns dos maiores ladrões do dinheiro público. Pintaram com fraca tinta a ruína nacional, enquanto minavam os alicerces privatizando as mais rentáveis empresas públicas, entregando aos estrangeiros a comunicação, a energia eléctrica, a siderurgia nacional. Como declarou um cientista político, «é como se o Brasil tivesse regredido 10 anos com este ciclo neoliberal».

O voto nacional foi de protesto e de escolha de candidatos apresentados pela esquerda, foi um grito de afirmação da vontade de um povo que se quer respeitado, dignificado. Alguns analistas disseram tratar-se de ilusória pretensão enfrentar o poderio imperial que hoje esmaga o terceiro mundo e se infiltra pelos descuidados caminhos da Europa. Ténue é o limite entre a consciência revolucionária, apoiada em teorias e conhecimentos da história, e o gesto corajoso de quem já não tem nada mais a perder que a própria vida esmagada. Cabe-nos estabelecer os elos de ligação entre uns e outros na difícil tarefa de alterar o caminho sem perspectiva, abrindo novos rumos, alimentando as novas gerações com a confiança no trabalho e na união das forças. Não temos as ilusões de uma gesta revolucionária que substitui um sistema capitalista por uma promessa de socialismo, conhecemos de perto o preço da derrocada soviética além dos muitos sacrifícios ao longo da história de luta dos povos latino-americanos. Corajosamente, lucidamente, repudiamos o fácil bem-

-estar da social-democracia consentido pelo imperialismo para enfrentar as dificuldades de um novo processo de luta.

Lula, o futuro presidente do Brasil, foi muito claro: «Tudo faremos para resolver, no início, os problemas mais graves da população; depois faremos o possível para livrar o país das crises que o tornam dependente; por fim, faremos o impossível, com a participação de todos, para que o Brasil ocupe o seu lugar entre os países mais desenvolvidos!» A meta é utópica? Olhando para a frente caminharemos com os pés na terra evitando os abismos desta linda paisagem que conhecemos.

José Reinaldo Carvalho, dirigente do PCdoB, divulgou importante análise sobre «As ameaças dos EUA e os interesses do Brasil», dando receitas sobre o equilíbrio financeiro e deixando velada ameaça do FMI sob a sombra do que já fez à Argentina; a **comercial**, com a indicação da anexação aos Estados Unidos através da ALCA; a **política**, com a condenação das aproximações do Brasil com Cuba e com a Venezuela em nome dos «valores» relativos aos direitos humanos (como se no país de Bush os «valores humanos» fossem prezados). «O povo vai tomando consciência também de que esta soberba civilização tropical é uma chave estratégica no hemisfério sul, alvo de cobiças na luta que a superpotência do norte move hoje pela hegemonia do mundo. O novo governo terá respaldo político para responder a essa tomada de consciência, constituindo um novo Poder Nacional capaz de se relacionar em pé de igualdade com todas as nações, cultivando os valores democráticos correspondentes à formação histórica e cultural do Brasil, aliando-se com os países e povos com que tenha comunidade de interesses e exercendo comércio bilateral e multilateral com quaisquer parceiros individuais ou organizados em blocos, de qualquer latitude, inclusive com os Estados Unidos, se isto corresponder aos interesses de ambos.»

No Rio de Janeiro, durante o período eleitoral, assistiu-se a uma amostra da



violência activada contra a ex-governadora do PT, Benedita da Silva, que substituiu o governador Garotinho em campanha presidencial. Foi desencadeada uma verdadeira guerra nas favelas dominadas pelos bandidos que são armados e monitorados por gangues internacionais. Durante meses o governo do Estado do Rio despendeu grande esforço e imensas somas de recurso para criar uma estratégia militar capaz de sair da posição defensiva e atacar o centro da organização criminal. Muitas vidas foram sacrificadas pelos soldados e pela população civil moradora na região, os principais chefes da banditagem foram encarcerados, assim como os funcionários corruptos da Polícia e dos presídios e alguns advogados que serviam de pombo-correio. Politicamente esta acção foi um desgaste para a governadora que Lula homenageou como «a primeira mulher negra a ocupar tão elevada função no Brasil desde os tempos da escravidão». Sacrificou-se como candidata a governadora assumindo a responsabilidade pela repressão à mafia internacional da droga.

Lamentavelmente, devemos esperar que sabotagens, terrorismo e boatos serão utilizados como arma pelos que se opõem



ao programa que Lula apresentou aos eleitores para «mudar o Brasil». Isto sempre ocorreu em todos os processos de independência nacional com a convicção dos que perdem poder e lucros financeiros quando se dá o desenvolvimento das forças produtivas e da consciência de cidadania.

Conquistas eleitorais

No Congresso Nacional, os partidos de direita, e os que se aliaram a ela em 1998, perderam dezenas de lugares agora preenchidos pelos candidatos que se manifestaram claramente por um programa de esquerda, e o mesmo ocorreu no Senado. O PT consolidou a sua já expressiva bancada com 91 deputados federais (a maior entre todos os partidos) e 14 senadores.

O PCdoB recebeu mais de 9 milhões de votos - para senadores, deputados federais e deputados estaduais, - levando ao Congresso Nacional 12 deputados, às Câmaras Estaduais 17 deputados, e um vice-governador no Piauí.

Lula recebeu na primeira volta 46,4% dos votos válidos (perto de 40 milhões) e na segunda volta mais de 61% (correspondendo a mais de 52 milhões de eleitores). Ao receber a informação da estrondosa vitória, traduziu a motivação dos que o apoiaram: «A esperança venceu o medo no Brasil.»

Assim como grandes contingentes



conhecem, não a compreendem. Lula sabe o que sente o pobre, já viu o caminho do desespero que transforma o ser humano em herói ou selvagem.

Lula sabe também que o povo brasileiro tem as suas organizações de base, trabalhou por elas, alimentou o desenvolvimento de uma consciência de cidadania em homens e mulheres que sabem exigir, que não aceitam desculpas esparapadas em defesa dos poderosos para cortar o caminho do desenvolvimento nacional. Lula conhece os seus eleitores e não tem dúvidas de que só com o apoio

mais de cinquenta milhões de brasileiros que vivem abaixo do limiar da miséria - «herança de um passado escravista», como disse FHC -, a criminalidade se organizou com recursos bélicos superiores ao das forças policiais - «a droga e as redes criminosas são um problema internacional», explicava o professor. As explicações arumadinhas, sem referir que as privatizações devoraram o patrimônio nacional e boicotaram a independência e a dignidade do país em benefício da amizade com o FMI e dos altíssimos lucros auferidos pelos bancos, ficam

nuas e frágeis diante da crise que aniquilou a Argentina e paira sobre o Brasil. A casa arrumada ficou muito mais indefesa e com vários moradores estranhos.

Lula é a única alternativa ao status quo da social-democracia que repete com roupas novas o papel da velha oligarquia herdada do período colonial. É o estímulo à participação popular, ao prosseguimento das frentes de luta

deles, e as suas críticas permanentes, poderá governar.

Lula assume a árdua tarefa de defender a integridade nacional. Só esta afirmação já provoca o medo em quem prefere ser subordinado ao poderio global para não perder as suas parcas regalias individuais. Não é o caso da grande maioria dos brasileiros. Por mais bonita que seja a imagem criada por Fernando Henrique Cardoso, da «casa arrumada» por ele em oito anos, permanecem as dívidas «mas devidamente organizadas», a distância abismal continua a separar os ricos dos

como o MST, as Pastoris da Terra, da Criança, da Juventude, as iniciativas culturais que transformam meninos de rua em cidadãos, a criatividade dos milhares de pequenos empresários tolhidos por impostos absurdos, o esforço de milhões de trabalhadores que buscam o aperfeiçoamento profissional, os produtores nacionais que lutam por um lugar no mercado dirigido de fora para dentro, a todas as formas de esperança que sobrevivem sob os escombros da miséria. Não se espera milagres, apenas um caminho com espaço para a maioria.

sociais que não são de esquerda aderiram ao voto pela mudança, resta a esperança de que, com o governo de Lula à frente, realizando com firmeza o seu programa de dignificação do país, até mesmo muitos dos adversários no período eleitoral somarão as suas forças na luta contra as acções do imperialismo que impedem o desenvolvimento económico e cultivam a criminalidade. Fernando Henrique Cardoso, prevendo a derrota do seu candidato, esmerou-se em deixar a imagem do democrata e defensor da independência nacional. Adoçou as referências à necessidade de integrar a ALCA, que antes mencionara como a forma de participar do grande concerto económico global, passando a referir como sendo útil estar presente ali ao mesmo tempo em que fortalece o MERCOSUL. Com a habitual maleabilidade, transformou o discurso de adesão a um organismo dominado pelos norte-americanos e de esquecimento do outro, que une os países dependentes da América Latina, para o sentido contrário. É um sintoma simpático hoje, dos que se consideram centro-esquerda, pender para o lado que encontrou um bom comandante comprometido com o povo e não com a elite.

Dificuldades e confiança na Lula

Evidentemente, o caminho não será fácil. A revista VEJA e a TV Globo publicaram descaradamente a «ameaça do terrorismo de esquerda» durante a campanha eleitoral do segundo turno. Referiram as diversas tendências existentes dentro do partido de Lula, que baptizaram de xiitas e moderados. Como em todos os processos existirão tendências contraditórias, mas a própria adesão ao Lula, mesmo dos que se sentiram enojados com alguns sectores que o apoiaram, demonstrou a possibilidade de colocar o programa nacional acima das opções individuais. Foi um passo importante na consciência de cidadania que valoriza o colectivo no percurso político.

O governo de Lula - pelas suas características pessoais de homem lúcido, sensível e abnegado lutador pela causa popular - é uma lufada de ar puro, de entusiasmo e de confiança. Os projectos de desenvolvimento social que se somam aos enunciados no programa de governo, serão a melhor forma de participação que qualquer cidadão poderá alcançar. Nem



• Manuel Gusmão

Para um retrato de Urbano Tavares Rodrigues

Mesmo tratando-se de saudar os 50 anos de carreira literária de Urbano Tavares Rodrigues, em vez de falar estritamente da sua escrita, tentarei sobretudo falar dele, Urbano. Apoio-me para isso na complexa unidade que ele próprio figurou no título de um livro de 1971: *Ensaio de escrever*.

Não pretendo acolher-me ao modelo de linhagem romântica e marca positivista que supõe uma relação directa e simples entre o "O Homem e a Obra". Uma das razões que levou muita da crítica e da teoria literárias do século XX a suspeitar e a criticar a aparente "naturalidade" dessa relação tem a ver com a noção de que entre um indivíduo humano e um "corpo" de textos escritos existe uma clara incomensurabilidade relativa. Esses textos tendem a exceder de várias formas o seu autor civil, e esse

agente do seu aparecimento também excede, por sua vez, aquilo que assinou. Trata-se então de uma relação entre duas singularidades, em excesso uma em relação à outra e, entretanto, unidas por uma complexa implicação mútua.

Na obra de Urbano Tavares Rodrigues, tal como na de outros autores, pode ler-se a persistência, para além do período histórico do romantismo, de uma vontade, um desejo e uma necessidade de insistir nessa relação de implicação. Uma relação que não precisa,

para poder ser construída, de apagar o que há de invenção, de transfiguração do que se viveu ou apenas sonhou ou desejou, naquilo que se escreve; mas precisa, por exemplo, de pensar que há tendencialmente um efeito daquilo que se escreve sobre o vivido e o que há ainda para viver.

Para quem pensa a literatura também como um modo de configuração antropológica aberta, ou seja, histórica e trans-histórica, como um factor de socialidade e de individuação (não só de quem escreve mas também de quem lê) essa relação de implicação entre escrita e vida não pode ser pura e completamente esquecida, sem que se pague um preço demasiado alto.

Mas o meu propósito é muito mais modesto e trivial. Referirei, por vezes, a obra na sua contingência, mas apenas para disparar alguns flashes em direcção a um retrato fatalmente incompleto do Urbano, flashes pelos quais o fotógrafo inevitavelmente deforma. Um fotógrafo que sendo, no caso, um amigo, camarada e colega, nunca foi, entretanto, seu aluno. Alguém que dele está à distância geracional de duas décadas, e que, para além do mais, procura o seu retrato também para utilizar algumas palavras um pouco esquecidas ou perdidas.

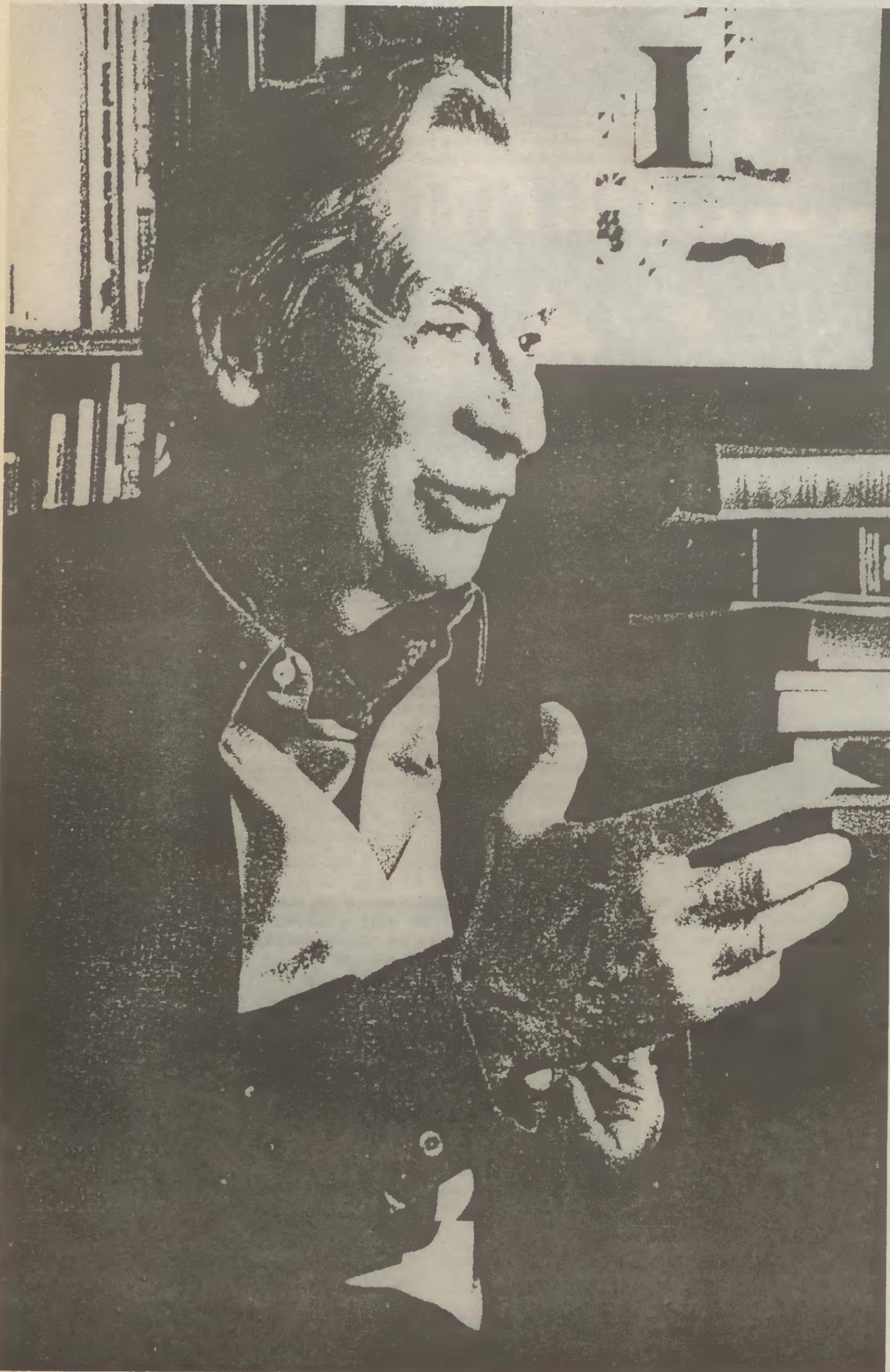
E isto fornece-me o meu primeiro movimento.

Urbano Tavares Rodrigues começa a publicar no início da década de 50. Uma década que, designadamente em Portugal, é um tempo de vários modos complicado. O António Borges Coelho dizia-me uma vez algo como isto: "você não imaginam como para nós, os dos anos 50, esses tempos foram difíceis". E de facto, trata-se de uma década apertada entre duas outras particularmente fortes e intensas: a de 40 e a de 60.

Apenas alguns brevíssimos fios, quanto ao que ao retrato interessa. São tempos históricos, exasperadamente contraditórios, e convulsos à escala internacional e nacional, de esperanças frustradas em que o fascismo possa vir a cair com a derrota do nazifascismo e de começo da contra-ofensiva imperialista, de fluxos da unidade e da luta, e de refluxo, de repressão, divisão e desencanto.

Do ponto de vista literário, e quase sem falar dos que vêm de antes, são anos marcados pela chamada "polémica interna do neo-realismo" e por diversas metamorfoses do realismo; anos marcados pela afirmação de um surrealismo que, embora tardio em termos europeus, é particularmente vivo na obra de Mário Cesariny de Vasconcelos -, um surrealismo que transforma aquilo que retoma dos surrealistas franceses, através de uma aguda apropriação de momentos e linhagens da tradição lírica em Portugal. Um surrealismo que é capaz de homenagear Cesário Verde, que marca o início da obra de Alexandre O'Neil (que singularmente evoluirá depois), que se cruza com os ecos refractados do neo-realismo nos primeiros movimentos da poesia de António Ramos Rosa; e que é admiravelmente transcendido em Herberto Helder.

São também tempos de eclectismo estético, de renovação, desenvoltura e ampliação do teclado lírico em, por exemplo, David Mourão-Ferreira e na obra de outros poetas que começam a publicar nos últimos anos da década, como Fernando Guimarães, Fernando Echevarria e Pedro Tamen.



Nas transformações do realismo, as reverberações literárias do existencialismo desempenham, com outras maneiras de representar o mundo, um papel significativo em autores que vêm de trás, como Vergílio Ferreira, e inscrevem-se desde o início na ficção de Urbano Tavares Rodrigues, assim como na de outros autores, tão distantes dele e entre si, como José Cardoso Pires, Augusto Abelaira ou Orlando da Costa.

É nesta conjuntura, aqui esboçada sobre o joelho, que na obra de Urbano se cruzam e virão a cruzar características várias, produzidas pela assimilação de procedimentos de diferenciadas proveniências. A sua vontade de efabulação liga-se assim à construção de mundos onde a imaginação do real se procura atenta aos tempos que vão mudando. A dimensão social e política das representações narrativas amplia-se para acolher a meditação existencial e a imaginação do Eros. O fascínio pelo universo do sonho e pelos seus efeitos de significação oracular, ao mesmo tempo clara e obscura, assim como pela sua força de transfiguração do quotidiano e de abertura ao fantástico, procura ligação com as tonalidades líricas das descrições.

Na obra do ficcionista e, de outra maneira, na sua obra crítica, o cruzamento destes fios mostra em Urbano um eclectismo estético, de estilo e de gosto, que marca a sua produção e a sua figura humana, e vai a par com o desejo urgente de linguagem e de fábulas que se exprime até hoje no número e no ritmo das suas publicações.

Mudemos de ângulo

Acabada a licenciatura em Filologia Românica, Urbano Tavares Rodrigues é leitor de Português, entre 1949 e 1955, em três universidades francesas, o que provavelmente pode ajudar a compreender a formação do elo que nele pressentimos entre o eclectismo e certas formas de cosmopolitismo.

Depois, a partir de 1957, é assistente de Vitorino Nemésio na Faculdade de Letras da então Universidade Clássica de Lisboa, regendo também disciplinas de literatura portuguesa e de literatura francesa. Mas isso pouco durou. Logo em 1959, é afastado por motivos políticos da Faculdade, e durante alguns anos é impedido de ensinar, mesmo que fora dela, por "participação em actividades subversivas, com *animus conspirandi*" — a besta falava latim e queria dizer que essa participação na luta antifascista visava expressamente liquidar o fascismo.

Ao longo da década de 60 será preso por três vezes. Mas interessa-me voltar ao afastamento do ensino universitário. Não tanto para insistir em como o seu caso é o de muitos outros comunistas e antifascistas portugueses, ou no modo como isso feriu profundamente a universidade e a cultura portuguesas. Antes, e sobretudo, para chamar a atenção para o modo como podemos procurar imaginar os efeitos dessa violência sobre aquele ou aqueles que a sofreram. Para quem trabalha num dado domínio científico — e os estudos literários, ou as humanidades, constituem um deles —, a instituição universitária é, mesmo quando muito aquém do desejável, um espaço colectivo fundamental para o próprio trabalho de cada um dos seus membros. Não é preciso ceder a uma visão idílica e inteiramente inadequada, da Univer-

sidade (nos últimos anos sujeita a fortíssimas pressões das orientações neoliberais) para perceber que, mesmo se apenas tendencialmente verificáveis, as exigências de rigor e de disciplina intelectuais, de actualização constante e de espírito crítico, assim como o acesso a uma informação crescente e ao seu tratamento, que em maior ou menor medida são uma tarefa colectiva, são factores da qualidade do trabalho que se faz, ou que cada um pode fazer. Para além das excepções, e também as há, a exclusão da Universidade obriga a um esforço maior, mais intenso e de outra forma arriscado, aquele que quer continuar a trabalhar, no caso, sobre a literatura, e que, entretanto, não pode contar com a integração nesse pólo colectivo e institucional da produção, e não apenas da transmissão ou da intermediação de saberes, que as universidades tendencialmente são, mesmo através das dificuldades, da insuficiência das condições de trabalho, das contradições no seu seio, e do seu relativo isolamento social.

Urbano Tavares Rodrigues resistiu. Será fora da Universidade que continuará a estudar e a publicar sobre temas ou 'objectos' tão diferentes como "O mito de Dom Juan", "O teatro e o seu duplo", de A. Artaud, Teixeira Gomes, o romance francês contemporâneo, ou a saudade na poesia portuguesa. Entretanto, o seu projecto de uma tese de doutoramento sobre Camilo Pessanha perder-se-á, pelo menos nessa dimensão de trabalho de investigação sustentada.

Por outro lado, o Urbano gostava e gosta de ensinar. A memória dos seus alunos que vinha até àqueles de nós, que não chegámos a sê-lo, dizia que eles também gostavam das suas aulas. Aquele gosto, onde várias motivações se podem entretecer, é, quando ocorre, um traço da figura do indivíduo que ensina. O rosto e a biografia de um professor são também feitos das inscrições que dele ficaram na memória dos seus alunos. Por exemplo: fui aluno do seu amigo de sempre, David Mourão-Ferreira nas aulas de "Teoria da Literatura", então no 1.º ano dos cursos de Filologia Românica. Dessas aulas guardo entre outras coisas a memória da leitura do "Sentimento de um ocidental". Desde então, esse poema, alguns dos espantosos versos de Cesário Verde continuam a vibrar na minha escuta da poesia e, por exemplo, a imagem verbal do "parafuso [que] cai nas lajes, às escuras" continua a cair e a bater na minha imaginação. A memória desse e de outros versos tenho-a associada à sua leitura em voz alta nas aulas, por David Mourão Ferreira.

Posso então dizer agora que o Urbano foi longamente amputado da associação do seu nome a possíveis memórias dessas em mim e em muitos outros. Glosando uma formulação de Carlos de Oliveira sobre si próprio, digo que Urbano Tavares Rodrigues foi, também ele, ilegitimamente privado de uma parte da sua biografia possível.

Seguindo este motivo, posso agora entrar num segundo movimento, que me conduz mais perto do retrato que prometi. É que o Urbano, que só após o 25 de Abril de 1974 regressou à docência na Faculdade, que só pôde fazer o doutoramento já com mais de 60 anos, e que cumpriu os restantes passos da carreira académica já perto do "limite de idade"; o Urbano, vítima daquela violência que atrás referi, poder ter dela guardado alguma amargura, mas todos os que o



O autor foi homenageado na Festa do Avante! Este ano

conhecem sabem que não a deixou fechar-se em ressentimento pessoal. Este não ressentimento, que tem a ver com o seu espírito de resistência, com a constância dos seus ideais (que nos protegem do fechamento na autolamentação) é um traço decisivo do feixe de traços que caracterizam a sua forma de individuação.

Ele é um homem sedutor e seduzido, generoso e delicado. Delicado até ao ponto em que, seguindo-se os estereótipos, se diria que é de uma delicadeza como que "feminina". E entretanto, e de facto contra os estereótipos, é um homem de uma conhecida coragem física e moral. Um homem que transporta consigo o culto antigo da amizade e do que nela é germe ou sinal de fraternidade. Um homem que aprendeu a duvidar e a viver com a dúvida, com a interrogação por vezes dolorosa dos seus ideais. E entretanto um homem capaz de uma surpreendente candura. Assim como é alguém que permaneceu fiel ao que para ele é uma exigência ética vital, no sentido em que sustenta uma vida.

Um homem generoso. E estamos já entre palavras que, por vezes, parecem um pouco perdidas. A sua generosidade é uma forma de disponibilidade e de atenção, de cortesia aberta aos outros, de responsabilidade e de solidariedade. Este carácter pode ser percebido de muitas maneiras. No modo como fazia as suas críticas de teatro, procurando não magoar, forçando-se a encontrar aquele mínimo que merece o respeito pelo desamparo de quem se expõe. No modo como se desdobra a apresentar e prefiar livros de estreantes, na tentativa de acalantar a pequena centelha de talento, de promover os gestos de uma criatividade possível. No modo como propõe cursos de "escrita criativa", não por efeito de moda, mas porque todo ele tende à generalização ou efectivação das potencialidades criadoras de cada um. No modo como escreve e se expõe, por vezes, sem grande disfarce.

Pode dizer-se que tal generosidade tem a ver com o desejo, muito comum, de se ser amado. É certo que sim, mas nem isso deprecia em si a generosidade e, por outro lado, não se trata só disso. Há, para tal, outras fontes, outras raízes, outros quadros de valores. Podemos vê-las através de um motivo recorrente na sua escrita, do modo como certas descrições de paisagens se incendiam. Falo do Alentejo, da pertença ao Alentejo.

Cito um parágrafo de um seu livro de 1995, "A hora da incerteza":

"A sensação de volta, ao mesmo tempo eufórica e dolorosa, de tornar às fontes do sangue, incandescência dos cantos corais da minha infância, desse tempo inalcançável, que já não encontro nesse espaço sempre rememorado, nem nas sobreiras vivas, nem nas laranjeiras que restam da antiga horta."

O Alentejo é uma pequena pátria que temos em comum. Ter uma pequena pátria como esta é, em certas circunstâncias, uma espécie de antídoto contra qualquer cedência ao discurso do nacionalismo, que exclui da construção imaginária de uma identidade a alteridade, a diferença e a heterogeneidade. E é também um ponto de apoio para a resistência à dissolução de uma comunidade de humanos, diferentes e iguais, numa gigantesca sociedade anónima de responsabilidade limitada.

Volto à mesma personagem deste livro. Diz ela:

"Continuo a despedir-me, do meu passado, de mim, desta gente, e a trejuar que estarei com eles até ao fim."

Quem é "esta gente"?

— São "os patrícios" de quem a personagem gosta. E cito de novo:

"não só como povo, mas um a um, dos que lutam e penam, ao sol ou ao frio, nas rudes fainas do campo, dos artífices dos almocreves, dos pastores da solidão, dos que são bons como o nosso trigo, hospitaleiros, cordiais, prestáveis, e também dos bêbados, dos violentos, dos maldizentes, não sei explicar, encontro aqui misturados o céu e o inferno e sou desta margem de cá. Têm sofrido tanto, durante décadas, durante séculos, sempre explorados, esquecidos, maltratados, e embrulhados na sua altivez".

Esta pequena pátria desencadeia uma determinada maneira de entender a necessidade de uma fraternidade. Um transmontano como Torga soube entendê-lo. Muita gente o pode entender. Porque o Alentejo é daquelas paisagens sociais, humanas e afectivas que implicam escolher o campo, a "margem" onde estamos e estaremos. Então, compreendemos que o que somos liga o que escolhemos e aquilo por que somos escolhidos; dito de outro modo: também o que escolhemos nos escolhe. E nessa malha, há a generosidade. Há o saber que a liberdade e a dignidade de cada um de nós são amputadas pela mutilação dos outros, e em particular daqueles que longamente o têm sido.

Há várias famílias de pensamento que podem, a seu modo, entender isto. Mas a nossa é particularmente exigente. Nós, comunistas, existimos para lutar contra a exploração capitalista e todas as formas de opressão que ela gera ou alimenta, para cuidar da humanidade dos humanos históricos que nós somos, num compromisso que não é nem exterior, nem assistencial, nós somos parte orgânica e combativa daqueles que trabalham e criam, são explorados e oprimidos, humilhados e ofendidos. Julgo que a literatura, a universidade e a própria possibilidade da universalização do saber, como dos direitos políticos, sociais e culturais, também são para aqui chamadas, para saudarmos o escrever de nosso camarada Urbano.

• Leonel
Gonçalves

Nos 50 anos entrevista com Urbano Tavares Rodrigues de vida literária

Avante! - O Avante! congratula-se pelos teus 50 anos de Vida Literária. Desde «A Porta dos Limites» até hoje, qual é o comentário que fazes ao teu caminho percorrido?

Urbano Tavares Rodrigues - Tive várias profissões - professor, jornalista, escritor - que me levaram a conhecer terras distantes e com todas elas aprendi, mas sobretudo com a literatura e com a vida, e tornei-me um pouco cidadão do mundo, deixando sempre o mais fundo de mim no Alentejo. Continuo a reflectir sobre a arte e a ficção, a contar histórias, a amar as palavras. E nada mata em mim os sonhos de sempre, de que os meus livros estão cheios também. O tempo mudou-me, como a toda a gente, e deu-me alguma experiência, até da dor e do desencanto, mas continuo rigorosamente fiel aos meus valores essenciais, a liberdade e a justiça social, que desejo ainda ver harmoniosamente unidas numa sociedade bem diferente da de hoje.

Qual a profunda razão dos teus temas?

- Alguns críticos têm escrito, e creio que com lucidez, que os meus grandes temas são o amor, a morte, o tempo e a revolução. Nem eu sei qual a profunda razão. Íntimas obsessões, pulsões dominantes? O trata-

mento do amor nos meus livros tem uma forte componente erótica, mas ultrapassa o sexual para se alargar ao amor (abstracto e concreto) pelos outros, no sentido de solidariedade vivida ou ambicionada. Talvez a tuberculose pulmonar aos vinte anos e também o fascínio juvenil pela filosofia da existência, marcada pela angústia e que depois tentei nos meus livros combinar com a visão marxista, possa contribuir para explicar a presença da morte, não raro ligada ao amor, nos meus textos. E o facto de ter vivido cinco décadas sob a ditadura fascista tenha a ver com a veemência da revolta e a ânsia da revolução em muitos dos meus romances e contos.

Qual, no teu entender, o papel do escritor na sociedade portuguesa actual? Está a ser cumprido? Os escolhos? E o que deveria ser feito, pelos escritores no seu conjunto e por terceiros?

- Houve um tempo na Europa em que os escritores foram a consciência dos povos, no aspecto ético, no aspecto político, até nas suas vidas. Estou pensando no André Malraux, de «A Esperança» e «A Condição Humana», combatente na Guerra de Espanha, do lado republicano, membro da Resistência contra o invasor alemão, em França. E igualmente em Jean-Paul Sartre,

que em «Os Caminhos da Liberdade» e «As Mãos Sujas», por exemplo, colocou os grandes problemas da escolha e necessidade de participação do intelectual. Companheiro, embora não filiado, durante muitos anos, do Partido Comunista Francês, activista contra a guerra colonial na Argélia, foi um cidadão presente em todos os grandes conflitos e questões sociais do século XX, ao longo da sua existência.

Muitos dos escritores portugueses do tempo das ditaduras salazarista e caetanista, direi mesmo a grande maioria, estiveram directamente ligados à luta clandestina e semiclandestina ou colaboraram com a frente cultural antifascista na luta pela restauração das liberdades, no apoio aos presos políticos e, através de conferências e colóquios, às colectividades recreativas, culturais e operárias que tiveram um papel muito importante no desenvolvimento e transmissão da mentalidade progressista.

Hoje, tudo é diferente, numa democracia representativa que assume teoricamente a defesa das liberdades e assegura de facto algumas na prática, mas segue o modelo económico do capitalismo neoliberal, que gera desigualdade, miséria, corrupção, crime e adormece as consciências. O oportunismo, por um lado, e, por outro, o egoísmo da competição frenética e a ânsia de dinheiro estão a degradar o próprio estilo de vida português, à semelhança do que se passa em quase toda a Europa, com a agravante do abismo que há em Portugal entre os rendimentos do capital e os do trabalho.

Eu, pessoalmente, reajo contra esse estado de coisas, aqui e em quase todo o mundo, quer no meu comportamento político quer nos meus livros, que fazem parte de mim e da minha visão do mundo, sem deixarem de ser, ou quererem ser, obras de arte, pela inovação de estruturas narrativas e verbais.

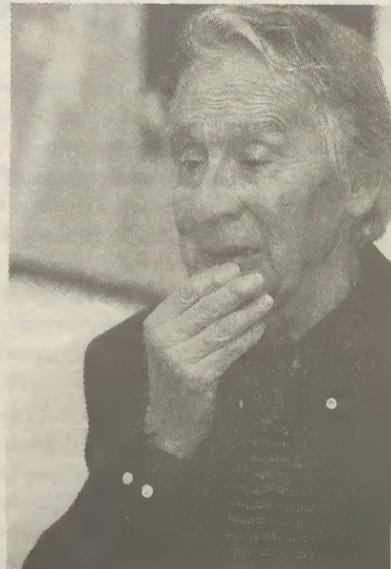
Que dizer aos outros escritores, agora que cada um vive no seu casulo individualista (aliás, o escritor é individualista por natureza, escreve sozinho)? Eu dir-lhes-ia, se tivesse tribuna para ser ouvido, que façam o melhor possível o seu trabalho de oficina - e muitos o fazem, a nossa literatura actual é de excelente qualidade - e que, se tiverem ocasião, abram bem os olhos para os guetos e as sarjetas das nossas cidades, que nem todos conhecem, e também que meditem um pouco no «barranco de cegos», isto é, a voragem para a qual este capitalismo predador e até desumano conduzido pelo império americano e pelas grandes multinacionais está a arrastar o globo, com incidências em toda a parte. Uma literatura de aviso e por vezes de apocalipse está a surgir, nem sempre sob a forma de ficção ou de poesia, em muitos países.

Entre nós pouco ainda, mas há sinais.

Nada se repete no curso da história, como no da literatura, embora apareçam períodos revivalistas. Não haverá assim entre nós um novo neo-realismo. Aliás, o desaparecimento, embora não total, da censura, substituída por vezes por censuras internas, nos órgãos de informação, retira hoje ao romance o papel que teve entre nós, quando o inquérito jornalístico-sociológico e a autêntica reportagem, que capta a vida verdadeira, eram proibidos.

De toda a maneira, a questão social, tratada com apuro estético, mas com grande força de denúncia, vai surgindo, contra a moda estabelecida, em romances que não pretendem ser testemunhos, mas são gritos de consciência, como os de Francisco Duarte Mangas, José Luís Peixoto ou Possidónio Cachapa, para citar só alguns dos mais jovens.

Os meus romances e contos dos últimos anos, como, por exemplo, «O Ouro e o



Sonho», «Adeus à Brisa», «O Supremo Interdito», sendo antes de mais literatura pela especificidade da escrita e pelas inovações narrativas, nunca deixaram de ser testemunho do nosso tempo e do espaço em que vivemos, dos seus vícios e mazelas. E tenho pago por isso. Paga-se sempre quando se luta contra a corrente.

Neste ano do cinquentenário, que projectos literários tens?

- Espero publicar até ao fim do ano dois livros de ficção, um romance relativamente extenso, «Nunca Diremos Quem Sois», e uma narrativa poética, «As Barricadas».

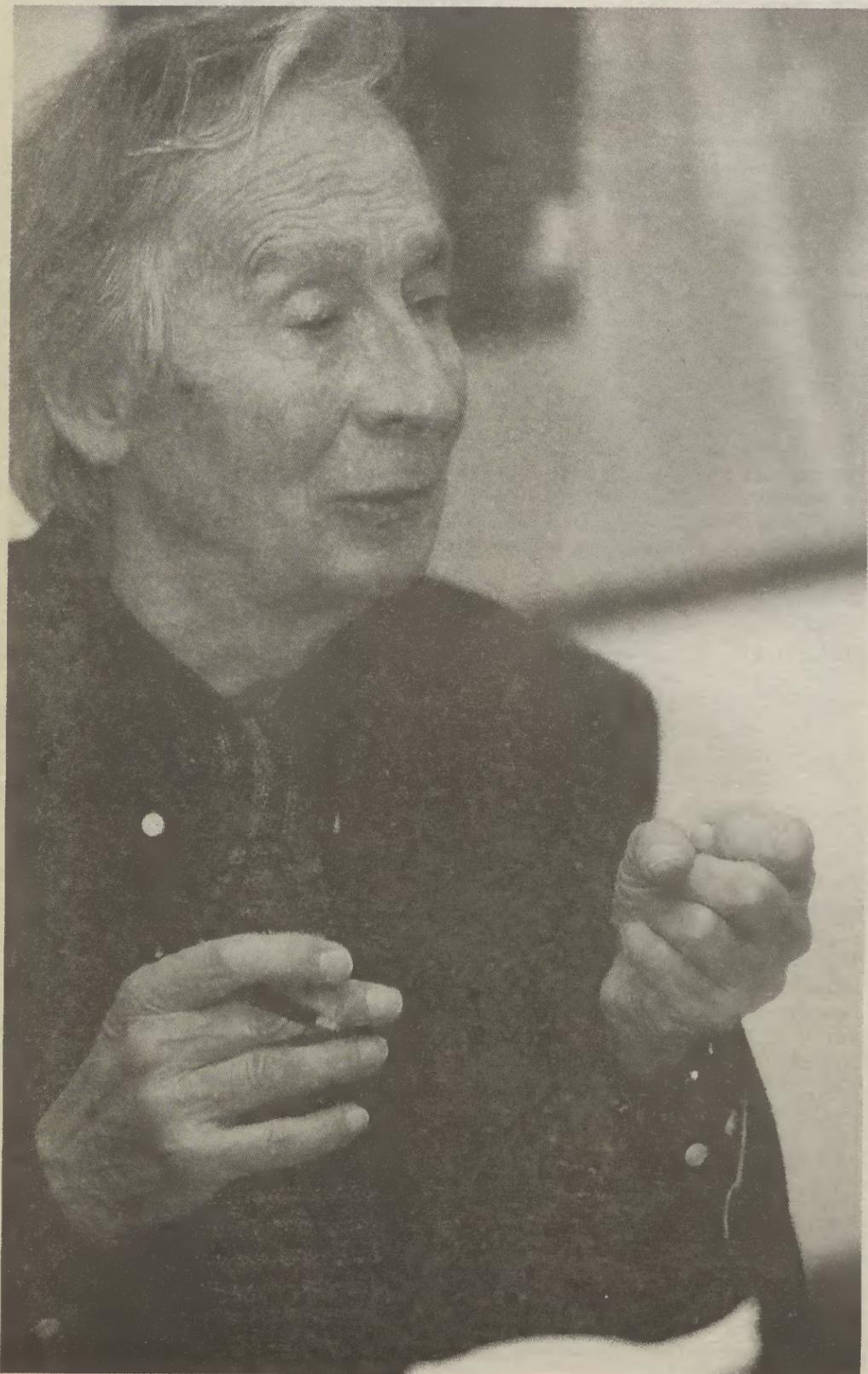
O primeiro foi escrito em circunstâncias difíceis, entre Junho de 2001 e Março de 2002, um período curto para a elaboração de um romance e atormentado, durante o qual fiz duas operações à vista e por várias vezes estive quase sem ver. Comecei por o ditar para um gravador e o meu primeiro objectivo era vencer, ou iludir, a angústia que a ameaça de cegueira me causava. Pouco a pouco prendi-me à história que ia inventando, criando personagens, alargando a intriga, saboreando os diálogos. O mais fácil de compor oralmente são, de resto, os diálogos, em que este livro é fértil. Diálogos e monólogos interiores. Quanto às descrições, igualmente abundantes, pois a acção decorre num condomínio hoteleiro de um Algarve actual, imaginário e fantástico, tive de as reescrever quase completamente nos meses em que recuperei depois visão suficiente para o fazer.

No romance aparecem e contracenam financeiros em férias, modelos de «passerelle», jovens ambiciosos e pares de namorados cheios de problemas, um empregado comunista, sábios geneticistas, condes e condessas, um sacerdote elegante, «dealers» da droga, estrangeiros de várias proveniências, populares algarvios e gente de um bairro de barracas. A globalização capitalista está muito presente, nas conversas, nas atitudes, nos orgulhos e medos deste microcosmo.

«As Barricadas», como o título já diz, é uma narrativa, com muito de poético e imaginativo, sobre as barricadas que surgiram nas ruas de Paris durante a Revolução de 1848, a Comuna de Paris, em 1871, e a insurreição estudantil de Maio de 1968. O livro tem ilustrações belíssimas de Rogério Ribeiro, que expressam o entusiasmo revolucionário e a dor humana, em sintonia com o espírito do meu texto.

A personagem central é o povo em luta pela transformação da sociedade. E, à mistura com personagens inventadas por mim, chamo à acção figuras de romances de Flaubert e Zola e o próprio Flaubert, tal como Baudelaire e Rimbaud, aparecem nestas «Barricadas».

Além desses dois livros, deve sair ainda este ano uma antologia intitulada «O Algarve em Poemas», organizada por mim, com a colaboração de Isabel Aguiar Barcelos, e com uma introdução também minha.



Arquitetura

• Manuel Augusto Araújo

Hoje em dia, as pessoas já não respeitam nada.
Dantes, punham-se num pedestal a virtude, a honra,
a verdade e a lei...

Onde não se obedece a outra lei, a corrupção é a única lei.

Al Capone

Santana Lopes afirmou algures que, com ele, a cidade de Lisboa iria sofrer uma total transformação. Além desta afirmação de princípio e de algumas medidas que eram publicitadas nos «totens» da campanha eleitoral pouco se sabia de como o edil iria promover o terramoto lento da urbe para a fazer renascer à sua medida.

No seu estilo próprio e com a espessura de pensamento que desde sempre o caracterizaram, e que lhe foi conferida por actividades tão puxativas do intelecto como a de ver se a cama onde o dr. Sá Carneiro se ia deitar estava confortável e se à cabeceira o copinho de água não estava ausente, Santana Lopes ia, de entrevista em declaração, esclarecendo as suas ideias para a cidade que, limpas do populismo pimba embrulhado em papel couché que são a imagem de marca da sua vida política de onde, recorde-se, solenemente saiu sem sair para reentrar de onde nunca tinha saído, só



Cartoon de João Abel Manta: O Fantasma do Marquês com legenda adaptada aos tempos de hoje: o edil Lopes pedindo sócorro – Ó Zagalo, ó Zagalinho!!

Lisboa uma política de casino

podem inquietar quem se preocupa com Lisboa, com a qualidade de vida de Lisboa, com o desenvolvimento de Lisboa.

Ainda antes das medidas de fundo, praticamente só do túnel das Amoreiras se falava, já algumas «pérolas» eram largadas avulso. Lembremos a de mandar parar, e depois alterar, o projecto da Epul para o Martim Moniz, da autoria de Manuel Tainha e Silva Dias, por considerar que não se enquadrava nas características da zona, disparate de quem não é ceguinho mas não consegue ver, o que é muito pior, de «achar» que as cores em Chelas eram muito violentas e que deveriam ser mais suaves, em tons beges, o que se é verdade é tão verdade uma como outra, que a cor dominante nas zonas de Alfama e Mouraria deveria ser o branco porque é uma zona árabe, pasme-se com a parvoidade. Tudo isto revela um edil interventivo e opinativo que isso, diga-se em abono da verdade, é cousa que não lhe falta, é só escutar as banalidades que debita todos os domingos na televisão ou as que escreve no Diário de Notícias e, as mais consistentes, que vai largando na Bola, ou lembrarmos aquelas entradas teatrais (já era o teatro de revista na cabeça) nos congressos do PSD onde repetia que só queria discutir ideias e princípios e depois de tudo espremido eram só vacuidades.

Isa isto tudo correndo com avanços, na Câmara, e recuos, na Assembleia Municipal, até que saltam para o terceiro as medidas de fundo.

Uma a provocar larga controvérsia, a de da instalação de um casino no Parque Mayer para, supostamente, o salvar da decadência em que se arrasta há longos anos.

Não entrando em considerações de teor moralizante, sublinhe-se a traço muito grosso o princípio de que só dinheiro

resolve os problemas pelo que se um casino atrai muito dinheiro a transfusão de algum desse dinheiro para as veias do Parque Mayer é a condição necessária e suficiente para o ressuscitar. É o raciocínio mais viciado e primário (o autarca Lopes a isto acrescenta a promessa de ser esse o caminho para revitalizar outro moribundo em coma profundo, o teatro de revista, num vale tudo para garantir apoios) que não pensa nas causas do declínio dessa área com uma localização única na cidade de Lisboa, não pára para pensar com que actividades se poderá revitalizar essa área, só vê o que é mais mediocrementemente óbvio (será a única solução?) o negócio do imobiliário e do jogo (por que será que subitamente o grupo Amorim adquiriu parte da posição da Bragaparkes?, que garantias obteve?, para estes senhores as únicas ideias que tilintam são as do som das moedas e não as iam espalhar a esmo nas esburacadas ruas do parque por amor às coristas, sem uma qualquer certeza!), nem sequer lhes passa pela cabeça promover um debate de ideias que se consubstancie num concurso de ideias para o Parque Mayer.

Mas este ruído das roletas, com os inesquecíveis concertos de violino de Chopin em música de fundo, tem atirado para segundo plano algo de muito mais grave: a pretendida suspensão do PDM para permitir que os edifícios cresçam, pelo menos, mais um ou dois andares.

A justificação do «esclarecido» edil para esta medida gravíssima é a de possibilitar aos proprietários um «suplemento» económico para reabilitarem os edifícios. Mais um passe de mágica para recuperar o parque urbano da cidade, e mais uma vez só ver a cidade através das lentes do negócio. (continua)

Datas da História

Angola independente

Foi em 11 de Novembro de 1975. Há 27 anos, portanto, que em Angola se proclamava a independência daquele país africano, durante séculos dominado pelo colonialismo, durante catorze anos devastado por uma guerra de independência que o fascismo português, apoiado pelo imperialismo impôs. À festa da vitória sucederia, desde os primeiros momentos, uma outra guerra, com a intervenção estrangeira – as tropas da África do Sul, um país também ele subjogado pelo desumano regime do apartheid, invadiram o território recém-libertado e o novo poder angolano, dirigido pelo MPLA, foi obrigado a recorrer à solidariedade do campo socialista para vencer a tremenda pressão militar que chegou a ameaçar Luanda. Nessa solidariedade, papel relevante teve Cuba, que enviou para Angola um corpo de voluntários que combateram ao lado dos patriotas angolanos. Rechçada a ameaça sul-africana, nem por isso foi tempo de paz. Financiadas e apoiadas pelo imperialismo e pelos neocolonialistas de todos os matizes, as hordas da Unita levaram de novo a guerra a quase todo o território, a destruição e a morte às populações, a miséria e a fome a quase todas as províncias. Até à sua derrota recente. Finalmente, ao fim de 27 anos de independência, Angola celebra a libertação em paz. E com esperança no futuro.



Há 27 anos, o Avante! publicava uma saudação assinada pelo Comité Central do PCP e dirigida ao Presidente Agostinho Neto:

Em nome de todos os membros do Partido e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e das massas populares de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português felicita-o vivamente pela sua designação como primeiro Presidente da República Popular de Angola.

Saudando o novo Estado independente e soberano, fazemos ardentes votos para grandes vitórias do povo angolano na realização das novas tarefas que se lhe colocam.

Vencendo as resistências das forças reaccionárias que em Portugal procuram impedir o prosseguimento da nossa revolução e se mostram hostis para com a República Popular de Angola, lutamos e lutaremos para o estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre os nossos dois países.

O povo de Angola e o MPLA poderão contar sempre com a solidariedade activa e fraternal do PCP na luta contra a agressão imperialista, pela libertação completa da sua pátria, pela construção de uma Angola livre, democrática e progressista.

Lisboa, 11 de Novembro de 1975.

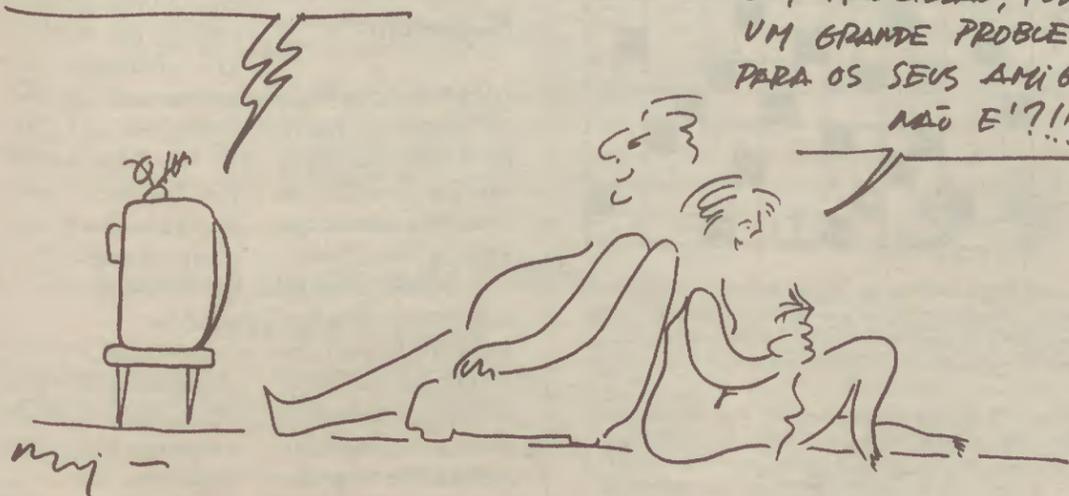
O Comité Central do Partido Comunista Português.

Cartoon

• Monginho

O CARDEAL JOSÉ POLICARPO
APELA A QUE NÃO
SE CONFUNDA PROCESSOS
DEMOCRÁTICOS COM DINAMISMO
REVOLUCIONÁRIO...!?

POIS É... MAIS DO QUE 5
NA RUA, SE NÃO FOR
EM PROCISSÃO, PODE SER
UM GRANDE PROBLEMA
PARA OS SEUS AMIGOS,
NÃO É'?!?!



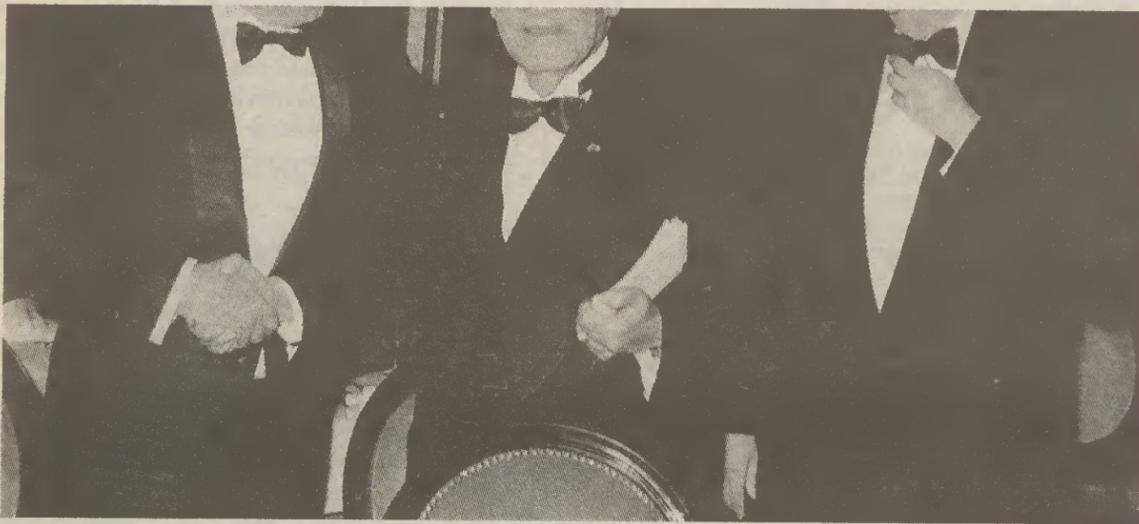
Religiões

• Jorge Messias

Se regressarmos aos inícios desta série poderemos retomar o tema *SAG-Soluções Automóvel Globais*, um grupo económico poderosíssimo. Não é que ele seja caso único ou que por si só justifique que se esqueça o complicado labirinto em que nos vamos enredando. Em Portugal não faltam nichos mal conhecidos onde a força do dinheiro se transforma em poder político e a cruz em cifrão. Este exemplo da *SAG* tem sobretudo interesse por permitir relacionar alguns nomes, quantificar alguns valores e analisar com melhor aproximação algumas estratégias. A *SAG-Soluções Automóvel* apenas representa um ramo de negócios do *Grupo SAG*, com cerca de 30 empresas filiadas. Apesar desta limitação, a *SAG Automóvel* declarou, no Exercício de 2001, lucros líquidos de 38 milhões, 976.497 «euros» ou seja, à volta de 800 mil contos (*Relatório e Contas*, jornal *Público*, 24.04.02). O quadro de pessoal

ética dá lucro!». Merece a pena olhar-se nesta perspectiva (como paradigma alargado ao conjunto das transnacionais) para o caso de António Bernardo Aranha **Lobo Xavier**, titular do Conselho de Administração da *SIVA* (apenas três elementos) e que nele ocupa as importantes e imprecisas funções de *representante para as relações com o mercado*. Partilha o poder sobre esse vasto império com dois membros do clã Pereira Coutinho: João Manuel de Quevedo e Carlos Alexandre Antão. **Rui Pena**, igualmente seu par do CA, suspendeu o lugar quando entrou para o governo PS mas já foi reintegrado, depois das recentes legislativas, como poderoso gestor da *SAG*. Ninguém pode, entretanto, afirmar que **Lobo Xavier** seja um simples tecnocrata ao serviço da família Coutinho. Activo católico e dirigente cristão-democrata do CDS/PP, deputado à AR, membro da Comissão de Revisão do Ministério das Finanças, advogado de grandes empresas, **LX** é consultor jurídico do Grupo Sonae de Belmiro de Azevedo, administrador da *holding* Caima-Cerâmica e Serviços e um dos grandes mentores do meganegócio da *TV Digital* - matriz de gigantescos fluxos financeiros que giram em torno de um «núcleo duro» constituído pela *SAG*, pelos americanos da *Locke-*

À margem das «Bases para um Novo Conceito de Defesa» (5)



foi, neste exercício, de apenas 18 empregados. A remuneração fixa de cada administrador estabeleceu-se na seguinte base: exercendo funções executivas, 1.122.188,82 euros/ano; não executivas: 473.536,44 euros. Porém, como a *SAG Automóvel* faz parte da *SAG Grupo*, constituída por dezenas de sociedades, o mesmo gestor pode acumular vencimentos como administrador da *SIVA* e como quadro não executivo de outras empresas filiadas (ou como não executivo da *SIVA* e quadro executivo dos corpos sociais de outras empresas). Esta forma de remuneração é, aliás, característica da generalidade das transnacionais. Para além da remuneração fixa (significativamente considerada «pouco interessante»), cada administrador detém carteiras de títulos com milhares de acções das *holdings* que o grupo dirige ou com as quais cruza interesses e alianças. Consolida-se deste modo, entre as elites dirigentes, uma forte noção da importância da *ética de gestão* de doutrina católica e do *sentido de grupo* capitalista. Nesse plano, as elites dirigentes são entre si solidárias e podem proclamar: «A

ed Martin e da *Lucent Technologies*, da *Telecel*, da *SIC* e da *RTP* (fontes: revistas *Exame*, *Fortuna & Negócios*, *Visão*, relatórios do CA da *SIVA*, jornais *Público*, *Semanário*, *O Independente*, *Expresso*, *Diário Económico*, etc.). Homem de negócios e «homem de missão», **LX** é um «retrato-robot» antecipado do dirigente social português que o capitalismo tem em fase de lançamento. É o tecnocrata que tanto pode ser gestor-banqueiro como padre-gestor. Que define os valores morais conforme as leis do mercado. Ainda há poucos dias se afirmava, numa insuspeita publicação da OCDE e da Universidade de Greenwich, que o funcionamento das transnacionais, «ao operarem em ramos de sectores, arrasta consigo o suborno e a corrupção, não apenas como consequência de solicitações pontuais mas, sobretudo, como uma escolha estratégica». A *multinacionalidade* (ou *globalização*) introduz um travão ao desenvolvimento, concentra as riquezas e aumenta os lucros, reduz à pobreza, à incapacidade de competição, à degradação do serviço público e ao aumento desmedido do suborno e da corrupção.

Pontos Cardeais

Governo não quer

Consta que o Governo se prepara para fugir à discussão na Assembleia da República da nova Lei do Trabalho. Contrariando frontalmente o que o próprio Primeiro-Ministro, Durão Barroso, havia garantido em sede de concertação (que levaria a proposta de lei à discussão na Assembleia da República), o Governo prepara-se para fugir a este debate pedindo à Assembleia da República uma autorização legislativa para transformar a proposta legislativa sobre o Trabalho num decreto-lei...

Confrontado com os protestos generalizados, o ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, já veio a terreiro dizer que, apesar do Primeiro-Ministro ter colocado «à análise dos ministros» a possibilidade de o Código de Trabalho ser aprovado por decreto-lei (fugindo assim ao debate na Assembleia), como Durão Barroso havia prometido aos parceiros sociais a discussão no Parlamento e como o Primeiro-Ministro e o Governo «são entidades de palavra», o caso vai ser levado à discussão na Assembleia da República, embora o ministro «advirta» desde já que espera que a oposição não o utilize como «instrumento para protelar» a reforma e que a aprove «com rapidez»...

Se está tão certo da bondade desta nova legislação, por que tem o Governo medo que ela seja discutida publicamente, ao ponto de dar este triste espectáculo de se desmentir a si próprio e às suas reais intenções?!...

Significativo, não é?

Não estão

O provedor de Justiça, Nascimento Rodrigues, saiu da sua já habitual discrição para frisar, esta semana, que «não se deve absolutizar a legislação laboral como chave para a competitividade que falta» a Portugal, salientando ainda a necessidade de se «descortinar onde estão os pontos

fulcrais do défice competitivo» que, garantiu, «não estão» nas leis do trabalho.

Mas os senhores empresários continuam a insistir que sim, embora também continuem **sem explicar** de que produtividade e desenvolvimento é que falam...

Arrogâncias

É conhecido o resultado da comissão de inquérito parlamentar sobre as demissões na Polícia Judiciária: os partidos da maioria impediram a acareação dos magistrados directamente envolvidos, como o exigiam todos os partidos da oposição, pelo que o inquérito ficou paralisado e estes últimos retiraram-se da comissão em sinal de protesto. Que fizeram os partidos da maioria? Arrogantemente, «decretaram» a extinção da comissão...

Perante isto, o presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, foi forçado a vir a público declarar que ninguém pode extinguir uma comissão parlamentar, que apenas cessa funções no prazo determinado para tal pela própria Assembleia da República.

Tanta arrogância, não...

Subversivo

O secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, acusou o Governo de ter feito todo o processo de negociação do pacote laboral com os parceiros sociais de modo «propositadamente subversivo», tendo «pintado um cenário ultranegro» para, depois, alterar alguns elementos pontuais e fazer passar a ideia de que «cedeu» às reivindicações dos parceiros sociais. Mas o dirigente da CGTP-IN não deixa margem para dúvidas: o Código do Trabalho é «um projecto execrável», que não é passível de emendas.

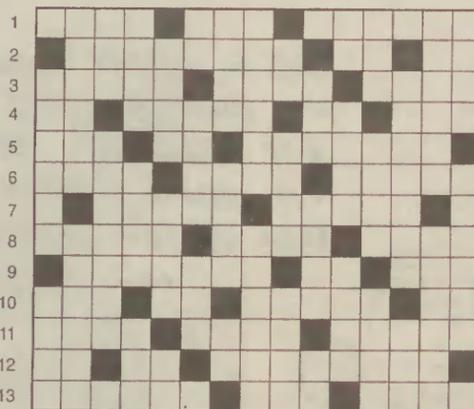
Como se vê, o grande patronato também pode ser subversivo. Só que continua a ser para andar para trás...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Alocação; medicina (abrev.); reduzir a grumos. 2 - Designativo da caligrafia larga e mal feita, para fazer render a rasa; caminhar; sódio (s. q.). 3 - Limpe com vassoura; invólucro de um produto; suspirar. 4 - Pref. de origem latina que exprime a ideia separação, extracção, afastamento; sensação de calor intenso; caminhava; membro guarnecido de penas que serve às aves para voar. 5 - Espécie de albufeira; contr. da prep. a com o art. def. o; armadilha para caçar animais silvestres. 6 - A fêmea do gato; espírito; pequena ala ou asa. 7 - Passa de fora para dentro; curam. 8 - Vagoroso; que se assemelha a voo; vestuário de mulher, que fica da cintura para baixo. 9 - Arrecadei; avenida (abrev.); chiste (fig.). 10 - Nome de uma ave pernalta africana; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; peito; níquel (s. q.). 11 - Escasso; magnete natural; página de livro escrita ou em branco. 12 - Idem (abrev.), rubídio (s. q.); eterno. 13 - Curara; pequeno ferimento; dificuldade em respirar que surge por acessos irregulares.

VERTICAIS: 1 - Correia que prende as bestas ao carro; voz imitativa do ruído de coisa que se parte, como vidro, etc. (interj.). 2 - Falta de coordenação nos movimentos voluntários; manada de éguas. 3 - Pátria (fig.); minorar. 4 - Pequena enseada; dólmen; além disso. 5 - Terreiro; carne do rancho, correspondente a cada marmitta; bromo (s. q.). 6 - Milímetro (abrev.); fazer doação de; contr. da prep. de com o adv. af. 7 - Seguimento de coisas; limpe, banhando em líquido; a mim. 8 - Transmitiram gratuitamente a outrem (bens, etc.), cada uma das oito partes iguais em que se divide um todo. 9 - O espaço aéreo; rasoura; espécie de ágata. 10 - Cama-reira; má sorte; a ti. 11 - Grajeira; apertar com nó ou laçada; várzea. 12 - Larva que se cria nas feridas dos animais, fileiras; flecha feita de pau tostado ao fogo. 13 - Tribo angolana que vive em habitações lacustres; alguns. 14 - A parte da armadura que defendia especialmente o nariz; espécie de avestruz, da América. 15 - Escassa; paralisia dos órgãos da fala.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Pátria; 2 - Tabuleiro; 3 - Varrida; 4 - Rato; 5 - Rato; 6 - Rato; 7 - Rato; 8 - Rato; 9 - Rato; 10 - Rato; 11 - Rato; 12 - Rato; 13 - Rato; 14 - Rato; 15 - Rato. VERTICAIS: 1 - Rato; 2 - Rato; 3 - Rato; 4 - Rato; 5 - Rato; 6 - Rato; 7 - Rato; 8 - Rato; 9 - Rato; 10 - Rato; 11 - Rato; 12 - Rato; 13 - Rato.

Plenários e reuniões

Almada

- Quinta-feira, 14, às 21h00 - reunião de Micro, Pequenos e Médios Empresários do concelho de Almada, no CT concelhio.

- Sábado, 16, às 15h00 - Plenário da Organização de Freguesia de Almada, no CT Alberto Araújo, Almada; às 16,00 - Magusto na Charneca da Caparica, no CT da Charneca da Caparica; ainda às 16h00, Plenário dos TST, com magusto, no CT do Laranjeiro; às 17h00, Magusto da organização de Almada, no CT Alberto Araújo.

- Domingo, 17, às 13h00 - Almoço e magusto da organização da Caparica, no CT de Monte da Caparica; às 16h00, magusto da organização do Laranjeiro, na CIR do Laranjeiro.

- Terça-feira, 19, às 21h30 - Reunião sobre Polis Costa da Caparica, no CT concelhio.

- Quarta-feira, 20, às 21h00 - Sessão sobre saúde e empresarialização do Hospital, na Casa da Juventude de Cacilhas.

- Quinta-feira, 21, às 21h30 - Reunião da Comissão de Freguesia de Cacilhas, na Junta de Freguesia de Cacilhas.

- Sexta-feira, 22, às 21h00 - Plenário Concelhio de Quadros, no CT concelhio.

Amadora

- Segunda-feira, 18, às 12h30 - almoço-convívio das organizações de Alfovelos e Brandoa, no CT da Brandoa.

Braga

- Sexta-feira, 15, às 15h00 - plenário concelhio preparatório da 10.ª Assembleia da Organização Concelhia de Braga do PCP, no CT de Braga; às 21h00 - reunião geral de militantes, na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, para discutir Direcção e Organização do Partido no concelho, situação política e eleição da nova Comissão Concelhia.

Entroncamento

- Sábado, 16, às 18h00 - Magusto, promovido pela Comissão Concelhia do Entroncamento, no restaurante «O Ribeiro» (R. da Maruja).

Lisboa

Reuniões preparatórias da 5.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, para debate e eleição de delegados

- Hoje, 14, às 18h00 - das empresas da Pontinha, no CT da Pontinha; às 18h30 - das células da Ana/Nav/Av. Estrangeira/Sitava, no CT Vitória, com a participação de Eduardo Vieira; também às 18h30 - das Agências e Despachantes/APL/Pilotos Barra/Mar e Portos, no CT Vitória.



Assembleia
da Organização
Regional de Lisboa
7 Dezembro 2002
Pav. Atlântico - Sala Tejo

- Sexta-feira, 15, às 18h30 - da **Rodoviária de Lisboa - Caneças/Odivelas**, no CT de Caneças, com a participação de Eduardo Vieira; às 21h00 - das **Patameiras**, na AMOP; das organizações de **Casal de Cambra**, casa do cam. Garcia, e do **Cacém**, no CT do Cacém; e, ainda, da **Ciência e Tecnologia Ambiente**, no CT Vitória; às 21h30 - da freguesia de **Sapataria**, concelho do Sobral, no Salão da Junta de Freguesia, e da freguesia de **S. Vicente**, Lisboa, no CT da Graça.

- Sábado, 16, às 15h00 - da **Póvoa de St.ª Adrião**, na Escola Secundária Nº 1 da Póvoa. Também às 15h00 - reunião de **eleitos da Pontinha**, no CT da Pontinha; da **Socarmar**, na Moita; da freguesia de **St.ª Condestável**, Lisboa, no CT Pedro Soares; da freguesia de **St.ª Engrácia**, no Sempre Unidos. Às 15h30 - da **Autocoop**, no CT Vitória.

- Domingo, 17, às 15h00 - a organização da **Damaia**, no CT da Damaia; e às 16h00 - da organização de **Arruda dos Vinhos**, no CT de Arruda dos Vinhos.

- Segunda-feira, 18, às 21h00 - **reunião concelhia de quadros**, na Sociedade Musical Odivelense; às 17h00 - do **BES**, no CT Vitória; às 18h00 - do **BCP**, no CT Vitória; às 18h30 - do **Organismo de Direcção dos Transportes**, no CT Vitória; também às 18h30 - do **Ministério Educação/MÊS**, no CT Vitória, e da **Vimeca**, no CT da Amadora. Às 21h00 - plenário do **Sector da Saúde**, no CT Vitória.

- Terça-feira, 19, às 17h30 - do Sindicato dos **BSI**, no CT Vitória; às 18h30 - das **Artes de Espectáculo**, no CT Vitória; às 21h00 - da **PT** e da **Marconi**, no CT Vitória.

- Quarta-feira, 20, às 17h30 - da **Segurança Social**, no CT Vitória; às 18h00 - dos **ferroviários**, no CT Vitória; às 18h30 - de **MAP/MIE (INET) e Aposentados**, no CT Vitória; às 21h00 - da direcção do **Sector Intelectual**, no CT Vitória; da **Ramada**, na Junta de Freguesia da Ramada; Ainda neste dia - da **EDP**, no CT Vitória, e da **Petrogal, GDP e Emp. C. Inf.**, também no CT Vitória.

- Quinta-feira, 21, às 18h00 - da **CMO**, no CT de Odivelas.

- Sexta-feira, 22, às 21h00 - de **Olival de Basto**, no Centro de Dia do Olival; ainda às 21h00, de **Famões**, na Sala da Assembleia de Freguesia.

Moita

- Sábado, 16, às 15h00 - Magusto no CT.

Montemor-o-Novo

Reuniões preparatórias da 7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Montemor-o-Novo.

- Sexta-feira, 15, às 15h00 - de Casa Branca, na sala da Associação dos Reformados; e às 20h00 - da Cidade, no CT; dos Foros de V. Figueira, no Centro Cultural e do Escoural, no CT de Brissos.

Montijo

- Sábado, 16, às 15h00 - Plenário de militantes das freguesias de Pegões e St.º Isidro, no âmbito da preparação da 9.ª Assembleia da Organização Concelhia de Montijo, com a participação de Jorge Amorim, da DORS, na casa da camarada Adélia Amado (lugar dos Afonsos). Segue-se um magusto.

- Segunda-feira, 18, às 21h00 - Reunião da Comissão de Freguesia de Sarilhos Pequenos; e, também, às 21h00, da Comissão de Freguesia de Montijo.

Porto

Preparatórias das Assembleias de Organização da Cidade do Porto e da ORP.

- Hoje, 14, às 21h30 - da **Foz/Nevogilde**

- Sexta-feira, 15, às 21h00 - dos **Bancários/Seguros**, no CT Boavista.

- Sábado, 16, às 15h00 - da **Campanhã**, no CT de Barão S. Cosme; de **Lordelo do Ouro**, no CT Boavista; de **Massarelos e Vários**, no CT Boavista; de **Ramalde**, no CT Boavista; de **Paranhos**, no CT de Paranhos.

Sesimbra

- Sábado, 16, às 15h - Fado/Magusto comemorativo do 85.º aniversário da Revolução de Outubro, no CT do PCP na Quinta do Conde.

Setúbal

- Hoje, 14, às 22h00 - Iniciativa comemorativa do 85.º aniversário da Revolução de Outubro, no Bar Octubrus, com a participação de José Casanova, da Comissão Política, e Miguel Tiago, da Direcção Nacional da JCP.

Sintra

- Sexta-feira, 15, às 21h30 - de militantes da freguesia do Cacém, preparatória da 5.ª Assembleia da ORL, no CT do Cacém; e da freguesia Casal de Cambra.

Viana do Castelo

- Sexta-feira, 15, às 21h30 - Reunião distrital de militantes (micro, pequenos e médios empresários), no CT de Viana do Castelo, com a participação de Agostinho Lopes.

- Sábado, 16, às 11h00 - Visita a Vilar de Mouros (Caminha) do deputado Honório Novo, para encontros com a Junta de Freguesia e Comissão de Moradores.

Carlos Carvalhas

Sexta-feira, 15, entre as 9h30 e as 12h00 o secretário-geral do PCP participa no debate sobre A revisão em curso da Política Agrícola Comum que se realiza hoje e amanhã, no Porto, no Hotel Tuela Carlos Carvalhas intervirá às 11h45

Sábado, 16 de Novembro
às 12h00

Carlos Carvalhas, visita os Bombeiros de **Miranda do Corvo** e reúne com a respectiva direcção

às 14h30

Carlos Carvalhas visita o Centro de Operações e Técnicas Florestais, na **Lousã**

às 15h30

Carlos Carvalhas participa num colóquio sobre «**Florestas, Fogos Florestais e Desenvolvimento da Serra**»

que decorre no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã

O colóquio terá a presença de instituições, especialistas e autarcas da região da Serra Carlos Carvalhas intervirá a partir das 17h00

EM MOVIMENTO
por um Portugal
com Futuro

PCP

Terça-feira, 19 de Novembro, às 18h00

Debate

«Uma Administração Pública forte e eficiente ao serviço das populações e como garante do cumprimento das funções sociais do Estado»

na Sala Herculano II do Hotel Plaza

(Travessa do Salitre, 7 - à Av. da Liberdade, em Lisboa)

Com a participação de **Domingos Abrantes**, membro da Comissão Política,

António Filipe, deputado e membro do Comité Central, **Rui Namorado Rosa**, professor universitário

Lurdes Rodrigues, técnica superior da Administração Pública **Eugénio Rosa**, economista

Sábado, 23 de Novembro, das 10h00 às 17h00

Debate

«Segurança Social: Perigos e Desafios do Tempo Presente»

na Sala Lisboa do Hotel Continental

(R. Laura Alves, 9, em Lisboa - junto à RTP)

Assembleias de Organização

5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Portimão

Sábado, 16, às 15h00

no Auditório da Universidade do Algarve (Largo da Estação / antigo matadouro) com a participação de **José Neto**, da Comissão Política

8.ª Assembleia da Organização do Concelho de Vila Franca de Xira

Domingo, 17, das 10h00 às 18h00

no Fórum Cultural da CHASA, em Alverca

com a participação de **Domingos Abrantes**, da Comissão Política

5.ª Assembleia da Organização da Zona Norte de Lisboa do PCP

Sábado, 16, às 15h00

nas instalações da Junta de Freguesia de Benfica (Av. Gomes Pereira)

com a participação de **Fernanda Mateus**, da Comissão Política

5.ª Assembleia da Organização da Zona Centro de Lisboa do PCP

Sábado, 16, às 15h00

no Centro de Trabalho Vitória

com a participação de **Joaquim Dias**, do Comité Central

No final dos trabalhos, haverá um magusto/convívio

8.ª Assembleia da Organização do sector da Função Pública da ORL

Sábado, 16, entre as 10h00 e as 18h00

no Salão do Centro de Trabalho Vitória

com a participação de **José Casanova**, da Comissão Política

Debate Público sobre o Pacote Laboral

Sábado, 16, às 15h00, em Alcanena

no Auditório Municipal de Alcanena

com a participação de **Valdemar**

Henriques, da DORSA

e do Conselho Nacional da CGTP-IN

Filipe Neto, membro da Direcção Nacional da JCP e da Interjovem

Carlos Tomé, advogado na área de Direito do Trabalho

Debate

Florença, a luta contra

o neoliberalismo e contra a guerra

Quinta-feira, dia 21 de Novembro,

às 18h30 no CT Vitória, em Lisboa

com a participação de **Albano Nunes**,

Inês Zuber,

Carlos Grilo e **Fátima Messias**

CDU



Chamusca

Reunião de eleitos e membros das listas da CDU, com a seguinte Ordem de Trabalhos: balanço do trabalho autárquico em 2002; Perspectivas de trabalho e prioridades para 2003; Funcionamento da CDU na freguesia e no concelho. Hoje, 14, às 21h00, no CT do PCP na Chamusca.

Campanha Palestina

Brigadas de Solidariedade e de protecção do povo Palestiniano

Em Dezembro / Janeiro deslocação

à Palestina de uma primeira brigada

de juventude promovida pela JCP.

Para custear esta campanha a tua ajuda financeira é indispensável. Apelamos para a tua contribuição solidária. Envia-a para a Sede Nacional da JCP, Avenida António Serpa, n.º 26, 2.º Esquerdo, 1050-027 Lisboa.

A revisão em curso da Política Agrícola Comum

Debate promovido pelo Grupo Confederal Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu. Hoje e amanhã, dias 14 e 15, das 16h30 às 20h00 no Porto, no Hotel Tuela Estão presentes deputados do GUE/NGL da Alemanha, Espanha, Grécia e Portugal, deputados do PCP da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, dirigentes e quadros do movimento associativo socioprofissional e cooperativo, técnicos e especialistas agrícolas.

ATVer

Alexandre Nevsky continua hoje, ao fim de 64 anos, a ser uma impressionante, grandiosa e épica saga histórica



THX 1138

(Quinta-feira, 14.11.02, RTP-2)

Em 1971, George Lucas estreava-se no cinema com este promissor filme de ficção científica, era então um jovem protegido de Francis Ford Coppola e estava longe de sonhar que alcançaria, daí a não muitos anos, um sucesso avassalador com a sua saga da *Guerra das Estrelas*. Uma curiosidade: um dos importantes sistemas de som de cinema criados pelas empresas de Lucas tem o nome de THX Sound, em homenagem a este pequeno e promissor filme de estreia do autor, sobre uma sufocante, totalitária e desumanizada sociedade do futuro, onde o homem foi reduzido à qualidade de autómato, sem emoções ou desejos. Lucas inspirou-se muito livremente no celeberrimo *1984*, de Orwell, construindo um filme engenhoso e entusiasmante com poucos meios, muito



Produzido entre 1965 e 1968, *2001: Odisseia no Espaço* é uma das obras-primas indiscutíveis do mestre Stanley Kubrik



THX 1138: em 1971, George Lucas estreava-se no cinema com este promissor filme de ficção científica

talento e um excelente elenco, onde pontificam Robert Duvall e Donald Pleasance.

2001: Odisseia no Espaço

(Sexta-feira, 15.11.02, RTP-2)

Produzido entre 1965 e 1968, *2001: Odisseia no Espaço* é uma das obras-primas indiscutíveis do mestre Stanley Kubrik e um marco incontornável na História do Cinema. Partindo de um conto de ficção científica de Arthur C. Klark, Kubrik criou uma extraordinária reflexão sobre a condição humana num filme que é técnica, estética e artisticamente prodigioso. Obra maior do cinema, *2001: Odisseia no Espaço* consagrou Kubrik como um dos maiores criadores cinematográficos e artísticos do século XX que soube, genialmente, projectar o imaginário do seu tempo quase sempre noutra época. Neste caso, num futuro próximo que é hoje o nosso presente, e que Kubrik traçou com incrível precisão, num filme de rigorosas antecipações. Mas o que continua a fascinar gerações é, sem dúvida, a dimensão épica da

Sabrina, uma das mais conhecidas realizações de Billy Wilder, é também uma das suas brilhantes comédias



grande gesta do Homem à conquista do Cosmos, que Kubrik registou nesta obra com admirável virtuosismo visual, emocional e estético. Um filme que celebra a grandeza do Homem e da sua gesta contínua nos caminhos da civilização, fazendo de «2001» um filme eterno e universal.

Apache

(Sexta-feira, 15.11.02, RTP-2)

Apache, de Robert Aldrich, permanece, quase 50 anos depois, como um dos melhores *westerns* tendo por tema central os índios norte-americanos. Na verdade, trata-se de um filme claramente «pró-índio», produzido e realizado num tempo em que o cinema norte-americano não tratava os «nativos» da forma mais digna, em geral apresentados nas fitas de cobóis como os maus indiscutíveis, os «selvagens» que os bons dos colonos brancos tinham de enfrentar. *Apache* é a história de um guerreiro apache que se recusou a capitular perante o poderio branco e a viver numa «reserva» indigna, a milhares de quilómetros do seu território original. Aldrich filma de forma admirável a desesperada e determinada resistência solitária de um homem, coerente com as suas raízes, face à violenta e brutal «americanização» do território e dos seus nativos. Burt Lancaster interpreta superiormente o papel principal.

O Coleccionador de Ossos

(Domingo, 17.11.02, TVI)

Denzel Washington dá corpo e consistência a este bizarro *thriller* onde o detective principal, devido a um acidente, fica paralisado, tendo de colaborar com uma polícia novata (Angelina Jolie), que lhe vai dando as pistas que vai levantando no terreno. O figurino é conhecido e não escapa às receitas do costume (uma dupla de polícias improvável, que inicialmente resiste em colaborar mas acaba em grande sintonia, etc.), mas a história, embora algo estapafúrdia, tem *suspense* que chegue para prender as atenções.

Sabrina

(Terça-feira, 19.11.02, RTP-2)

Sabrina, uma das mais conhecidas realizações de Billy Wilder, é também uma das suas brilhantes comédias. Neste caso estamos perante uma fábula moderna construída sobre a história da Cinderela que mestre Wilder subverte e baralha, com a sua reconhecida maestria, o seu fascinante cinismo e lendário sentido de humor, pondo de pé um retrato mordaz da sociedade norte-americana da época, capaz de aceitar a filha do motorista como «igual» desde que suficientemente bela, sedutora e sofisticada – o suficiente para ninguém perceber que foi nada e criada num anexo por cima da garagem da mansão. Uma inteligente e irónica história de amor, cujo principal trunfo reside num admirável trio de intérpretes, que só Wilder conseguiria cruzar de forma tão surpreendente: Humphrey Bogart, Audrey Hepburn e William Holden.

Alexandre Nevsky

(Quarta-feira, 20.11.02, RTP-2)

Alexandre Nevsky continua hoje, ao fim de 64 anos, a ser uma impressionante, grandiosa e épica saga histórica, que evoca o episódio da invasão da Rússia pelos Cavaleiros Teutónicos no século XIII, derrotados numa fantástica batalha sobre um lago gelado, pelo príncipe russo Alexandre Nevsky. Sergei Eisenstein dispôs de impressionantes meios de produção, a começar pelos milhares de soldados do Exército Vermelho postos às suas ordens nas cenas de batalha, para recriar esta emocionante gesta heróica e medieval. *Alexandre Nevsky* é, por outro lado, um filme marcado por uma espantosa dimensão operática, não só devido à genial partitura de Prokofiev mas, sobretudo, pela sua encaenação muito particular, nomeadamente a batalha final travada ao som da música.

Quinta, 14

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Segredo de Justiça

Sexta, 15

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Segredo de Justiça

Sábado, 16

▼ RTP 1

07.00 RTP Crianças
12.00 Um Desastre de Bruxa
12.30 Horizontes da Memória
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Maravilhoso Mundo Submarino
16.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
19.30 A Minha Sogra é Uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Varzim-Benfica (Super Liga)



Os Animais do Mundo - Às vezes, o melhor é ficar a olhar para os bichos...



Mentes Brilhantes - Como vai essa cultura geral?

23.00 Grande entrevista
24.00 Jag - Em Nome da Justiça
01.00 24 Horas
01.20 Bull
02.20 «Testemunha em Perigo»

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Os Açorianos no Brasil Meridional
14.00 Alves dos Reis
14.45 Informação Gestual Perdidos» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século - A Terra dos Adeuses
20.00 Viver no Campo
20.40 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Jack e Jill
24.00 «THX 1138» (Filme)
01.40 O Último Combate

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 O Melhor do Herman SIC
01.45 O Terror dos Mares

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Anjo Selvagem
22.45 Amanhecer
23.45 Vidas Reais
00.45 Ally McBeal
01.45 «História Sem Fim» (Filme)

23.00 «Espíritos Inquietos» (Filme)
00.45 Jag - Em Nome da Justiça
01.45 24 Horas
02.00 Paraíso Filmes
02.35 «Mãe Galinha» (Filme)

▼ RTP 2

7.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Os Açorianos no Brasil Meridional
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
14.45 Informação Gestual Perdidos» (Filme)
16.15 «Apache» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.40 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «2001 Odisseia no Espaço» (Filme)
02.30 Brasil - Um País Tropical

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 E Proibido!
01.15 «Vingança Passional» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Anjo Selvagem
22.45 Amanhecer
23.45 Vidas Reais
00.45 «Gattaca» (Filme)
03.30 Os Animais do Mundo

23.00 «Linha Vermelha» (Filme)
00.45 Jag - Em Nome da Justiça
01.45 24 Horas
02.00 Paraíso Filmes
02.30 «Washington Square» (Filme)



O Processo dos Távoras - Atenção que a ficção não é História

▼ RTP 2

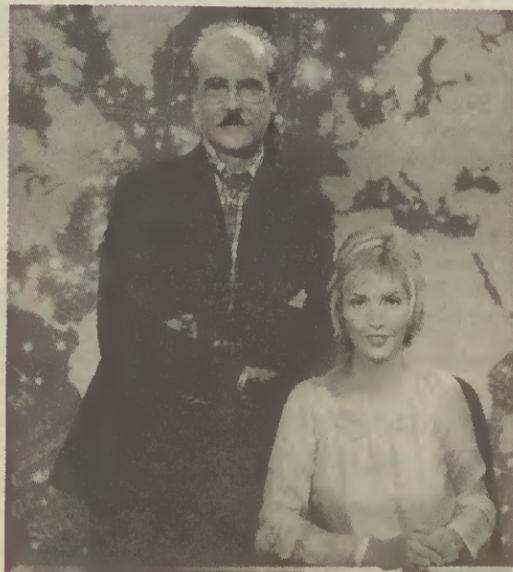
08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História («A Gruta das Caveiras Brilhantes»)
00.00 Briteom
01.00 Saxazul
02.30 Noites Curtas do Onda-Curta

▼ SIC

07.00 SIC a abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 O Camião
15.30 Air América
16.45 Walker, o Ranger do Texas
17.30 «007 Licença para Matar» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.30 Linha da Sorte
22.30 «O Último Viking» (Filme)
00.30 Mais Perigosos Animais
01.45 Tal Mãe Tal Filha

▼ TVI

07.30 Bataloon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «Os Meus Círculos Gêmeos» (Filme)
18.00 «O Melga» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 «Um Rapto do Oculto» (Filme)
02.15 «Os Campeões do Boxe» (Filme)



2010 - Sete anos de Odisseia científica

Domingo, 17

- ▼ RTP 1**
 07.00 RTP Crianças
 12.00 Um Desastre de Bruxa
 12.30 Planeta Azul («Ria Formosa mas não segura»)
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 O Mundo Perdido
 16.00 Estúdio 5
 19.00 Domingo Desportivo
 20.00 Telejornal
 21.00 Contra-Infamação
 21.30 O Elo Mais Fraco
 22.30 «Eternamente Jovem» (Filme)
 00.15 Domingo Desportivo
 01.15 24 Horas

- ▼ RTP 2**
 9.00 Programa Religioso
 11.30 Ora Viva
 12.00 2010
 13.00 Austrália Selvagem
 14.00 Desporto 2
 18.30 Technopolis
 19.30 Onda Curta
 20.00 A História de Nikita
 21.00 Artes e Letras (Ilan Pivko, arquitecto)
 22.00 Jornal 2
 23.00 Artes de Palco
 «Archaos in Vitro»
 00.00 Odisseia nas Imagens - «Mr. Death»

Segunda, 18

- ▼ RTP 1**
 07.00 Bom Dia Portugal
 10.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Vencedores
 15.30 Marisol
 16.30 Carita de Anjo
 17.15 RTP Crianças
 18.15 Quebra-Cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.00 Sorte Grande
 21.15 O Elo Mais Fraco
 22.15 Prós e Contras
 00.00 Jag-Em Nome da Justiça
 01.00 24 Horas
 02.20 «A Caixa ao Luar» (Filme)

- ▼ RTP 2**
 07.00 RTP Crianças
 12.40 Companhia dos Animais
 13.00 Os Açorianos no Brasil Meridional
 13.30 Sozinhos em Casa
 14.00 Alves dos Reis
 15.00 Informação Gestual
 16.30 «A Dama da Cidade» (Filme)

Terça, 19

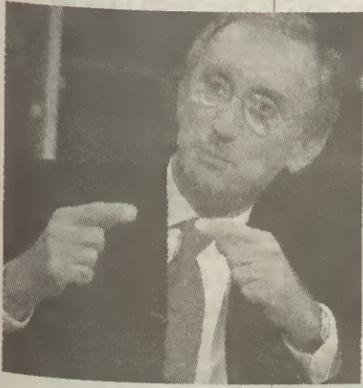
- ▼ RTP 1**
 07.00 Bom Dia Portugal
 10.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Vencedores
 15.30 Marisol
 16.30 Carita de Anjo
 17.15 RTP Crianças
 18.15 Quebra-Cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.00 Futebol Campeonato do Mundo 2002 - Portugal-Grécia
 23.00 O Elo Mais Fraco
 24.00 O Processo dos Távoras
 01.00 Fora de jogo
 02.15 Jag - Em Nome da Justiça
 03.15 24 Horas

- ▼ RTP 2**
 07.00 RTP Crianças
 12.40 Companhia dos Animais
 13.00 A História da Indústria em Portugal
 13.30 Sozinhos em Casa
 14.00 Alves dos Reis
 15.00 Informação Gestual
 16.30 «A Tragédia do Titanic» (Filme)
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Onda Curta
 19.00 Megaconstruções
 20.00 Viver no Campo
 20.30 Começar de Novo
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 Balzac
 24.00 «Atlante» (Filme)
 01.40 Olhares Cruzados do Século XXI

Quarta, 20

- ▼ RTP 1**
 07.00 Bom Dia Portugal
 10.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Vencedores
 15.30 Marisol
 16.30 Carita de Anjo
 17.15 RTP Crianças
 18.15 Quebra-Cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.00 Futebol - Portugal-Escócia
 23.00 O Elo Mais Fraco
 24.00 Jag - Em nome da Justiça
 01.00 24 Horas
 01.20 Bull
 02.20 Moll Flanders (Filme)

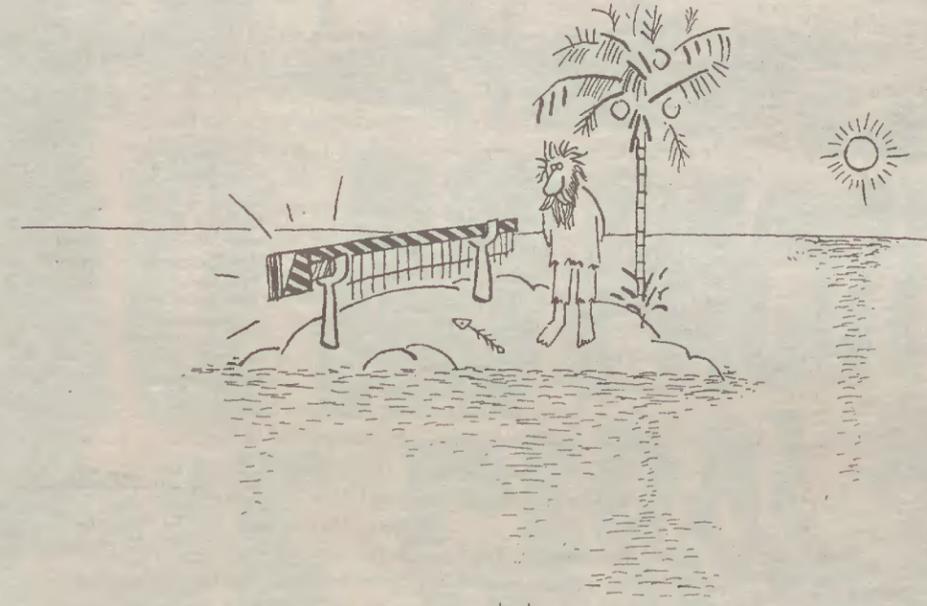
- ▼ RTP 2**
 07.00 RTP Crianças
 12.40 Companhia dos Animais
 13.00 A História da Indústria em Portugal
 13.30 Sozinhos em Casa
 14.00 Alves dos Reis
 15.00 Informação Gestual
 16.30 «O Grande Escândalo» (Filme)
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Ora Viva!
 19.00 Basquetebol
 20.40 Começar de Novo
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 A Educação de Max Bickford
 24.00 «Alexandre Nevsky» (Filme)
 01.40 Olhares Cruzados do Século XXI



Júlio Isidro - O Estúdio 5 continua a mostrar que é possível entreter sem mediocridade



Prós e Contras - a polémica pode ter interesse, mas os convidados é que são determinantes



TVisto
 Correia da Fonseca
As taxas e o resto

Ao cabo de cerca de sete meses de exercício de funções, o ministro Morais Sarmiento deu finalmente à luz da publicidade um projecto que, na minha provavelmente destrambelhada avaliação, não é de todo indignante, talvez antes pelo contrário: a utilização dos saldos positivos da gestão da RDP em favor do financiamento da RTP enquanto executante de um serviço público de televisão. Porém, as coisas não são tão simples quanto o podem parecer perante esta descrição demasiado sucinta, e a primeira dificuldade será a de fazer cuidadosa destrição entre autênticos saldos de gestão, ou a sua cuidada estimativa, e valores exorbitantes que, a pretexto do que a gestão da RDP costuma ser positiva, de facto amputem antecipadamente

alimentadas a doses cavalares de demagogia não entenderiam o gesto, parece valer mais uma forma enviezada e acorbadada de reposição parcial que a já anunciada, ou pelo menos muito ameaçada, subida ao cadafalso da RTP, empresa de capitais públicos, para grande regozijo do maralhal atafalhado de intensos sentimentos filoprivados. Resta, infelizmente, a tal questão que acabo de deixar para trás: o grau de eficácia dessa transferência para minimizar de forma significativa o encargo público com o serviço público de TV. Parece-me óbvio que a eficácia será quase de todo irrelevante: os poucos milhões transferíveis não dispensarão o Estado de pesada participação, tal como aliás acontece na esmagadora generalidade dos países civilizados. Ora, estragar a Rádio e não salvar a TV não me parece das melhores ideias. Restará porventura uma elevação considerável da actual taxa da Rádio (que está em coisa de um euro e meio/ano, nem tanto). Mas para o impedir lá estarão a demagogia, o nível zero do civismo, a incompreensão do que é serviço público e outros artigos do mesmo armazém.

Entretanto, já a miopia militante e razoavelmente mal-intencionada mobilizou os seus argumentos, e um deles, de uma estirpe que está muito em voga, enche-me inteiramente as medidas. Alega ele que isso da taxa é coisa muito injusta porque há quem não oiça Rádio e tenha de pagar taxa (como se nesta terra e neste tempo ainda houvesse muitas famílias que não têm nem sequer um transistorzinho de nada, o que me parece duvidoso). Acho esta impagável. É como a dos que, porque moram no litoral, sustentam que não têm de pagar (mesmo indirectamente, através do Orçamento de Estado) as auto-estradas do interior ou a dos que, vivendo à beira do Cávado, acham injusto que o «seu» OE pague a barragem do Alqueva. Oiça estas maravilhas, aliás largamente difundidas pela Comunicação Social que não se dá ao trabalho de lhes opor dois dedos de informação e bom-senso elementares, e logo me apetece fazer uso de razões minhas que, neste quadro, me parecem excelentes e imbatíveis. Então eu, que graças aos céus sempre fui muito saudavelzinho, tenho alguma obrigação de andar a pagar há décadas o Serviço Nacional de Saúde? Eu, que ando sempre e apenas de transportes rodoviários urbanos, hei-de pagar (através do OGE, já se vê) auto-estradas e TVG's por esse País fora? E eu, que sou pacifista até à medula, sou obrigado a participar na compra de aviões militares, submarinos, carros de assalto? Na verdade, todos estes encargos e muitos mais só se justificariam no quadro de um contrato social, da solidariedade nacional. Mas se ficam fora dele a Rádio e a TV que integram o quotidiano de todos os cidadãos, então façam o favor de porem fora dele também o combate à doença, as infra-estruturas de comunicações e os custos com o Ministério da Defesa. Por exemplo. E de me devolverem o dinheirinho dos meus impostos.

esta empresa de verbas significativas para a sua saudável existência. Já por aqui se pressente que através de uma eventual confusão entre uma coisa e outra espregueira porventura um bicharoco chamado embuste. Exemplificando para me explicar melhor: se no início de um exercício ou no decurso dele for transferido em favor da RTP o saldo de exercício anterior na RDP, tudo me parece aceitável. Se, porém, em vez disso for desde logo feita a transferência «cega» de um montante muito superior aos habituais saldos da RDP, tudo estará mal. E tanto mais quanto nem é preciso ser bruxo para adivinhar que, de uma maneira ou de outra, procurar-se-á uma compensação cortando nas despesas com o pessoal da Rádio, isto é, despedindo, embora utilizando para os despedimentos designações pseudónimas. Nem consta que, bem feitas as contas, este Governo tenha jeito para outra coisa. É claro que uma providência destas (e passo agora por cima da questão de ser ou não minimamente eficaz para o equilíbrio das contas da TV pública, dúvida perante a qual sou mais que céptico) nunca passará, na melhor das hipóteses, de um tristíssimo remendo para o buraco aberto pelo dr. Cavaco quando numa de superdemagogia decidiu extinguir a taxa da televisão. Sendo claro, porém, que o Governo nem por sombras terá coragem para repor a taxa assassinada, tanto mais que as populações longamente

- ▼ SIC**
 07.00 SIC a abrir
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «Perdidos em África» (Filme)
 16.00 «Os Marados Apaixonam-se» (Filme)
 18.00 «Pânico no Túnel» (Filme)
 20.00 Jornal da Noite
 21.30 Mentes Brillhantes
 22.30 Herman SIC
 00.45 «A Câmara Encerrada» (Filme)

- ▼ TVI**
 07.30 Super Batatoon
 09.30 Sempre a Abrir
 10.00 Cerimónias Religiosas
 13.00 TVI Jornal
 13.45 «Jitters» (Filme)
 15.30 «Politicamente Incorreto» (Filme)
 17.15 «Dave, Presidente por Um Dia» (Filme)
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 A Jóia de África
 22.15 Sonhos Traídos
 23.30 «O Coleccionador de Ossos» (Filme)
 01.45 BB Famosos Fim-de-semana
 02.45 A Grande Aventureira

- 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Planeta Azul
 19.00 Antigos Inventos
 20.00 Viver no Campo
 20.40 Começar de Novo
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 Sete Palmas de Terra
 24.00 «O Anjo Azul» (Filme)
 01.45 Olhares Cruzados do Século XXI

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 11.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 15.45 O Olhar da Serpente
 16.45 Não Há Pai!
 17.30 Desejos de Mulher
 18.00 New Wave
 18.30 Coração de Estudante
 19.00 O Beijo do Vampiro
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Não Há Pai!
 21.45 Esperança
 22.45 Olhar da Serpente
 00.15 «Justiça e Vingança» (Filme)
 02.15 Os Animais São Gente Gira

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 10.00 Olá Portugal
 13.00 TVI Jornal
 14.15 A Vida É Bela
 15.30 BB Famosos
 16.15 Vidas Reais
 17.30 BB Famosos
 19.00 Tudo por Amor
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 BB Famosos
 22.15 A Jóia de África
 22.30 Anjo Selvagem
 23.30 Amanhecer
 00.30 Vidas Reais
 01.10 Ficheiros Secretos
 02.30 1.ª Vaga

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 11.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 15.45 O Olhar da Serpente
 16.45 Não Há Pai!
 17.30 Desejos de Mulher
 18.00 New Wave
 18.30 Coração de Estudante
 19.00 O Beijo do Vampiro
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Não Há Pai!
 21.45 Esperança
 22.45 Olhar da Serpente
 24.15 As Duas por Três
 01.30 É Proibido

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 10.00 Olá Portugal
 13.00 TVI Jornal
 14.15 A Vida É Bela
 15.15 BB Famosos
 15.45 BB Extra
 17.15 Vidas Reais
 19.00 Tudo por Amor
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 BB Famosos
 21.30 Anjo Selvagem
 22.15 BB Famosos
 00.30 Vidas Reais
 01.30 «Com Amigos Destes» (Filme)

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 11.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 15.45 O Olhar da Serpente
 16.45 Não Há Pai!
 17.30 Desejos de Mulher
 18.00 New Wave
 18.30 Coração de Estudante
 19.00 O Beijo do Vampiro
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Não Há Pai!
 21.45 Esperança
 22.45 Olhar da Serpente
 24.15 As Duas por Três
 01.30 É Proibido

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 10.00 Olá Portugal
 13.00 TVI Jornal
 14.15 A Vida É Bela
 15.15 BB Famosos
 15.45 BB Extra
 17.15 Vidas Reais
 19.00 Tudo por Amor
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 BB Famosos
 21.45 Amanhecer
 22.45 Anjo Selvagem
 23.45 Vidas Reais
 01.00 «Nuremberga» (Filme)

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

A Resolução

A administração norte-americana de George W. Bush deve esfregar as mãos de contente, tão completas foram as vitórias desta semana.

De uma vez só, a maioria republicana que a sustenta no poder viu-se reforçada nas eleições intercalares internas (agora domina o essencial das instâncias de poder político nos EUA, nomeadamente no Senado e no Congresso) e, sobretudo, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução (a n.º 1441, por sinal uma capicua) que dá, finalmente, toda a rédea aos EUA para que agredam o Iraque quando muito bem o entenderem, com a tão falada «guerra preventiva».

É verdade que os 15 membros permanentes do Conselho de Segurança — onde têm assento, por exemplo, a Rússia, a China e a França, além dos todo-poderosos EUA — simularam voz grossa na aprovação do documento, dando relevo ao seu carácter «negocial» e, sobretudo, valorizando até ao absurdo o que chamam a «oportunidade» que a resolução dará ao Iraque de «evitar» uma agressão por parte dos EUA.

Uma oportunidade que nada significa e, sobretudo, deixou de impedir fosse o que fosse nesta questão da «guerra preventiva» contra o Iraque, ferozmente pretendida pelos EUA. Porque, na crua nudez dos factos, os EUA obtiveram tudo o que queriam: esta nova resolução sobre o Iraque e, com ela, o assentimento do Conselho de Segurança da ONU para que os EUA ataquem sem mais consultas ou explicações.

A voz grossa dos membros do Conselho de Segurança — com relevo para os supracitados Rússia, China e França — mais não é que pigarro teatral a fingir que manda e, sobretudo, a esconder que obedece. Há que manter as aparências e, após semanas a fingir que se opunham às imposições dos EUA, estes «influentes» membros do Conselho de Segurança da ONU fizeram tudo o que os EUA pretendiam: uma nova resolução sobre o Iraque e, com ela, carta branca para o atacar. É o que os EUA preparam afanosamente, prosseguindo a concentração de forças militares e meios logísticos na região, enquanto os alarmes soam na especulação bolsista, com o preço do crude a subir em flecha perante esta nova «garantia» de que vem aí a guerra.

Entretanto, já se fala abertamente (e nem os próprios EUA se esforçam por o desmentir ou contrariar) que esta sanha norte-americana contra o regime de Saddam Hussein mais não é que uma jogada estratégica para o controlo mundial do petróleo por parte dos EUA, ficando em secundaríssimo plano (se é que alguém ainda leva esse argumento a sério) o propalado «desarmamento do Iraque» (de armas químicas e biológicas que ninguém provou existirem), no quadro de uma luta global contra o terrorismo (que ninguém provou estar organizado no interior do Iraque).

E é neste perigoso pé em que estamos. Com os EUA a impor os seus ditames imperiais a todo o mundo, espezinhandos as mais elementares regras do direito internacional e ameaçando incendiar o planeta com conflitos de consequências imprevisíveis.

Com todo o mundo a obedecer servilmente, enquanto os mais poderosos fingem que nada está a acontecer.

Até descobrirem que já têm as próprias barbas a arder...

Com o voto favorável de 173 países

ONU condena embargo

Só os EUA, Israel e as ilhas Marshall votaram contra a resolução apresentada por Cuba, que foi antontem aprovada por um número recorde de estados nas Nações Unidas.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, com os votos de um número recorde de 173 países, condenou segunda-feira, pela décima primeira vez consecutiva, o embargo económico imposto a Cuba, em vigor há mais de 40 anos.

Etiópia, Nicarágua, Malawi e Uzbequistão abstiveram-se. Apenas os EUA, Israel e as ilhas Marshall votaram contra. Todos os países da União Europeia votaram a favor da resolução, que não tem carácter compulsivo.

Para a Agência de Informação Nacional cubana, esta vota-

ção evidencia o total isolamento da Casa Branca nesta matéria. No seu sítio na Internet (no endereço www.ain.cubaweb.cu) a agência recorda que, no ano

A tentativa de isolar Cuba resulta numa crescente condenação dos EUA

passado, também só os EUA e mais dois Estados votaram contra o projecto de resolução «Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro dos Estados Unidos contra Cuba», apresentado pelos representantes da ilha maior das Antilhas.

Na mesma notícia são referidas as votações que ocorreram na Assembleia Geral das Nações Unidas desde 1992,

data a partir da qual o fim do embargo é anualmente exigido. A cronologia mostra que o número de votos contra nunca foi superior a 4. Os votos a favor da condenação do embargo têm vindo sempre a aumentar, sendo de apenas 59 na primeira votação. As absenças, pelo contrário, têm descido drasticamente, desde as 71 iniciais.

A resolução agora aprovada, refere a AIN, pretende fomentar o respeito estrito dos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, entre os quais a igualdade soberana dos Estados, bem como a não intervenção e não ingerência em assuntos internos e a liberdade de comércio e navegação internacionais. São lembradas as declarações de vários chefes de Estado e de Governo nas cimeiras

ibero-americanas, relativamente à necessidade de eliminar a aplicação unilateral de medidas de carácter económico e comercial, contra outro Estado, que afectem o livre desenvolvimento do comércio internacional.

No documentos, os Estados que aplicam leis e medidas desse tipo são instados a, no mais breve prazo possível e de acordo com o seu ordenamento jurídico, tomarem as providências necessárias para revogá-las ou colocá-las sem efeito.

«Uma vez mais, a comunidade internacional, representada na Assembleia Geral da ONU, não deixou Cuba só na luta pela eliminação desta política criminosa, que provocou ao país perdas económicas directas calculadas em mais de 70 mil milhões de dólares» - comenta a agência cubana.

PCP esclarece para resistir

O PCP iniciou, terça-feira à tarde, no *interface* de transportes do Campo Grande, em Lisboa, uma acção nacional de esclarecimento.

Esta acção decorre em todo o País, até final de Novembro, e visa contactar um milhão de portugueses. Prosseguindo a denúncia do pacote laboral, a campanha está sobretudo centrada nos problemas do custo de vida, dos salários, das reformas e dos impostos, no quadro da denúncia dos efeitos da política do Governo nestas matérias.

Para apoio a esta iniciativa foi editado o folheto «Não pode ser!», que começou antontem a ser distribuído por militantes comunistas e no qual é feito um apelo a que cada português dê «um forte sinal de descontentamento, de protesto e de exigência de uma política diferente».

Contra a «lei da selva»

O secretário-geral do PCP considerou que o Código do Trabalho aprovado terça-feira em Conselho de Ministros «é um retrocesso que quase permite introduzir a lei da selva nas relações laborais». Carlos Carvalhas afirmou que, em relação à legislação vigente, anda-se muitos anos para trás, enquanto são postas em causa muitas conquistas duramente obtidas.

Falando à Agência Lusa, em Borba, durante a visita que efectuou à Festa da Vinha e do Vinho — que decorre naquela vila alentejana até domingo —, Carlos Carvalhas considerou que a proposta de lei que o Governo decidiu submeter à Assembleia da República «não vai traduzir-se num aumento de competitividade, vai desregular e retirar direitos nomeadamente às novas



Antontem em Lisboa foram distribuídos os primeiros milhares de folhetos

gerações». Acusou ainda o Governo de, com a postura arrogante de usar a sua maioria absoluta para impor o

pacote laboral, «vai aumentar a conflitualidade social e agravar as desigualdades sociais».

Parar a guerra

A direcção regional do Porto do PCP levou a cabo, antontem à tarde, uma acção de sensibilização contra a guerra e por um mundo de justiça e paz.

Sob o lema «Paremos a guerra antes que ela comece», dirigentes e militantes comunistas contactaram centenas de pessoas, na Rua de Santa Catarina, alertando para os perigos da grave conjuntura internacional e a necessidade de demonstrar oposição à iminente guerra dos EUA contra o Iraque.

Saúde na Amora

Tem lugar no próximo sábado, a partir das 14.30 horas, na Junta de Freguesia da Amora, o 5.º Encontro das Comissões de Utentes de Saúde da Península de Setúbal.

Para além dos membros das Comissões de Utentes, participam representantes das Assembleias Municipais, técnicos de saúde e outros convidados, informaram os organizadores.

Aniversário da JCP

Para comemorar o 23.º aniversário da fundação da Juventude Comunista Portuguesa, a Organização Regional de Santarém da JCP realiza no próximo sábado, a partir das 17 horas, um convívio no Centro de Trabalho de Alpiarça.

Encontros de Teatro no Seixal

Começa amanhã a 19.ª edição dos Encontros de Teatro do concelho do Seixal, que este ano privilegia autores portugueses e espectáculos de companhias e actores que reflectem os fenómenos da actualidade.

Até 14 de Dezembro, as companhias vão interpretar obras de autores muito distintos, como referiu a Agência Lusa. Para assinalar os 500 anos de teatro de Gil Vicente, o Teatro das Beiras, da Covilhã, leva à cena, no dia de encerramento dos Encontros, «O Clérigo da Beira».

A escrita de dois poetas marcantes durante o fascismo e o período após o 25 de Abril - Ary dos Santos e Manuel da Fonseca - vai ser apresentada pelas companhias Teatro de Papel e Teatro ao Largo e memória de

Camilo Castelo Branco estará presente através de uma adaptação da sua obra «Coisas Espantosas».

António Feio e José Pedro Gomes apresentam dia 7 de Dezembro, no Auditório Municipal do Seixal, a peça «A Treta Continua». A última produção do Teatro Regional de Montemuro, «A caminho do Oeste», e «Luzes, Câmara... Acção», último trabalho do Projecto Ficções, são outras propostas destes Encontros.

As peças vão estar em cena em quatro locais: o Auditório Municipal do Fórum Cultural do Seixal, o Cinema São Vicente, na aldeia de Paio Pires, o Auditório do Novo Mercado Municipal de Fernão Ferro e a Sociedade Filarmónica Operária Amorense.



02318